



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

LUIZETE VICENTE DA SILVA

**ENEGRECENDO O WHATSAPP: UMA ANÁLISE SOBRE A (RE)APROPRIAÇÃO
DA IDENTIDADE CULTURAL DO GRUPO JUVENTUDE NEGRA KALUNGA
PELO USO DO APLICATIVO**

FORTALEZA

2018

LUIZETE VICENTE DA SILVA

**ENEGRECENDO O WHATSAPP: UMA ANÁLISE SOBRE A (RE) APROPRIAÇÃO
DA IDENTIDADE CULTURAL DO GRUPO JUVENTUDE NEGRA KALUNGA
PELO USO DO APLICATIVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídias e práticas socioculturais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Márcia Vidal Nunes.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S581e Silva, Luizete Vicente da.

Enegrecendo o whatsapp: uma análise sobre a (re)apropriação da identidade cultural do grupo
juventude negra kalunga pelo uso do aplicativo / Luizete Vicente da Silva. – 2018.

150 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-
Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2018.

Orientação: Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes.

1. Mídias sociais. 2. Juventudes negras. 3. Whatsapp. 4. Ativismo digital. I. Título.

CDD 302.23

LUIZETE VICENTE DA SILVA

**ENEGRECENDO O WHATSAPP: UMA ANÁLISE SOBRE A (RE)APROPRIAÇÃO
DA IDENTIDADE CULTURAL DO GRUPO JUVENTUDE NEGRA KALUNGA
PELO USO DO APLICATIVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídias e práticas socioculturais.

Aprovada em: ___ / ___ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr.^a Márcia Vidal Nunes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a. Dr.^a Catarina Tereza Farias de Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof.^a. Dr.^a Soraya Maria Bernadino Barreto Januário
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Às minhas irmãs, Auricélia e Elisabete.
Aos meus pais, Aurisete e Luiz.

AGRADECIMENTO

Foi um caminho difícil, doloroso e, muitas vezes, silencioso, a escrita desta dissertação, mas fico extremamente feliz por poder agradecer a todos e todas que acompanharam e caminharam comigo.

Aos Orixás, que nunca me deixaram sozinha, e, em especial, Yemanjá, que me banhou com suas águas no momento que me sentia mais perdida.

A meus pais, pelo amor e por me ensinarem, desde cedo, o significado a palavra coragem, tão útil nesses dois anos de Mestrado.

A minhas irmãs, por aguentarem minhas chateações sobre a dificuldade com carinho e cuidado de sempre.

A Hernesto Luz, pelo ombro, escuta e presença sempre preciosa neste momento.

Ao Instituto de Juventude Contemporânea (IJC), pela contribuição na minha formação enquanto mulher negra.

À ONG Fábrica de Imagens – Ações Educativas em Cidadania e Gênero, pela ajuda com livros e incentivo diário pela vida acadêmica no início da caminhada do mestrado.

Ao gabinete da Deputada Estadual Rachel Marques, pela ajuda, extremamente, importante nesta reta final.

Aos companheiros e às companheiras do Partido dos Trabalhadores (PT), por me ensinarem a seriedade da participação político-partidária na luta contra todas as formas opressões, violações de direitos e desigualdades.

Aos amigos e às amigas, Janick Dias, Leila Maria, Amanda Rocha, Francisco José (Chicão), Pedro Jonas, Lidi Rodrigues, Dário Bezerra, Ana Patrícia Chaves, Camila Brandão, Elis Brandão Amaral, Ricardo Moura, Rubéns Alves, Marcelo Mota, Alexandre Joca e Alexssandra Silva, pela força e pelo companheirismo na caminhada pela estrada da vida.

Aos irmãos e às irmãs Dediane Souza, Leila Santos, Rodrigo Amaral, Lucas Veloso, Régis Pereira, Antonio José Teixeira, Zilmara Alves, Taiane Alves, Felipe Lopes e Laís Regina Oliveira, que aguentaram minhas ligações chorosas e escutavam minhas aflições.

Aos companheiros de movimento negro, Rebeca Bezerra, Dione Silva, Clarisse Alexandre, Labelle Rainbow, Lucas Vieira, Tarcicleudo Nepomuceno e Diego David, pela ajuda incansável com ponderações, questionamentos e reflexões para a construção desta dissertação.

Aos amigos e às amigas que conheci no Mestrado, Sérgio, Lílian, Rosa, Cícero, Rafael e André, gratidão pelo incrível convívio, entre lanches, almoços e cervejas para

superar esse período, muitas vezes penoso. Essa turma foi carinhosamente intitulada de “Panela Mestra”.

À professora Márcia Vidal, pela excelente orientação e companheirismo que foram para além de sua tarefa. Sua escuta atenta, questionamentos coerentes e ensinamentos de vida me ajudaram na produção desta pesquisa.

Aos professores participantes da banca examinadora, Catarina Farias de Oliveira, Soraya Barreto e Alexandre Barbalho, pelo tempo que disponibilizaram para participar deste momento tão importante e pelas valiosas colaborações na pesquisa.

Aos colegas de turma da PPGCOM-UFC, pelas reflexões, críticas e sugestões oferecidas durante as aulas, grupo de estudos e atividades acadêmicas.

“A sola do pé conhece toda a sujeira da estrada.” (Provérbio africano).

RESUMO

Este projeto de pesquisa tem o objetivo de analisar a produção sociopolítica do ativismo digital negro por meio da observação do uso do aplicativo *Whatsapp* pelo grupo “Juventude Negra Kalunga”, grupo formado por jovens negros que tem como objetivo discutir as relações raciais, dando ênfase à prática do empoderamento juvenil e à identidade da juventude a partir de sua criação nesse aplicativo. Pretende-se observar como o grupo interage neste ciberespaço e os desdobramentos que esse ambiente virtual desenvolve nas relações presenciais e na construção de espaços de discussão para o exercício da cidadania da juventude negra.

Palavras-chave: Mídias sociais. Juventudes negras. *Whatsapp*. Ativismo digital.

ABSTRACT

This research project aims to analyze the sociopolitical production of black digital activism by observing the use of the Whatsapp application by the group "Black Youth Kalunga", a group formed by young blacks that aims to discuss racial relations, with emphasis on the practice of youth empowerment and the identity of youth from its inception in this application. It is intended to observe how the group interacts in this cyberspace and the unfolding that this virtual environment develops in face-to-face relationships and in the construction of spaces of discussion for the exercise of black youth citizenship.

Keywords: *Social media. Black youth. Whatsapp. Digital Activism.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Propaganda racista do azeite da marca Gallo.....	48
Figura 02 - Campanha da ONG Rio da Paz. #OndeEstaAmarildo.....	68
Figura 03 - In the US (New York): “Where is Amarildo?”.....	69
Figura 04 – Página do Grupo Juventude Negra Kalunga no Facebook.....	72
Figura 05 – Blog do Grupo Juventude Negra Kalunga.....	72
Figura 06 - Foto do grupo com a imagem da criadora e administradora do grupo no WhastApp.....	74
Figura 07 - Agência de notícias do Geledés.....	84
Figura 08 - Site do Instituto Mídia Étnica.....	85
Figura 09 - Foto do aplicativo.....	102
Figura 10 - Marcas de tiques no WhatsApp.....	104
Figura 11 - Emojis com pessoas de cores diferentes disponíveis no aplicativo.....	108
Figura 12 - Emojis de famílias de casais do mesmo sexo disponíveis no aplicativo..	108
Figura 13 – Ícone da figurinha representativa do grupo.....	110
Figura 14 – Diálogo para a criação de produtos de divulgação do grupo.....	115
Figura 15 - Convocação sobre o ato em defesa da democracia no grupo.....	117
Figura 16 – Diálogo sobre a redução da maioria penal em momentos diferentes (aprovação no CCJ e ações mobilizadoras do grupo para a não aprovação do tema).....	130
Figura 17 – Conversa sobre a implementação de políticas públicas para a juventude.	132

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual dos temas discutidos no grupo Juventude Negra Kalunga..... 122

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** - Organograma com os indicadores a renda familiar e raça/cor dos brasileiros.
90
- Quadro 2** - Diagrama dos elos das mídias sociais com outras ferramentas..... 95

LISTAS DE TABELAS

Tabela 01 - Tabela com os temas mais discutidos pelo grupo Juventude Negra Kalunga no aplicativo.....	142
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MNU	Movimento Negro Unificado
ENJUNE	Encontro Nacional de Juventude Negra
DIESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
MN	Movimento Negro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	Problematização.....	16
1.2	Justificativa.....	20
1.3	Modos de pesquisar.....	23
1.4	Metodologia.....	26
2	AS REPRESENTAÇÕES NEGRAS PARA A CONSTRUÇÃO DA MÍDIA. 34	
2.1	A mídia negra como ferramenta para o exercício da cidadania.....	34
2.1.1.	Quem é esse Negro na sociedade atual?.....	37
2.1.2.	A construção do pensamento racial na formação do Negro.....	41
2.2.	A construção do negro no Brasil.....	44
2.2.1.	Brasil e sua história inacabada.....	44
2.2.2.	A carne mais barata do mercado.....	49
2.3	Juventude negra: o “eu e o “outro”.....	52
2.3.1.	<i>Juventude ou Juventudes?!.....</i>	52
2.3.2.	<i>Juventude negra, presente!.....</i>	57
2.3.3.	<i>Juventude negra em movimento.....</i>	59
3	ATIVISMO SOCIAL E SUAS FUNÇÕES.....	63
3.1	A visibilidade dos “invisíveis”.....	63
3.1.1.	<i>Os gêneros textuais como tecnologia virtual.....</i>	64
3.1.2.	<i>A construção de uma cidadania comunicativa de (in) visíveis.....</i>	66
3.1.3.	<i>Mobilização social na rua e na rede.....</i>	72
3.2	Escute sua voz: o ativismo digital negro na rede.....	77
3.2.1	<i>A participação da juventude (s) negra na rede.....</i>	77
3.2.2	<i>O contexto social do movimento negro no Brasil e no Ceará.....</i>	82
3.2.3	<i>Narrativas em rede: ativismo digital negro na web.....</i>	84
3.3.	<i>Novas tecnologias: por outra comunicação para o movimento negro.....</i>	90
3.3.1	<i>Mídias negras: ferramentas de comunicação na sociedade globalizada....</i>	90
3.3.2	<i>Um mundo sem fronteiras ou fronteiras entre mundos?!.....</i>	94
3.3.3.	<i>Por uma regulamentação democrática e plural dos meios de comunicação.</i>	99
4	WHATSAPP: UM ESPAÇO EM DISPUTA.....	103
4.1	O WhatsApp como instrumento de mobilização.....	103
4.1.1	<i>As funções do aplicativo para mobilizar.....</i>	107

4.2	O processo de produção do ativismo digital negro através de aplicativos móveis.....	114
4.2.1	<i>Uma comunidade de afetos e ativismo negro no WhatsApp.....</i>	121
4.3.	Comunicação, ativismo digital e cidadania do grupo Juventude Negra Kalunga.....	125
4.3.1.	<i>Os desafios para o exercício da cidadania da organização.....</i>	125
4.3.2.	<i>O ativismo digital negro na Internet do grupo.....</i>	131
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
	REFERÊNCIAS.....	139
	ANEXOS.....	143

1 INTRODUÇÃO

1.1. Problematização

Se, para toda caminhada, é preciso dar o primeiro passo, não seria diferente em uma pesquisa acadêmica. Descrever em um artigo, uma monografia ou uma dissertação a complexidade de analisar um grupo, uma comunidade, uma população, é desafiador. E compreender os percursos de uma pesquisa, suas particularidades e suas circularidades de informações, da forma mais fiel, é estimular um pensamento, uma reflexão sobre o campo e construir um movimento circular entre os sujeitos e a pesquisa. Essa 'inquietação' ocorre a partir da observação do pesquisador que tem anseios por respostas sobre alguma coisa. José Luiz Braga, que desenvolve pesquisa sobre a interface Comunicação-Educação, diz que “só pesquisamos porque temos dúvidas a respeito de alguma questão mundo” (BRAGA¹, 2005). Ele ainda ressalta que a curiosidade é fundamental para a produção de uma pesquisa: “É preciso estar curioso a respeito de uma situação ou tema. Ou seja: devem-se ter dúvidas que não sabemos algumas coisas sobre a questão de nosso interesse”. (BRAGA, 2005).

Com isso, é possível entender a possibilidade de alinhar o conhecimento empírico com o “fazer ciência” (academia) para narrar a história da população negra e, em especial, da juventude negra na prática do ativismo digital que será debatido no decorrer da pesquisa. Ademais, tentar compreender como essa juventude cria estratégias e reinventa mecanismos para denunciar as opressões e as violações vividas diariamente por meio dessas novas tecnologias, que impõem uma nova forma de interação, um novo tipo de produção de conteúdo, nova forma de percepção sobre a participação dos seus agentes. O propósito da pesquisa é compreender os discursos que os sujeitos realizam nesse espaço como prática para alterar padrões para emissão da mensagem e entender quais ideologias e interesses o grupo Juventude Negra Kalunga tem na apropriação das mídias sociais, um local de produção cultural, social e política.

O desafio de tornar real a construção de mídias sociais, para dar visibilidade aos grupos excluídos e oprimidos historicamente, é significativo. Em um país cuja metade da população é formada por negros (as), como mostra o IBGE em 2014, as pessoas negras (pretas e pardas) são a maioria da população brasileira, representando 53,6% da população, a

¹ José Luiz Braga – Revista Comunicação & Educação – Ano X – número 3 – set/dez 2005 DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v10i3p288-296>

discussão sobre as relações raciais ainda aparece na comunicação de forma muito tímida. Quando realizado um recorte geracional, percebemos o quanto essa população é estigmatizada e como ela não goza, de forma plena, seus direitos sociais, políticos e civis. Com pouco ou quase sem acesso a políticas públicas específicas, a juventude negra torna-se vítima da violação de vários direitos, dentre eles, o direito à comunicação, apresentado no artigo 220 da Constituição Federal “que dispõe sobre a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado apenas o que nela está disposto” (BRASIL, 1988). Tem-se enraizada, na sociedade, por séculos, a produção da desigualdade em diversos âmbitos e, mesmo com a criação de políticas afirmativas como a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no Governo Federal, a implementação da Lei nº 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo escolar, a Lei de Cotas para o Ensino Superior, dentre outras ações, ainda são grandes os obstáculos para superar essas disparidades, pois a democratização da comunicação no Brasil tem caminhado a passos lentos.

Na mídia, o tema é quase sempre apresentado com estereótipos² e, tradicionalmente, ligado ao imaginário da representação do Negro na sociedade brasileira, já que, como afirma Jaccoud (2008), no Brasil, foram produzidas teorias que fundamentaram a discriminação racial. Ela diz que “as teorias racistas, então largamente difundidas na sociedade brasileira, e o projeto de branqueamento vigoraram até os anos 30 do século XX, quando foram substituídos pela chamada ideologia da democracia racial” (JACCOUD, 2008). Sendo assim, o esforço midiático de tentar divulgar e popularizar as pautas e as demandas da população será mínimo e os meios de comunicação, em geral, darão pouca visibilidade sobre os temas relacionados às políticas públicas, legislação e/ou direitos da população negra. O discurso sobre a ideologia de uma democracia racial possibilitou a produção de práticas discriminatórias realizadas pela comunicação e contribuiu para a gravidade de atos que violam o preâmbulo da Constituição brasileira: “sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”. (BRASIL, 1988).

Atualmente, as mídias sociais têm-se constituído como espaços de extensão para as relações sociais que podem ser medidas não apenas presencialmente, mas também *on-line*.

² Atributos dirigidos a pessoas e grupos, formando um julgamento a priori, um carimbo. Uma vez ‘carimbados’ os membros de determinado grupo como possuidores deste ou daquele ‘atributo’, as pessoas deixaram de avaliar os membros desses grupos pelas suas reais qualidades e passam a julgá-las pelo carimbo. FONTE: GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: Formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009 – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

O receptor não é um mero espectador da notícia, ele é, também, produtor de conteúdo e compartilhador da informação. São sujeitos que adquirem uma nova forma de transmissão das demandas e fortalecimento da resistência para a produção de discursos referentes às questões sociais, raciais, culturais e econômicas. Compreende-se, portanto, a necessidade de analisar a criação dessas ferramentas que auxiliam na prática do ativismo digital, atualmente, tão difundido no mundo.

A compreensão de ativismo digital inicia-se com a ‘Primavera Árabe’, revolução ocorrida em 2011, que tinha como objetivo denunciar as desigualdades sociais e a corrupção, bem como criticar a ditadura existente em diversos países, a qual culminou com diversas manifestações no Norte da África e no Oriente Médio. Os protestos foram caracterizados como a ‘revolução digital’ (VASCONCELOS FILHO; COUTINHO, 2017), pelo intenso uso de alguns instrumentos das mídias sociais, como *Facebook*, *Twitter*, *YouTube* e mensagens de texto, por manifestantes que reivindicavam mudanças políticas e a transformação democrática do local. Vasconcelos Filho e Coutinho acreditam que as mídias sociais criaram um novo momento de atuação política e ressaltaram que “vivemos tempos em que todos são atores em potencial da ação política digital, bastando que se identifiquem com uma causa”. (VASCONCELOS FILHO; COUTINHO, 2017).

É possível perceber que os protestos iniciados na ‘Primavera Árabe’ eclodiram para o restante do globo, chegando, assim, ao Brasil com as manifestações do ‘junho de 2013’, que começa em São Paulo, quando o Governo do Estado autoriza a repressão policial para prender, de forma violenta, lideranças da greve ocorrida na Universidade de São Paulo – USP, que tinha como tema central de sua manifestação a frase ‘não é só pelos 20 centavos’, para informar sobre o aumento da tarifa de ônibus na capital paulista. À época, o Movimento Passe Livre organizava as manifestações, via redes sociais, para convocar alunos, professores, movimentos sociais e pessoas interessadas na causa.

Observamos que diversos *blogs*, *sites* e páginas da *internet* começaram a noticiar o caso e produzir material informativo para os militantes, grupos e pessoas que acompanhavam os atos. Nesse momento, as chamadas mídias independentes do Brasil, que visam produzir um jornalismo diferente do monopólio midiático da comunicação nacional, criaram força para mobilizar aliados e divulgar suas ações. A ‘rua’ tem-se cruzado com a ‘tela’ para produzir outro espaço de disputa ideológica, ética e social, “estes filtros midiáticos *on-line* estão consolidados para o ativismo digital” (VASCONCELOS FILHO; COUTINHO, 2017), no qual devem conectar as demandas do *off-line* para *on-line* e vice-versa. Observa-se uma mudança tecnológica que possibilita a conexão entre sujeitos e grupos a partir do

crescimento do número de usuários, das inovações dos aparelhos eletrônicos e do acesso de diferentes públicos, em que o acesso à informação pode ser uma das formas de superar barreiras da discriminação racial e criar um espaço de diálogo para o fortalecimento das mídias negras.

Com isso, o grupo Juventude Negra Kalunga, constituído há mais dez anos, tem realizado ações de visibilidade da juventude negra cearense, auxiliando no empoderamento e na luta pelo fortalecimento das pautas dessa juventude, no que se refere à luta por direitos, como o relacionado à comunicação. São realizadas oficinas, palestras, rodas de conversas, entre outras metodologias, em escolas públicas da rede de ensino, nas quais se discute a temática, levando trabalhos ou propostas que possibilitam o diálogo e a produção de conteúdos relacionados à população negra. Como explicam os integrantes do grupo, o coletivo atua na promoção da consciência racial da juventude cearense, a partir do processo de conscientização sobre os espaços de participação para que a discussão sobre as demandas dessa juventude sejam priorizadas. Com a investigação da produção de postagens dos integrantes no aplicativo, desde sua criação, verificando a forma como se relacionam, os comentários diários, os debates sobre a temática racial, os compartilhamentos de suas postagens nas redes sociais e como o grupo influencia cada participante nas escolhas de suas fotos, frases e representação identitária, pretendo observar como o grupo se conecta, enquanto agentes que trocam experiências e que criam conteúdo para outros espaços na *web*.

A pesquisa visa investigar a possibilidade de apropriação de identidades culturais de um grupo de jovens negros que usa o *WhatsApp*³ para produzir informações sobre as relações raciais de modo a criar um conteúdo nas mídias sociais e, assim, efetivar a democratização dos meios de comunicação. Será observado como a juventude negra apropriase do ambiente virtual para divulgar e criar informações sobre as pautas específicas desta população através do uso do aplicativo móvel. O *WhatsApp* apresenta uma forma de comunicação escrita prática e econômica, possibilitando o acesso e a participação de seus membros, sendo esse um dos motivos da entrada de diversos grupos ao espaço virtual. É possível encontrar movimentos sociais, grupos e/ou coletivos ligados ao debate dos Direitos Humanos, integrando e produzindo informações nesse espaço, ainda que em menor proporção, se comparado ao gigantesco universo midiático. A intervenção política dos movimentos sociais agora une ‘a rua’ com ‘a tela de um celular’, potencializando agentes que

³ Aplicativo de mensagens em uma multiplataforma que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar pelos SMS. O aplicativo foi lançado em 2009 por integrantes do Yahoo!.

pensem estratégias de formação, organização e mobilização entre compartilhamentos, curtidas e comentários através do *WhatsApp*. Refletir sobre essas manifestações e articulações como um avanço para a participação ativa é compreender que as novas tecnologias também podem ser aliadas no espaço digital.

1.2. Justificativa

Certa vez, entramos num sebo do centro de Fortaleza. Procurávamos livros sobre negritude, racismo, ações afirmativas, enfim, livros que nos ajudassem a entender sobre a população negra e os desafios que ela enfrenta. Acabamos encontrando um livro chamado “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus.

Lendo o resumo no verso, percebemos que se tratava de uma autobiografia. Já havíamos ouvido falar dessa mulher negra, de seus livros e da sua história de superação, mas nunca havíamos lido o livro dela. Compramos de imediato e começamos a devorar cada página. O primeiro parágrafo já começava a nos inquietar. Era a narração de sua história, contada pelo repórter Audálio Dantas que, em 1958, estava na favela do Canindé, em São Paulo, preparando uma reportagem sobre um parque infantil para o extinto jornal *Folha da Noite*, quando se deparou com uma mulher negra chamada Carolina Maria de Jesus. Por que contamos essa história? Porque ali, sem perceber, estávamos lendo a história de vida de uma mulher negra que seria, mais tarde, nossa inspiração para escrever sobre outras histórias negras. Não sabíamos se escreveríamos sobre as histórias de vida da população negra, mas sabíamos que precisávamos encontrar uma fórmula, um jeito de escrever sobre um grupo racial que tem suas produções, em grande maioria, vinculadas ao ideário da escravidão e discriminação. Queríamos falar sobre negritude, afirmação positiva e pertencimento que também fazem parte da cultura desse povo. Mas como contar? Como colocar, falar o que observamos? Então lemos um trecho do livro de Jesus (1994), que dizia:

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade. (JESUS, 1994, p. 29).

Nesse momento, percebemos que a escrita seria primordial, para expressar o que pensamos sobre as relações étnico-raciais, principalmente, porque a escrita foi um dos meios de exploração dessa população. Temos catorze milhões de analfabetos, como mostra a

pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o analfabetismo. O censo relativo ao ano de 2010 aponta que a maior parte deles se encontra na região Nordeste, concentrando-se na população com mais de quinze anos, entre negros e pardos, ou seja, encontra-se na população historicamente marginalizada.

Foi então que começamos a pensar sobre como escrever a história desse povo. Compreendendo que a oralidade faz parte da vida e da história da população negra, trouxemos diversos questionamentos sobre o significado de nossa história. Iniciamos a militância no movimento juvenil da Igreja, na qual fizemos parte do “Grupo Ação Jovem”, que tinha o intuito de debater sobre juventude e Igreja, articulando pautas mais progressistas dentro do Cristianismo, em que a luta e a fé caminhassem juntas para a transformação social. Tínhamos o sonho de uma sociedade mais justa, solidária e democrática, na qual o ecumenismo pudesse trilhar espaços de fé e mudança. Foi um local de muito aprendizado e troca de saberes, no qual pudemos entender o significado da palavra fé para além do orar, uma fé de poder ajudar a combater as desigualdades. Esse foi o primeiro passo para encontrar outros jovens que refletiam sobre temas como o papel da mulher na sociedade, a condição do negro, a visibilidade da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), entre outras pautas que nos incomodavam.

Foi quando conhecemos um grupo de jovens que também tinha os mesmos anseios, os mesmos questionamentos, querendo discutir sobre o espaço de fala da juventude negra cearense. Esses jovens eram um aglomerado de identificações, como ser negro, gay, travesti, candomblecista, mulher e/ou pobre que procuravam respostas para os dilemas de serem jovens negros e negras no Ceará. Esse grupo de jovens se tornou a Juventude Negra Kalunga, grupo que integramos desde 2007, há, aproximadamente, dez anos de militância, que discute sobre a condição do negro na sociedade, o seu papel na formação social do povo brasileiro e como esse ator se remodela para responder as discriminações e os preconceitos que vivencia. O nascimento do grupo ocorre em um momento de mudanças no debate sobre as relações raciais no Ceará e no Brasil, pois é um grupo se depara com dados alarmantes sobre a situação do negro. Temos, como exemplo, o perfil da população carcerária no Brasil, na qual, 64% dos presos no sistema penitenciário nacional são negros, como aponta os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), em junho de 2016. A pesquisa só afirma que o histórico do seu Judiciário brasileiro carrega uma seletividade penal prejudicial à população negra brasileira. Quando falamos do acesso à Educação Superior, o número de negros é menor do que o de brancos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1997 e 2007, o acesso da população negra ao ensino

superior cresceu, mas continua sendo metade do verificado entre brancos. Entre os jovens brancos com mais de 16 anos, 5,6% frequentavam o ensino superior em 2007, enquanto entre os negros esse percentual era 2,8%.

Com isso, vimos no grupo Juventude Negra Kalunga a possibilidade de discutir temas essenciais para a realização de ações, utilizando o aplicativo para a produção de um ativismo negro. Mas qual metodologia utilizar? Quais métodos necessários para tentar entender esse processo de produção sociopolítica do ativismo digital negro? São tantas as perguntas para definir uma metodologia adequada.

A escritora nos apresentava a história de vida de uma mulher negra, a história de um povo, a história do povo negro. Será essa a possibilidade de produção da nossa escrita, através de histórias de vida? Percebemos que os caminhos sempre nos levavam ao debate da escuta, de observarmos o “campo” e registrarmos a forma de diálogo de um povo. Tentamos, então, exemplificarmos por que a escolha do aplicativo *Whatsapp* e suas atribuições, para, depois, explanarmos a causa da entrada do grupo Juventude Negra Kalunga nessa tecnologia. Percebemos que as mídias sociais são, na atualidade, um instrumento que tem moldado as relações e a forma como a juventude tem se conectado com o mundo e suas diferentes questões. Comunidades virtuais são criadas, (re)criadas e/ou canceladas a partir dos interesses de seus indivíduos e/ou coletivos para os compartilhamentos de informações, imagens, áudios, vídeos, dentre outras formas de diálogo, com seus gêneros textuais particulares.

Surge, então, a escolha pelo tema “Enegrecendo o *WhatsApp* – Uma análise sobre a (re)apropriação da identidade cultural do grupo Juventude Negra Kalunga pelo uso do aplicativo”. É uma construção a partir de estudos realizados na graduação, com base na forma como a população negra⁴ é representada nos meios de comunicação. No entanto, a motivação por esse tema vem de muitos anos de militância e vida. O escritor Luiz Carlos dos Santos⁵ diz em seu texto “A Palavra falada: o som e o sentido humano” que “a palavra falada é a alma da narrativa e a narrativa é o caminho que a imaginação e o fazer humanos percorrem para nos ensinar quem somos, como somos e porque somos”. O racismo⁶, como um elemento estruturante na formação da sociedade brasileira, sentencia a juventude negra a altos índices de desigualdades, vulnerabilidades e criminalização. Essa ação viola as possibilidades de disputar um lugar social, cultural e econômico mais digno e justo para estes jovens, tornando

⁴ Segundo dados do IBGE, é o grupo formado por pardos e pretos.

⁵ Jornalista, mestre em Sociologia pela USP e professor de Língua Portuguesa e Literatura da Escola Vera Cruz e do Centro Universitário Ibero-Americano.

⁶ Conjunto de teorias e crenças que estabelecem uma hierarquia entre as raças, entre as etnias; doutrina ou sistema político fundado sobre o direito de uma raça (considerada pura e superior) de dominar outras. Fonte: <https://pt.wikipedia.org>

suas perspectivas de vida cada vez mais inseguras. As mídias negras, protagonizadas pelos jovens, têm pouco espaço para difundir temas que, geralmente, são negligenciados pelos veículos tradicionais. As questões raciais, que demandam um debate público na sociedade brasileira, são pouco difundidas. Hoje, mesmo que de forma tardia, a juventude negra também vivencia a popularização das mídias sociais com a evolução da internet, tornando-se cada vez mais ativa na rede, construindo seus próprios espaços de discussão, e por que não dizer ativismo digital? Surge, então, a possibilidade de observar como o grupo utiliza o aplicativo para instituir um espaço de diálogo e articulação através das interações sociais.

1.3. Modos de pesquisar

Foi iniciada a pesquisa do estado da arte das produções sobre juventude e mídias sociais dentro dos espaços acadêmicos de algumas Universidades, para ajudar na escolha do projeto de pesquisa a fim de que, a partir do estado do conhecimento, entender ainda mais o seu objeto. A busca por informações levou ao encontro dos escritos de Marília Pontes Sposito, que apresenta indagações sobre o estado da arte, nas quais afirma ser um “esforço sistemático de inventariar e fazer balanço sobre aquilo que foi produzido em determinado período de tempo e área de abrangência. Isso é o que se convencionou denominar de ‘estado do conhecimento’ ou ‘estado da arte’” (SPOSITO, 2009). Sendo assim, iniciamos a busca por produções que ajudassem no avanço do tema. No Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), existe pouco registro de pesquisa sobre juventude, relações raciais e mídias sociais. Pesquisei as dissertações do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), no qual encontrei pontos comuns que conectam o tema desenvolvido com dissertações apresentadas no programa, como os temas: mídias sociais, dispositivos móveis, as questões raciais e juventude. As temáticas fazem parte do mestrado, quase sempre, em produções distintas. Encontrei a dissertação de Alicianne Gonçalves de Oliveira, que tem como título “A questão racial na esfera pública (virtual): a experiência da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Governo Dilma Rousseff”. O trabalho tem por objetivo estudar como o órgão do Poder Executivo Federal brasileiro se coloca na esfera pública virtual quando se estabelece o tema da igualdade racial. A dissertação “Lógica dos usos e apropriações da Internet por jovens dos setores populares”, de Moema Mesquita da Silva Braga, investiga se e como os diferentes lugares coletivos de acesso à *internet* possibilitam usos e apropriações distintos desse meio por parte dos jovens internautas. Busquei o tema em outras

Universidades e encontrei a monografia “‘Você tem *WhatsApp*?’ Um estudo sobre a apropriação do aplicativo de celular por jovens universitários de Brasília”, de Bruna Sthefany Souza dos Reis, que fala sobre os aplicativos de celulares que viabilizam a troca de mensagens de texto, como o *WhatsApp*, que, além dessa funcionalidade, permite grupos de conversas e envio de imagens, vídeos e áudio, além da dissertação “Comunicação em aplicativos móveis de *Instant Messenger*: usos e apropriações do *WhatsApp* entre jovens universitários”, de Marcel Rodrigues Queiroz Ayres Dantas, que tem o intuito de compreender as particularidades emergentes das interações sociais mediadas por dispositivos móveis por universitários da cidade de Salvador (BA).

Essas seguintes pesquisas auxiliaram na formulação de conceitos e na produção de uma análise inicial das palavras-chave do projeto de pesquisa e nos levou a caminhos para além da militância no Movimento Negro, o que culminou na escolha pela academia e, principalmente, pelo programa de mestrado em Comunicação, pois acredito que este é um espaço em disputa para a população negra.

Sendo assim, o trabalho apresenta as temáticas referentes às conceituações sobre juventude, população negra, ativismo digital e mídias sociais. No primeiro capítulo, foi abordado o assunto movimento negro e os desdobramentos históricos que tratam sobre as representações negras para a construção da mídia. A partir dessa análise, discorreremos sobre como a mídia negra pode ser uma ferramenta para o exercício da cidadania dessa minoria. Apresento um pouco como o Negro se situa na pós-modernidade e como a construção do pensamento racial auxiliará na formação do Negro no mundo. Também falo sobre a construção do negro no Brasil na questão identitária, tão discutida há séculos, para explicar as diversas mudanças na sociedade brasileira, com a finalidade de debater a formação e o sentido do Brasil (RIBEIRO, 2015). Ainda falamos sobre a fundação da sociedade e a reprodução do Negro e de sua imagem nos espaços midiáticos. Hall (2006) afirma que não é possível classificar e/ou agrupar em um mesmo local as nossas identidades, pois elas são complexas e plurais e se alteram com base nas mudanças que ocorrem, ao longo do tempo, na formação dos sujeitos. Compreendendo a indagação de Hall, inicio o terceiro tópico do primeiro capítulo com o tema Juventude negra: o “eu” e o “outro”, no qual tento sintetizar os diversos significantes da palavra “juventude”. Essa teia de conceituações que se desloca, a todo instante, compõem um espaço de multiplicidade, um estado de mutação. Fecho o capítulo em questão com uma abordagem sobre a participação da juventude negra nos movimentos sociais, ora discorrendo sobre temas comuns às pautas gerais da população negra, ora reivindicando pautas específicas desses sujeitos sociais.

O segundo capítulo fala acerca do ativismo digital e das suas implicações na vida cotidiana. Como a juventude encontrou, em meio aos avanços das novas tecnologias, outra forma de “fazer comunicação” ou, como Sposito ressalta, “adentrando espaços virtuais como espaços de encontros, de trocas, de produção de novas formas de ser e estar no mundo, bem como novas formas de socialização e solidariedade” (SPOSITO, 2009). Isso possibilitou a criação, de maneira transversal (=coletiva), da utilização das ferramentas midiáticas com sua “cara”, como que viabilizando estruturas de inclusão para os diferentes sujeitos sociais. Dessa maneira, é possível perceber que os primeiros passos foram dados, para que essas juventudes tenham voz e possam interferir, diretamente, nas estruturas comunicacionais que não serão as mesmas após sua chegada. Também falamos sobre a importância das mídias sociais para informação e comunicação do movimento negro, a fim de que fossem demonstradas como essas mídias podem dar visibilidade aos grupos minoritários.

Por fim, o terceiro capítulo traz a pesquisa realizada com o grupo Juventude Negra Kalunga e a convergência com a apropriação do *WhatsApp* (WA) como forma de afirmação da sua identidade negra, por meio da apresentação dos dados coletados com a observação do grupo de conversação, a aplicação de entrevistas, a produção de tabelas e gráficos com os temas discutidos, para tentar analisar o processo de ativismo digital por meio do aplicativo. A constituição dessas mídias sociais funcionou como canal de relacionamento, que possibilitou a interação e a participação entre os seus usuários, ajudando na forma de se comunicar com os diferentes movimentos, proporcionando o debate de temas e de causas de grupos historicamente excluídos, os quais interferem, diretamente, na construção identitária dos jovens e jovens dos grupos como sujeitos sociais. Thompson (1998, p. 135) declara que “vivenciamos, atualmente, uma sociedade informacional, em que a comunicação acontece em escala cada vez mais global, reordenando as noções de espaço e de tempo, através de interações entre indivíduos situados em diferentes locais”. Essa afirmação mostra como o ativismo digital vem ajudando os movimentos sociais a promover a democratização das relações sociais, pois consegue realizar seu papel na sociedade como espaço de mobilização e luta de diferentes motivações promovidas por diversos agentes, a fim de compreender as identidades, sejam elas individuais e/ou coletivas, e incluir indivíduos que se reconhecem como peças importantes nessa transformação.

É importante lembrar que as tecnologias desenvolvidas pela *Internet* para aplicativos não são definitivas, suas mudanças são constantes. Para Araujo Junior, Cormier e Tarapanoff (2009, p. 10),

essas mutações ocorrem na sociedade da informação, pois associam-se ao momento de transformações pelo qual passam as sociedades contemporâneas em que a informação e as tecnologias da informação e das comunicações assumem relevância no novo padrão de produção capitalista.

Assamann (2000, p. 8) ainda explica que a “[...] sociedade da informação é a sociedade que está atualmente a constituir-se, na qual são amplamente utilizadas tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação de baixo custo”.

Para Vaz (1999, p. 118), “o acesso à informação é imediatamente uma questão política. [...] é uma questão de poder”. Logo, as mídias sociais representam a expansão do desejo do homem de construir um paradigma sobre a formação social da tecnologia. Esse paradigma nada mais é do que o ‘eu’ conectado ao ‘nós’ por meio de um computador e isso resulta na extensão de uma rede que questiona essa comunidade em formação e influência na produção de quem detém o poder nesse espaço.

Pretendemos, com a pesquisa, compreender a funcionalidade do grupo de conversação, como ele oferece a possibilidade de interação entre usuários que apoiam causas comuns às demandas da juventude negra e analisar a busca, cada vez maior, pela troca informações e experiências que facilitam a incorporação do aplicativo móvel no fortalecimento de pautas específicas.

1.4. Metodologia

Para explicar a escolha pela metodologia aplicada na pesquisa, é preciso falar sobre a escolha do nome “Mídias Negras” para a produção da pesquisa e como a nomenclatura tem aparecido em diversos trechos da dissertação. A ideia nasceu da produção da monografia, quando iniciamos o debate sobre a afirmação positiva da população negra na sociedade brasileira. Lemos sobre a ‘Frente de Mídias Negras de São Paulo’, grupo que nasceu em 2015, cujo objetivo era aproximar diferentes iniciativas de mídia negra para discutir a democratização da comunicação no país sob o prisma da questão racial, além de documentar as experiências históricas da mídia negra no Brasil. A animação com a possibilidade de discutir mídias sociais e as relações raciais. Textos, artigos e matérias com o tema “mídia negra” começam a surgir nos espaços de comunicação alternativa. Mulheres negras, juventude negra e população LGBT negra produzindo comunicação diferenciada e destacando a importância de narrativas sob a ótica da população negra.

Assim, é possível entender porque a análise de conteúdo foi a metodologia escolhida para descrever a relação do ativismo digital do grupo Juventude Negra Kalunga

pelo uso do aplicativo. Para isso, foi necessário queimar muita sola do pé, ou muita “vista na tela”, para reconhecer a estrada que estamos pisando. Entre os diversos pontos que marcam a motivação por este estudo, precisamos ressaltar alguns elementos que ajudaram na formação de um pensamento sobre o campo de pesquisa estudado. Para iniciar uma reflexão sobre a análise de conteúdo, é preciso situar os pontos de interseção que serão desenvolvidos no tópico e que ajudaram no entendimento do porque se cruza a metodologia com a ideologia e a pesquisadora com o objeto de pesquisa. Dessa maneira, espera-se estabelecer uma conexão sobre as principais questões que serão abordadas.

Tentou-se observar, por meio da pesquisa, o uso de um aplicativo pelo grupo, para entender as suas interações sociais entre os membros, as possibilidades que esse novo dispositivo tecnológico oferece para o debate e temas relativos às relações raciais e como a conversação pode proporcionar a produção do ativismo negro digital. Os estudos quantitativos das ciências no campo das pesquisas científicas analisam dados estatísticos descritivos e multivariados, que utilizam, em sua maioria, a técnica da análise de conteúdo para avaliar os dados coletados.

Bardin (2009) acredita que a análise de conteúdo se configura como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Esse é um conceito utilizado por muitos autores, inclusive no Brasil, onde foi, inicialmente, criticado e depois se tornou uma das definições mais citadas em pesquisas que adotam essa técnica de análise de dados. Para a pesquisa apresentada, essa metodologia traz um conjunto de instrumentos que estão em constante aperfeiçoamento e ajudaram nas entrevistas, bem como na observação do campo. Uma linguagem que pode ser aplicada em discursos de conteúdos totalmente diversos. Para Bardin (2009), existem diferentes fases para o desenvolvimento da análise de conteúdo. Segundo Bardin (2009), elas se organizam em três etapas básicas: a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial.

A pré-análise é a primeira fase da análise de conteúdo e tem como objetivo organizar o material de pesquisa. Ela inicia na elaboração do projeto, que vai desde o levantamento do material bibliográfico sobre o objeto de estudo até a determinação do conjunto de dados que serão analisados. Trata-se, portanto, de uma leitura geral de todo o material que permitirá formular os objetivos da pesquisa e suas pressuposições sobre o tema, além de determinar o material específico que será objeto da análise. Compete lembrar que a delimitação dos objetivos da análise referente ao estudo do conteúdo da conversação no grupo do *WhatsApp* foi realizada com base na investigação dos indicadores, levando-se em

consideração a relevância e a pertinência do objeto de estudo em resposta à categorização dos temas apresentados. A classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (BARDIN, 2006 apud MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 735).

Diante disso, pretende-se sistematizar os documentos escolhidos, analisar seus indicadores, a fim de construir um diagnóstico das amostragens, divididos em categorias, classificando os temas que mais aparecem, quais são os mais relevantes para o grupo e elaborar indicadores para a produção final do objeto. Vale lembrar que existe um leque de documentos para ser estudado, por isso é importante escolher, criteriosamente, quais documentos serão pesquisados. “A análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial” (BARDIN, 2009, p. 123). A escolha pela análise de conteúdo se mostrou mais assertiva, pois na análise do discurso, por exemplo, o intuito é compreender discursos que os sujeitos realizam além do que já é comum a eles.

No segundo ponto, a descrição analítica diz respeito à classificação dos dados em que se seleciona o material para aplicar a análise e identificar os assuntos apresentados na produção do estudo, além de codificar a unidade de registro para compreender o significado correto de uma unidade de registro. “Mas observa-se com interesse as tentativas que se fazem no campo alargado da análise de comunicações: lexicometria, enunciação linguística, análise de conversação, documentação e base de dados etc.” (BARDIN, 2009, p. 27). Dessa forma, os atos de codificar, classificar, categorizar e selecionar compreendem a organização do material – uma importante etapa que gera a quantidade de informações básicas para a produção do conteúdo. Nesse passo, portanto, pretende-se aprofundar o estudo com a descrição dos temas na conversa com a investigação as postagens e as atividades realizadas pelo grupo.

Por fim, o terceiro ponto, a interpretação inferencial refere-se ao tratamento dos resultados, das interpretações e dos argumentos lógicos, a fim de compreender as informações analisadas. Segundo Bardin (2009), os elementos utilizados nessa etapa estão ligados à intuição, à reflexão e à crítica do conteúdo apresentado, como se fosse uma imersão nos resultados pesquisados. Minayo (2001), que também estuda a metodologia, fala que a ciência é uma forma de busca que não se define, pois, a pesquisa social tem como elemento a formulação permanente de perguntas sobre o cotidiano que é permeado de conflitos e

contradições. A autora afirma que essa busca é a necessidade de compreender o espaço social como um fator científico que reivindica uma diversidade de informações para analisar os fatos em uma sociedade.

Poderíamos dizer, nesse sentido, que o labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para certas direções privilegiadas. E ao fazer tal percurso, os investigadores aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, imbuem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído. (MINAYO, 2001, pg.11-12)

Ela ainda completa que, na ciência, os sujeitos que fazem parte do grupo, na pesquisa social, são agentes da realidade, ou seja, “não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e a suas construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são que ações objetivadas”. (MINAYO, 2001, pg.13). A autora afirma que a pesquisa qualitativa é um campo que procura responder às questões sociais instrumentos fundamentais ao acrescentar que

O ciclo nunca se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimentos afirmativos e provoca mais questões para aprofundamento posterior. A ideia do ciclo se solidifica não em etapas estanques, mas em planos que se complementam. Porém, ela suscita também a delimitação do trabalho no tempo, através de um cronograma. Ao mesmo tempo, portanto, trabalhamos com um movimento de valorização das partes e da integração no todo; e com a visão de um produto provisório integrando a historicidade do processo social e da construção teórica. (MINAYO, 2001, pg.27).

Sendo assim, esse método se complementa, sem fechar o ciclo para as demandas apresentadas ao analisar as conversas e entrevistas no grupo. A metodologia consegue responder pela vontade de analisar o movimento *on-line* do *off-line* do grupo de conversação. Essa busca por tentar entender o sujeito e a sua relação com o mundo será o combustível impulsionador em diversas áreas das ciências humanas e, inclusive, o ponto de partida para analisar o processo de produção do grupo Juventude Negro Kalunga. Um ponto de partida, como explica Joca, na tentativa de “fazer ciência” a partir das narrativas dos sujeitos sociais e suas questões. Ele diz que “na pesquisa científica, especialmente no campo das ciências humanas e sociais, demarcar um ponto de partida de um estudo é correr o risco de ignorar (ou desconsiderar) os diversos caminhos (ou circunstâncias) que nos levam ao encontro das questões estudadas e das inquietações formuladoras das perguntas iniciais” (JOCA, 2015, p.46).

Percebe-se que essas questões devem ser importantes marcadores na pesquisa científica, sobre o processo de produção sociopolítica do ativismo digital negro por meio do uso do aplicativo pelo grupo Juventude Negra Kalunga. Mas isso só é possível quando o estudo se destina a investigar o campo delimitado que “descreve os passos essenciais que permitem, no contexto da investigação, descobrir a verdade e enuncia as regras fundamentais que ajudam, no contexto da exposição, a transmitir as descobertas” (ECO, 2007, p. 13).

Os elementos que permeiam essa metodologia foram criando encaixes no objeto estudado e compondo a prática de pesquisa que se localizou no local/tempo do campo escolhido. Assim, como na travessia de um rio que demanda instrumentos para realizar tal feito, esse fazer científico necessita de instrumentos precisos, observação detalhada do objeto e o conhecimento sobre o processo que será descrito.

A existência de uma gama de significados na produção mediada pela *Internet*, inclusive do grupo Juventude Negra Kalunga, que pode ser entendido como lugar de produção de “saberes” e “fazeres” por meio de aplicativos móveis para debater pautas comuns à sociedade. Com pautas que atravessam a condição da juventude negra e as suas relações afetivas com o entrelaçamento de diferentes assuntos que podem ser discutidos na tentativa de estabelecer estratégias de ativismo digital. Isso ajudará na reflexão sobre o papel do pesquisador com a dimensão social, cultural e política do campo pesquisado, principalmente, o pesquisador em comunicação, que tem a tarefa de analisar os processos de mediação existentes, compreendendo esse espaço de participação social ativa para descrever os modos de vida de um grupo e/ou comunidade na *Internet*. Isso não pode ser perdido de vista mesmo no ambiente virtual, que muda com maior frequência. Deve ser um dos pontos mais importantes para o estudo por meio da mediação da *Internet* e precisa ser importante para analisar o processo de ativismo digital negro do grupo Juventude Negra Kalunga.

Percebendo isso, o estudo apresentado faz uma abordagem com princípios da pesquisa qualitativa, compreendendo o campo e o seu contexto acerca dos modos de vida e militância da juventude negra Kalunga por meio do aplicativo. A partir da análise de conteúdo, foram utilizadas as seguintes ferramentas para coletar as informações: observação do grupo no aplicativo, elaboração de questionário e realização das entrevistas. Foi estabelecido o tempo para a realização da pesquisa referente à entrada/chegada do grupo no *WhatsApp* com a duração um ano da data inicial em 04 de novembro de 2014.

O grupo Juventude Negra Kalunga, à época, contava com a participação de onze integrantes, sendo que sete desses membros eram administradores do grupo de conversação. A metodologia foi empregada para identificar as práticas de militância no ambiente virtual

como forma de analisar o processo de produção sociopolítica do ativismo digital negro a partir da observação do uso do aplicativo pelo grupo. A flexibilidade dos movimentos sociais, como do grupo de juventude negra Kalunga, em interagir nos grupos de discussão, como exemplo a mediação pelo uso do *WhatsApp*, tem possibilitado a partilha de informação e interações afetivas, construindo assim um campo de pesquisa que dispõe do exercício da escuta e da observação, considerando seus múltiplos significados.

Por fim, chegamos ao ponto de reflexão – ou inicial – no qual essas identificações que foram apresentadas, a todo instante no grupo, desenvolverá percepções sobre o comprometimento da pesquisadora na produção da pesquisa. Essa identificação com o tema estudado promove a possibilidade de uma inserção que carrega afeto e cria um entrelaçamento entre a pesquisadora e o objeto de pesquisa. Essa relação afetiva com o campo de pesquisa atravessará as reflexões e os pensamentos da pesquisadora, que tem uma relação e identificação pessoal bastante próxima do tema estudado. Os marcadores da pesquisa terão forte influência, pois estarão inseridos no “modo de vida” da pesquisadora que entrecruza sua história com o campo de pesquisa. Joca (2013) explica que a presença desse tipo de pesquisador tem sido presente nas pesquisas qualitativas.

O mesmo vem ocorrendo nos estudos elaborados por pesquisadores com histórico de ativismo político no âmbito dos movimentos sociais, sob a premissa de buscar, no campo da ciência, legitimar posturas políticas-ideológicas. Tais posicionamentos ancoram-se numa perspectiva da elaboração do saber acadêmico/científico sob o patamar de uma suposta, e a meu ver, falsa, neutralidade. (JOCA, 2013, pg. 47).

O autor apresenta apontamentos importantes para entender como ocorre essa relação/identificação com o campo pesquisado e complementa que esse comprometimento ajudará na busca por legitimar as experiências dos trabalhos científicos que têm entrelaçamento do pesquisador. Nesse percurso, conectam-se as questões raciais discutidas no grupo, como explica Tacicleudo Nepomuceno⁷, integrante do grupo Juventude Negra Kalunga com a vida dos membros.

A questão racial tem sido discutida. É um tema que tem aparecido na mídia, nos projetos dos poderes legislativos e no judiciário. [...] então nesse sentido a interação da gente no grupo, é sempre está fomentando esse debate. Com a questão racial, com relação à juventude, estamos sempre colocando [no grupo]. Postando coisas com relação ao protagonismo juvenil, o quê que a juventude está fazendo, então dentro desse leque de tema a gente sempre tenta dialogar pra saber qual o pensamento do grupo. (NEPOMUCENO, 2017).

⁷ Entrevista concedida por Tacicleudo Nepomuceno integrante e administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, em 17 de março de 2017.

O campo do ativismo digital tem bastante peso na conversação do grupo que tem sua trajetória marcada com experiências vividas no cotidiano e refletirá as práticas e os valores sociais constituídos no grupo de conversação. Nesse caminhar, do qual a pesquisadora faz parte, refletirá a experiência vivida que permitirá descrever sobre o grupo com um olhar familiar, afetivo, mas sem perder de vista a ética e a honestidade da produção e seus desdobramentos. Dessa maneira, é possível perceber que o compartilhamento de conteúdo, a participação nos debates e o modo de ativismo digital praticados pelos membros do grupo Juventude Negra Kalunga também serão experimentados pela pesquisadora.

2 AS REPRESENTAÇÕES NEGRAS PARA A CONSTRUÇÃO DA MÍDIA

“Representar é fenômeno em que o sujeito delega a um outro (o representante, o signo) o poder de interpretá-lo em sua ausência.”
(Muniz Sodré).

2.1 A mídia negra como ferramenta para o exercício da cidadania

Existe um provérbio africano que diz: “As montanhas não se encontram, mas as pessoas encontram-se sempre”. Os provérbios são muito utilizados no Continente Africano e em diversas populações, regiões e comunidades como meios de comunicar sobre um conceito referente à realidade ou uma regra social, moral e/ou valores. Eles são, em sua maioria, frases curtas, de origem popular, compostas de ritmo e rima. É possível pensar nesse provérbio, em especial, como um ponto de partida para tentar compreender o Negro na mídia. Nesse momento, vêm diversos questionamentos: como um ditado pode ajudar a entender esse Negro⁸ localizado na mídia? É possível pensar uma “mídia negra” no processo de produção sociopolítica do ativismo negro? Tantas perguntas com diferentes possibilidades de respostas. Nesse momento, o ditado tenta dar a volta para retornar ao ponto inicial, que fala sobre a importância de recuar um pouco antes da compreensão sobre as mídias sociais, em especial, o aplicativo móvel.

Para iniciar o diálogo, é preciso compreender a criação do termo “mídias negras”, que aparecerá diversas vezes no decorrer da Dissertação para tentar localizar o local de fala do subalterno (SPIVAK, 2010) inserido nessa mídia e sua participação no processo de produção sociopolítica do ativismo digital negro. A ideia nasce na monografia, com a introdução do debate sobre a afirmação positiva da população negra na sociedade brasileira. A leitura sobre a “Frente de Mídias Negras de São Paulo”, grupo que nasceu em 2015, cujo objetivo era de aproximar diferentes iniciativas de mídia negra para discutir a democratização da comunicação no país sob o prisma da questão racial, além de documentar as experiências históricas da mídia negra no Brasil, acaba por proporcionar a possibilidade de discutir mídias sociais e as relações raciais. Textos, artigos, matérias com o tema “mídia negra” começam a surgir nos espaços de comunicação alternativa. Mulheres negras, juventudes negras e

⁸ De acordo com autores, como Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, no livro *O Negro No Brasil de Hoje*, o movimento Negro ressignificou a palavra “negro” a partir de uma decisão política ou ideológica.

população LGBT negra produzindo comunicação diferenciada e destacando a importância de narrativas sob a ótica da população negra. A partir dessas produções, essa população pode se relacionar com diferentes grupos, organizações e/ou movimentos sociais de forma simultânea e mutável (DOMINGUES, 2002), criando um espaço de participação ativa desses agentes da rede (VAZ, 1999). Stig Hjarvard discorre sobre isso quando fala sobre a mídia como um agente de mudança social e cultural. Ele avalia que “a mídia é, ao mesmo tempo, parte do tecido da sociedade e da cultura e uma instituição independente que se interpõe entre outras instituições culturais e sociais e coordena sua interação mútua” (HJARVARD, 2008, p. 54-55).

Sendo assim, pode-se indagar que a mídia é, na atualidade, uma instituição que integra a rede de relação social de diversos movimentos sociais e, em espacial, a da juventude negra. O aplicativo será analisado, nesta Dissertação, como espaço de produção sociopolítica do ativismo digital negro a partir do grupo Juventude Negra Kalunga para tentar entender algumas questões estruturantes na formação do Negro na sociedade, pois discutir sobre comunicação e população negra é sempre estar em processo de reflexão sobre as simetrias que atravessam esse aglomerado de conceitos que compartilharam os signos e significados em mudanças constantes para responder por esse sujeito negro. Como conta Barbero (2015, pg.79), “o *lugar* da cultura na sociedade muda quando a mediação tecnológica da comunicação deixar de ser meramente instrumental para espessar-se, adensar-se e converter-se em estrutural”. Essa comunicação mudará e marcará o conceito de lugar da cultura. Um tema necessário para (des)construir julgamentos marcantes que serão alicerces para a formação identitária da população negra. Para isso, serão discutidos os seguintes pontos: a integração da população negra no pós-colonialismo, a representação desses subalternos e o racismo midiático. Para iniciarmos esse debate, é importante recordar o preâmbulo proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas⁹ (ONU) em 10 de dezembro de 1948, e assinada no Brasil na mesma data, que diz “considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”. É possível pensar que os direitos iguais à dignidade, liberdade e justiça são comuns para toda a população? É possível afirmar

⁹ ONU - A Organização das Nações Unidas, fundada em 24 de outubro de 1945, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundial. O preâmbulo da Carta das Nações Unidas – documento de fundação da Organização – expressa os ideais e os propósitos dos povos cujos governos se uniram para constituir as Nações Unidas.

que o exercício da cidadania é livre para todos os indivíduos? Para todos os grupos minoritários? E para a população negra?

A categoria de cidadania será construída ao longo dos séculos, criando novos rumos para a formação na sociedade e proporcionando um debate sobre os direitos individuais, a comunidade particular e o Estado, que alicerçaram uma nova ordem social. Os desafios apresentados com essa categoria não serão os mesmos para todos os grupos sociais que buscaram, a todo o momento, acessar seus direitos individuais na atualidade, principalmente, para as populações que enfrentaram a diáspora e, conseqüentemente, tem sua identidade ligada pela vida na fronteira (BHABHA, 2005), perdendo assim sua ligação de um lugar comum, uma terra, um lar. Bhabha diz que, para esses grupos, será uma vida no “além” e acrescenta:

Nossa existência hoje é marcada por uma tenebrosa sensação de sobrevivência, de viver em fronteiras do “presente”, para as quais não parece haver nome próprio além do atual e controvertido deslizamento do prefixo “pós”: pós-modernidade, pós-colonialismo, pós-feminismo(...). (BHABHA, 2005, p. 19).

Esses ‘entre-lugares’, ‘entre-fronteiras’, ‘entre-espacos’ resultaram num terreno duvidoso para as populações subalternas que tentarão negociar seus “direitos”, cujo protagonismo se dará por grupos de poder e com privilégios autorizados pela Sociedade, Estado e religião. Um poder que será simbólico, ou, como Bourdieu (1989) chamava, um “sistema simbólico”, que utiliza de formas de conhecimento e comunicação para exercer poder na construção da realidade social e que estabelecerá uma ordem filosófica para o sentido do mundo, ou seja, essas produções simbólicas serão utilizadas como instrumentos de dominação para estruturar uma lógica, por meio de mitos e fabulações, para legitimar uma ordem estabelecida sobre um sujeito, comunidade e/ou nação, a ideia hierárquica de classe dominante que, por sua vez, legitimará sua cultura dominante, por meio da comunicação, a exemplo, para distinguir quem terá ou não acesso aos direitos. Bourdieu ainda fala que

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. (BOURDIEU, 1989, p.11)

Essas classes dominantes criam meios de estruturar suas ideologias e pensamentos que operam para legitimar as práticas sociais e culturais, negando a constituição de um conhecimento e saber de outras classes. Por conta disso, as minorias reivindicaram seu espaço de fala e seus direitos por meio dos movimentos sociais que pautam suas classificações

individuais, como raça, gênero, orientação sexual, dentre outros, para obterem o pertencimento a um local, a uma comunidade e a uma cidadania que responda por suas singularidades. Essa busca será partilhada pelo Negro que tem o desejo de reconhecimento da sua cultura, sua história e sua vida para além do período da colonização. Alguns pensamentos continuam em construção, disputando e se movimentando sobre “o que é esse Negro” tão falado em textos, na literatura e/ou nas diferentes expressões populares e intensas produções acadêmicas que reproduzem diferentes conceituações sobre esse sujeito social.

2.1.3. Quem é esse Negro na sociedade atual?

Para continuarmos esse diálogo, é preciso perceber que esse Negro será um elemento estruturante na formação de um Estado-nação e que sua participação será determinante nos aspectos sociais, culturais, geográficos e econômicos no período colonial. Compreender também sua condição, enquanto um sujeito que terá sua língua, costumes e valores culturais violados, em sua essência, e que comporá um conjunto de regras de integração social, enquadramento e aculturação que lhe condicionará a um “lugar” definido pela sociedade. Fanon (2008) afirma ser a Língua um dos maiores bens de um homem. A língua seria sua valiosa posse e sua extraordinária potência, enquanto sujeito que produz cultura. “Um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito” (FANON, 2008, p.34). Língua que terá um importante papel na colonização, com a tarefa de negar o Negro enquanto sujeito. Ele ainda diz que

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. (FANON, 2008, p.34).

Com isso, o Negro assimilará a representação dos valores culturais do colonizador, incorporando a sua condição, a forma de vivenciar o mundo, a partir do olhar do Outro e se perceber enquanto sujeito que será moldado, estudado, avaliado e definido pelo soberano. Esse pensamento ocorrerá em diversos lugares, compreendendo que as fronteiras foram ultrapassadas pela vivência desses subalternos em diferentes pontos do mundo, do tempo e do espaço, quer ele seja um Negro senegalês erradicado no sul da França, um angolano escravizado no Brasil ou um jamaicano livre nos Estados Unidos. O local e o global se entrelaçam como uma teia de aranha que produz espaços estratégicos apenas para “pegar”

o mosquito que se quer livrar de um destino quase que anunciado, mas que tenta resistir pelo desejo de ainda lutar contra esse fim. Assim, é possível pensar essa população, que procura estratégias para resistir contra um destino que será apresentado por meio de teses e sistemas de naturalização nas relações raciais, para afirmar o seu lugar de fala. Essa teia do passado, que se envolve com o presente, é comentada nos escritos de Homi K. Bhabha (2005, p. 19), quando ele fala que “[...] encontramos-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão” (2005, p.19).

Ele traz uma reflexão sobre esse local da cultura, que envolverá diferentes sujeitos nessa fronteira das produções do passado que refletem sua projeção no presente e que definem seus deslocamentos, espaços e sua representação na Sociedade e no Estado, sem esquecermos a comunicação, que produzirá uma linguagem midiática que proporciona a formação de opinião sobre esses subalternos. Essa linguagem midiática se utilizará da retórica para a concepção de um discurso que auxilie como instrumento de dominação (SODRÉ, 2015). Uma retórica que pode proporcionar a criação de ideias que ajudem na formação de uma sociedade, a construção de diversos mitos que podem ser propagados como verdades absolutas sobre a identidade de um povo e a conceituação de discursos racistas na mídia. Em relação a isso, Sodré argumenta:

Então, não é possível a comunicação e o trânsito de ideias sem uma forma retórica, discursiva, expressiva, capaz de fazer a pessoa compreender. A retórica, portanto, era e sempre foi necessária para expressar a linguagem das massas no espaço público. Quando a razão é pura – por mais lógica que ela seja, por mais racional que ela seja – é mais um instrumento de dominação. (SODRÉ, 2015, p. 138).

Por isso, a importância de falar sobre essa retórica que construirá as relações raciais para entender esse Negro e, conseqüentemente, esse movimento negro na mídia, que se formará a partir da rearticulação das diferenças culturais ocorridas com a colonização. Linguagens essas que vão transitar por diversas áreas da cultura e que alicerçam a forma como a mídia observa e reproduz essa cultura popular negra (HALL, 2003) tão presente na formação da sociedade brasileira.

A apropriação, cooptação e rearticulação seletivas de ideologias, culturas e instituições europeias, junto a um patrimônio africano – cito novamente Cornel West –, conduziram a inovações linguísticas na estilização retórica do corpo, a formas de ocupar um espaço social alheio, a expressões potencializadas, a estilos de cabelo, a posturas, gingados e maneiras de falar, bem como a meios de constituir e sustentar o companheirismo e a comunidade. (HALL, 2003, p. 343).

Nesse momento, Hall (2003) apresenta reflexões necessárias para fazer pensar sobre como essas rearticulações serão criadas, a fim de provocar um pensamento das relações entre negros e não-negros no mundo. É possível imaginar uma conexão entre os pensamentos de Sodré (2015), que fala do espaço da comunicação, e Hall (2003), que comenta o local das políticas culturais. Os dois refletem sobre as implicações da retórica como um instrumento de dominação da população negra na pós-modernidade, que implicará na forma com que essa população se percebe e vai perceber o outro. Conexão essa que pode ser percebida em questões determinantes para se falar desse significante negro (HALL, 2003) que foi reapropriado, cooptado, redefinido em contornos de um ser humano que deve responder pela construção social e cultural de sua identidade, a partir da observação do outro, negando essa humanidade em todo o processo de criação da sociedade moderna.

Essas linguagens ocorreram desde o Período Colonial com os atravessamentos das tradições e dos valores da população negra, que terão o papel de negar a cultura popular, ou mesmo a baixa cultura (HALL, 2003), para a afirmação de uma sabedoria hegemônica que represente a autenticidade de um grupo e torne a outra cultura uma reprodução do banal, ou obscuro. Ele ainda complementa apresentando os sentidos sobre a organização da sociedade ao classificar a cultura legítima e elegante, que desempenhará a função de responder por uma classe dominante na qual, “o ordenamento das diferentes morais estéticas, das estéticas sociais, os ordenamentos culturais abrem a cultura para o jogo do poder, e não um inventário do que é alto versus o que é baixo em um momento específico” (HALL, 2003, pg. 153).

Considerando o contexto histórico e cultural de identificação dessa população negra, podem ser produzidos pelo menos três sentidos diferentes: a cultura negra carrega um valor de baixa cultura por suas práticas e experiências, a partir de um grupo que tem sua tradição subjugada; o espaço de representação de sua imagem é produzido por mecanismos que criam um local periférico; e a tentativa sustentada pela ideologia de inferioridade do negro na mídia. Isso pode ser percebido quando compreendemos que esse determinante “negro”, que expressa suas experiências históricas através de sua língua, corpo, valores e expressões, como um espaço de resistências narrativas (HALL, 2003), é a projeção de um homem que tenta negociar seu significado no mundo com a inquietação, buscando respostas perdidas no espaço-tempo de sua história.

Para isso, temos de pensar o elemento do Capitalismo como um modelo social que traz questões sociais, culturais e geográficas para o negro. Como exemplo, um dos elementos estruturantes desse capital será a formação econômica no mundo para a produção de bens: a escravidão. Para esse negro, será apresentada a condição de um cidadão com acessos restritos

e segregados, e, por isso, pode ser compreendido que alguns fatores os sentenciaram aos altos índices de desigualdades, vulnerabilidades e criminalização. A comunicação ajudará na legitimação, a partir de seu discurso comunicacional, de naturalização dessas desigualdades, que farão parte da implementação de uma padronização do capital no mundo, com atravessamentos de caráter políticos, sociais e culturais que proporcionaram a manutenção da formalidade de uma ordem econômica para esse grupo que deverá responder pelo seu valor de mercado.

A sua felicidade depende quase que inteiramente da capacidade de reconstruir publicamente a sua vida íntima e de oferecê-la num mercado como um produto de troca. Sujeito neuroeconômico absorvido pela dupla inquietação exclusiva da sua animalidade (a reprodução biológica da sua vida) e da sua coisificação (usufruir dos bens deste mundo), este homem-coisa, homem-máquina, homem-código e homem-fluxo, procura antes de mais regular sua conduta em função de normas do mercado, sem hesitar em se auto-instrumentalizar e instrumentalizar outros para otimizar sua quota-parte de felicidade. Condenado à aprendizagem para toda a vida, à flexibilidade, ao reino do curto prazo, abraça a sua condição de sujeito solúvel e descartável para responder à injunção que lhe é constantemente feita – tornar-se outro. (MBEMBE, 2014, p.15).

O argumento apresentado cria, por assim dizer, o conceito de uma ordem econômica que proporcionará perversidades em todo o mundo, que se inicia com a colonização, mas que responderá por outros momentos da história. Sabemos como é abstrato pensar essas variações na modernidade com o conceito de neoliberalismo em curso, que vai se modificando com a globalização (SANTOS, 1993) e teorias trazendo outros elementos que precisam ser discutidos e questionados. Mas é possível tentar contextualizar que esse momento alterou a forma de produção e desenvolvimento, trazendo, em consequência, fatores determinantes sobre a compreensão da raça e do racismo (MBEMBE, 2014). Com isso, possibilitará o entendimento da comunicação que produzirá argumentos estruturantes para unificar e/ou equiparar conceituação sobre o seu funcionamento na formação e organização da sociedade e, em especial, da sociedade brasileira, da qual falaremos mais adiante. Isso produzirá, assim, um discurso que contribuirá para que esse grupo racial seja marginalizado e colocado como serviçal para manter um modelo vigente de superioridade de um grupo racial sobre o outro, a partir de seus instrumentos de dominação.

Mbembe (2014, p. 19) acrescenta que “[...] o negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, o espírito, em mercadoria – a cripta viva do capital”, para descrever o local determinado a que esse humano será sentenciado no processo de implementação de uma ordem social. Tudo isso a partir da produção econômica do capital, o tão conhecido Capitalismo, que estrutura as relações

econômicas até a nossa atualidade e que é responsável pela concentração de riquezas, utilizando o poder excessivo da relação de trabalho em favor do capital para expandir sua economia. Podemos perceber as desigualdades entre negros e brancos nas relações econômicas, através dos dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) pelo Sistema PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), nos quais os negros eram maioria na População Economicamente Ativa – PEA, nas regiões analisadas: Fortaleza (83,0%), Recife (77,7%) e Salvador (92,4%). Em São Paulo, eram 38,4%, e, em Porto Alegre, ficava em apenas 13,3%. Apesar desse número expressivo, independentemente do peso relativo da população negra, a proporção de negros desempregados é sempre superior a de negros ocupados. Sendo assim, o negro é representado, em muitos casos, como um modelo de desenvolvimento que tem o intuito de promover o crescimento econômico dos países a partir da falta de acesso ou precarização do trabalho, como já observava Karl Marx (1988), ao ressaltar que, na mercantilização do trabalho, no modelo capitalista da divisão do trabalho, a reprodução do capital e a precariedade são fatores importantes para as relações de troca (sejam elas salariais e/ou não-salariais).

2.1.4. A construção do pensamento racial na formação do Negro

Com isso, temos a escravidão como primeiro elemento dessa ordem estruturante na formação econômica do Continente Americano para a produção de bens. Nesse instante, a população negra tem sua condição, como sujeito, restrita, condenada às relações de subalternidade, que, posteriormente, serão ligadas aos altos índices de desigualdades, vulnerabilidades e criminalização. Essa ação violou as possibilidades de disputar em espaços sociais, culturais e econômicos mais dignos e justos para a classe trabalhadora, tornando suas perspectivas de acesso cada vez mais inseguras e distantes. Mbembe também diz que

Ao longo do século XVII, um imenso trabalho legislativo vem selar o seu destino. A fabricação das questões de raça no continente americano começa pela sua destituição cívica e, portanto, pela conseqüente exclusão de privilégios e de direitos assegurados aos outros habitantes das colônias. Desde logo, não são homens como todos os outros. (MBEMBE, 2014, p. 42).

A partir desse entendimento, é possível supor que essa forma de servidão ocorrerá de forma contínua, pois esse negro será considerado por diferentes instituições que regem os valores morais e normas sociais como uma não-pessoa que integrará a sociedade civilizada. Esse negro que, na ordem social, reivindicará o reconhecimento de sua humanidade durante

séculos para tentar compreender essa diferença que o localiza, situa-o e o posiciona no mundo. Percebendo isso, é possível compreender o pensamento de Hall (2003) ao indagar como a diferença compõe o campo da cultura negra e sua diversidade, ao apresentar que essa diferença será negociada, a todo instante, em posições diferentes, quando discorre sobre a importância de ir para além, observando que a questão das diferenças raciais pode se constituir com a aglutinação de outras categorizações em um mesmo eixo. Ele fala que

[...] nossas diferenças raciais não nos constituem inteiramente, somos sempre diferentes e estamos sempre negociando diferentes tipos de diferenças – de gênero, sexualidade, classe. Trata-se também do fato de que esses antagonismos se recusam a ser alinhados; simplesmente não se reduzem um ao outro, se recusam a se aglutinar em torno de um eixo único de diferenciação. (HALL, 2003, p. 346).

Ele percebe que essas posições fazem parte da construção da sociedade que se desloca, a todo instante, para negociar espaços e definir outras conceituações dos sujeitos, para responder pelas diferenças na sociedade. Sodré também ressaltava sobre essa diferença no campo da cultura para tentar compreender as fronteiras sociais. Ele dizia que

Cultura não é uma essência, não é uma transcendência, mas o subconjunto das diferenças que foram selecionadas e foram mobilizadas para articular as fronteiras da diferença. Portanto, ao invés de um sistema de significados, o cultural nos remete ao conflito de significados nas fronteiras dos campos sociais. (SODRÉ, 2013, p. 149).

Nesse momento, os autores destacam a cultura como um espaço de conflitos e negociações constantes, em que o negro terá dois desafios para compor uma ordem social vigente que responda por seus embates. O primeiro é tentar responder por sua individualidade, ou seja, tentar compreender-se enquanto uma raça que, na ordem social, está presa a uma silhueta e separada de sua essência, que odeia aquilo que é para tentar ser aquilo que não é (MBEMBE, 2014). Isso será a razão de suas inquietações, angústias e descontentamentos, causando, assim, a estigmatização de sua história e a negação constante de sua raça, vista como uma essência tenebrosa e problemática. E esses conceitos serão fortalecidos diversas vezes pelas estruturas dominantes, como o Estado, que terá a função de exterminar, com validação da Sociedade e da Religião, sua raça para garantir o bom funcionamento da normalidade. A naturalização do racismo será garantida pelos mecanismos do Estado para a fabricação de uma conceituação com limites sobre o que pode ser considerado anormal. Para os demais atos, serão atribuídos meios de abandono, descaso e indiferença, que poderão justificar o direito de violar, criminalizar e, por vezes, assassinar esses sujeitos sem uma essência.

Michel Foucault (2000) salienta isso quando apresenta seu pensamento sobre o tema raça e racismo no moderno funcionamento de qualquer Estado. Ele acredita que não se trata somente da inferiorização de uma raça, mas da disputa pelo biopoder para o fortalecimento de um determinado grupo racial. Segundo Foucault (2000, p. 306), “a raça, o racismo é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização”, legitimando e fundamento o racismo. Acrescenta ainda que “a função assassina do Estado só pode ser garantida, funcionando o Estado no modo do biopoder, através do racismo” (FOUCAULT, 2006, p. 227-228). Com a liberação do Estado, a comunicação terá garantida a possibilidade de corroborar com o racismo, seja pela ausência dessa população em diferentes estruturas nos meios de comunicação, ou pela estereotipação do negro que fornecerá instrumentos para ideias racistas. Ela contribuirá com argumentos sobre a inferioridade de sua língua, seu corpo, condenando essa categoria à insignificância e à desvalorização de sua identidade, fortalecendo um discurso ideológico predominante de superioridade racial que se propagará. Com isso, será possível justificar os discursos produzidos nas mídias para dominação e exclusão de grupos subalternos.

Sobre isso, Orlandi exemplifica a análise do discurso e seus procedimentos que ajudarão na produção de conceitos na mídia para a constituição de uma linguagem dominante. Ele fala que

As condições de produção do discurso irão determinar não o sentido em si, mas as posições ideológicas do jogo discursivo. Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. (ORLANDI, 2000, p. 46).

É possível acreditar que a produção desses discursos midiáticos, por meio de formas e materiais, será respaldada pela sociedade e cumprirão o papel de assegurar a dominação de um grupo sobre o outro. O segundo desafio é invocar nessa raça, a partir de uma produção coletiva, a valorização de sua comunidade racial para resignificar sua história. Com a mudança de deslocamentos sobre as categorizações, é possível pensar na identificação positiva para uma representação ativa dessa raça. Os movimentos raciais têm caminhado para isso com a luta por dignidade, alterando os paradigmas comuns e invertendo mitos por muito tempo difundidos na sociedade. Nesse momento, “essa é a questão mais difícil da proliferação no campo das identidades e antagonismos: elas frequentemente se deslocam entre si” (HALL, 2003). Esses movimentos têm a tarefa incansável de garantirem a representação da diferença em seus espaços de produção.

Por fim, esses são pontos iniciais do campo do pensamento que precisam ser questionados e discutidos, cotidianamente, na tentativa de debater sobre a representação do negro na linguagem midiática. Um conjunto de conceitos deve ser produzido com respeito para retratar um pouco o significado do ativismo negro na atualidade, seja por meio da Comunicação, da Educação, ou de outras áreas, para a produção de ideias que proporcionem a exaltação dessa raça e a valorização de sua cultura.

2.2. A construção do negro no Brasil

2.2.3. Brasil e sua história inacabada

Iniciamos o capítulo discorrendo sobre a representação do negro para a constituição de uma linguagem midiática com elementos estruturantes para compreendermos esse negro no pós-colonialismo. Apresentando marcadores pertinentes para pensarmos o conceito do significante negro (HALL, 2003) na sociedade brasileira, iremos dividi-lo no mito fundador do Brasil, na construção da ideologia da democracia racial e na integração desse negro na sociedade a partir do processo de democratização dos direitos para a garantia de uma cidadania plena. É necessário entender como essa representação repercutirá na fundação da sociedade e, por assim dizer, na construção do negro no Brasil e na reprodução de sua imagem nos espaços midiáticos. Mas, antes, é necessário voltar no tempo e discutir o significado da diáspora na formação da América e entender como os diferentes grupos de países e nações diferentes foram retirados do Continente Africano e trazidos para serem escravizados no Brasil. Compreender o que significou essa escravidão, que culminou nas desigualdades raciais do Brasil atual. A diáspora trouxe para o Continente Americano transformações sociais, culturais, econômicas, entre outros fatores. Formações identitárias que atravessaram fronteiras e modificaram estruturalmente a forma de pensar, os modelos de organização e, até mesmo, o modo de produção.

O conceito de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença: por um lado está fundado em uma ideia que depende da construção de um outro, e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Por outro lado, sabendo que o significado é crucial à cultura, temos a noção moderna possaussiriana que insiste que o significado não pode ser fixado definitivamente, pois está sempre em movimento. Hall afirma que a distinção de nossa cultura é manifestamente o resultado do maior entrelaçamento e fusão, na fornalha da sociedade colonial, de diferentes elementos culturais africanos, asiáticos e europeus. (HALL, 2006, p. 31)

Essa afirmação mostra que a diáspora é conceito em mutação e que influenciou, diretamente, na migração de povos, criando uma oscilação entre dois mundos, que trazem hábitos e formam linguagens múltiplas, numa diversidade cultural em termos culinários, religiosos, artísticos, entre outros. Essa diáspora resultou em desdobramentos históricos para a criação do mito fundador do Brasil (CHAUÍ, 2013), que inicia em 1500 e continua até os dias atuais, para exemplificar a produção de acontecimentos que resultaram na constituição dessa sociedade e, em especial, da população negra brasileira, que representa mais da metade da população em 2014, como mostram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹⁰ (IBGE).

Todavia, para entender o Brasil é preciso entender o mito da fundação de sua construção. Chauí (2013) fala que um mito atua na sociedade como um local imaginário com tensões e contradições que não podem ser resolvidos sem uma transformação social na sociedade. Compreendendo isso, é possível entender a ideia que o Brasil produz, a partir da sua formação, uma desigualdade que é respaldada e aceita pela sociedade. Isso porque se torna mais plausível a aceitação, e até a justificativa, de certas atitudes, como as diferenças entre os sujeitos no acesso aos direitos, e, com isso, legitima-se a reprodução das exclusões na sociedade brasileira. Ela diz que “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para se exprimir, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (CHAUÍ, 2013, p. 09). Percebendo isso, é possível deduzir que nossa nação cria narrativas que auxiliam na relação com o passado, quase sempre permanente, para substituir a realidade e, com isso, justificar as ações, práticas e comportamentos aceitáveis pela sociedade. Ela ainda coloca que o mito não é um simples pensamento, mas uma forma de ação para respaldar as violações que ocorrem na sociedade brasileira. Esse mito produzirá uma sociedade de representações, que, a cada instante, reorganizar-se-á para responder pela hierarquização das relações, pelas diferenças no acesso à cidadania e pela reprodução de violações nos meios de comunicação. Elementos que preservaram as desigualdades em diversos âmbitos e, mesmo com a criação de políticas de acesso, ainda persistem como grandes obstáculos para superar essas disparidades na sociedade brasileira.

Ao tratarmos da construção do negro no Brasil, é preciso pensar a formação do Brasil – como se deu a construção dessa terra como nação –, além de conhecer o povo

¹⁰ Principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. Informações retiradas no site do IBGE. <http://www.ibge.gov.br/home/>.

brasileiro. Só assim é possível observar como esse negro será representado nos meios de comunicação e, mais ainda, nas mídias sociais. Para discutir sobre essa mídia e o negro no Brasil, é necessária uma reflexão sobre a fundação do povo brasileiro e como essas singularidades respondem pelas relações raciais, dando sentido ao que hoje chamamos de nação brasileira. Rocha Pita, considerado o primeiro historiador brasileiro, conta um pouco de como era o Brasil colonial em suas nuances:

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora: o sol em nenhum outro hemisfério tem raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes; as estrelas são mais benignas e se mostram sempre alegres [...] as águas são mais puras; é enfim o Brasil Terreal Paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os maiores rios; domina salutar o clima; influem benignos astros e respiram auras suavíssimas, que o fazem fértil e povoado de inumeráveis habitantes. (PITA, 1999, p. 21)

Ele fala de um país de contrastes, que possui uma variedade histórica de sua civilização, proporcionando diversidade cultural, social e étnica, ressaltando as tradições e os fundamentos que se entrelaçaram, formando uma nação representada pelas formas de linguagens, valores e símbolos, entre tantos outros aspectos. Mas, para tentar entender a formação dessa sociedade, é importante apresentar as reflexões orientadas pela leitura de clássicos que formam o pensamento histórico que instituiu o Brasil como colônia e hoje um Estado-nação de contrastes e contradições. Ribeiro (2015), em seu livro *O Povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil* –, questiona sobre a gestação do povo, para apresentar a confluência das três nações que alicerçaram as relações desse novo mundo, um povo novo que estruturará, socialmente, a organização política, social, cultural e econômica no continente americano.

A sociedade e cultura brasileira são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado geneticamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente. (RIBEIRO, 2015, p. 17).

Ribeiro (2015) trata de um ponto significativo na constituição do povo brasileiro quando expressa as formas étnicas que organizaram o multiculturalismo (MUNANGA, 2012) em nosso território, promovendo uma nação diferenciada dos países europeus, africanos, asiáticos, entre outros, representando, assim, o novo mundo. Multiculturalismo esse que é apresentado por Munanga como uma “corrente de pensamento filosófica, uma visão do mundo ou ideologia que defende o reconhecimento público da existência das diferenças no

seio de uma nação” (MUNANGA, 2012, p. 14) para explicar as matrizes culturais que fecundaram o Brasil, proporcionando uma nação unificada, Estado unificado (RIBEIRO, 2015) que causam desigualdades e contradições, principalmente, com implementação de uma economia pós-colonial, em uma profunda disparidade entre diferentes classes sociais e grupos étnicos. “Essa unidade resultou de um processo continuado e violento de unificação política, logrado mediante um esforço deliberado de supressão de toda identidade étnica discrepante e de repressão e opressão de toda evidência virtualmente separatista” (RIBEIRO, 2015, p.19), o que explica como as lutas, no Período Colonial, foram elementos usados para potencializar as disputas de classes.

Nessas condições, exacerba-se o distanciamento social entre as classes dominantes e as subordinadas, e entre estas e as oprimidas, agravando as oposições para acumular, debaixo da uniformidade étnico-cultural e da unidade nacional, tensões dissociativas de caráter traumático. Em consequência, as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas. (RIBEIRO, 2015, p. 20).

As relações de classes que Ribeiro (2015) aborda serão o ponto inicial para a produção de mitos e fabulações que mais tarde serão fundamentadas na comunicação para aprofundar a segregação simbólica da população negra. Nesse pano de fundo, apenas o debate de classe será predominante em diversos espaços de produção do conhecimento. A discussão maior acontece em torno da criação dessa nação brasileira que dá seus primeiros passos. Entretanto, como pensar um conceito de nação brasileira em que o processo de constituição do Brasil é fecundando com a negação cultural das populações marginalizadas? É preciso entender a origem da concepção de nação brasileira, pois, em sua essência, a palavra nação tinha outro sentido. No final da Antiguidade e no início da Idade Média, a Igreja Romana determinou, no vocabulário Latim, que a palavra “nação” significava apenas um grupo de descendência comum e era utilizada para se referir ao povo indígena, no conceito biológico e, muitas vezes, pejorativamente para reduzir um povo. Por muitos anos, a palavra “nação” foi reservada para os índios, negros e judeus (CHAUI, 2014) e foi se configurando, desde o Período Colonial até a República, para ganhar outro significado, com atribuição política, cultural e social, se transformando no que chamamos hoje de Estado-nação ou nação brasileira.

Nasceu, a partir daí, uma nação brasileira constituída das três raças: os indígenas, os brancos e os africanos, oriundos de quatro Continentes: o Americano, o Europeu, o Africano e o Asiático, que contribuíram para o país com inúmeras diferenças de costumes e

linguagens que podem ser percebidas nas roupas, na culinária, na religião, nos sotaques, entre outros espaços culturais de formação da sociedade brasileira. Ribeiro (1995) argumenta que esse plano étnico-cultural se transfigurará pela gestação de uma nova etnia, que se unificará à medida em que as matrizes iam sendo desfeitas, ou seja, a partir do surgimento de um povo com especificidades, com o desafio de superar os obstáculos de afirmação e reconhecimento de uma pátria nacional. Esses grupos étnicos, que trouxeram na bagagem suas memórias, histórias e tradições para a construção do país, terão como função a criação de uma identidade nacional que determine as relações sociais, culturais e econômicas, para assegurar a produção e a organização de um discurso nacionalista que disseminará uma ideologia única e necessária para afirmar que a miscigenação e a tolerância entre os grupos étnicos são possíveis, em sua plenitude, reinventando uma narração de bom convívio entre as populações que povoam o país.

Nesse processo de construção do país, essas teorias contribuíram para o fortalecimento das desigualdades entre grupos raciais, tais como o falseamento de uma democracia racial que pudesse responder pela diferença social entre grupos étnicos com falácias que acentuavam estereótipos sobre a população negra e indígena, a exemplo o ideário que o indígena era preguiçoso e dócil e o africano burro e sem alma, dentre tantos outros exemplos. Florestan Fernandes fala sobre as contribuições da teoria da democracia racial para a consolidação de uma ordem social:

Em nenhum momento ponto ou momento o “homem de cor” chegou a ameaçar seja a posição do “homem branco” na estrutura de poder da sociedade, seja a respeitabilidade e a exclusividade de seu estilo de vida. Não se formaram, por conseguinte, barreiras que visassem impedir a ascensão do “negro”, nem se tomaram medidas para conjurar os riscos que a competição desse elemento racial pudesse acarretar para o “branco”. Em síntese, não se esboçou nenhuma modalidade de resistência aberta consciente e organizada, que colocasse negros, brancos e mulatos em posições antagônicas e de luta. Por paradoxal que pareça, foi a omissão do “branco” – e não a ação – que redundou na perpetuação do *status quo ante*. (FERNANDES, 2008, p. 304-05)

Essa teoria fundamentará as relações raciais nos mais diferentes campos e atividades de privilégios, como os espaços jurídicos, econômicos e políticos, locais de acesso das classes dominantes e, com isso, tornando difícil o reconhecimento da desigualdade racial e do racismo sofrido pela população negra. Ribeiro (2015, p.20) será mais enfático sobre a teoria da democracia racial, ao ressaltar que “o espantoso é que os brasileiros, orgulhosos de sua tão proclamada, como falsa, ‘democracia racial’, raramente percebem os profundos

abismos que aqui separam os estratos sociais”, mostrando também como essa teoria conduzirá à reprodução da pobreza.

No Período Colonial, principalmente, após a abolição da escravatura, estrutura-se o discurso da democracia racial, respaldada pelas teses de inferioridade biológica entre negros. “Trata-se de fazer a tiragem destes grupos de populações, marcá-los individualmente como ‘espécies’, ‘seres’ e ‘tipos’, dentro de cálculo geral do risco, do acaso e das probabilidades, de maneira a poder prevenir perigos inerentes à sua circulação e, se possível, a neutralizá-los antecipadamente, muitas vezes por paralisação, prisão ou deportação” (MBEMBE, 2014, p.71), para responder pela implementação de uma ideologia nos governos e tecnologia a serviço do funcionamento das desigualdades raciais. Essas teorias serão fortes no Brasil, que se vem formando como uma pátria nacional que procura responder por um projeto social de nação representada pela diversidade em seu território, para tentar difundir a ideia de desenvolvimento nacional com a unificação das três raças de fundação da sociedade brasileira.

2.2.2 A carne mais barata do mercado¹¹

Esse discurso racial produzirá o branqueamento e funcionará para a manutenção de um sistema de discriminação legal ou uma ideologia racista que justifique as diferentes posições sociais dos grupos sociais (JACCOUD, 2008), organizando assim um “racismo à brasileira” através das relações de cordialidade, que silenciaram, mais uma vez, as relações entre as classes dominantes e as dominadas. Para isso, é utilizada a técnica do “não-dito” que Sales Júnior (2009) salienta nos discursos raciais:

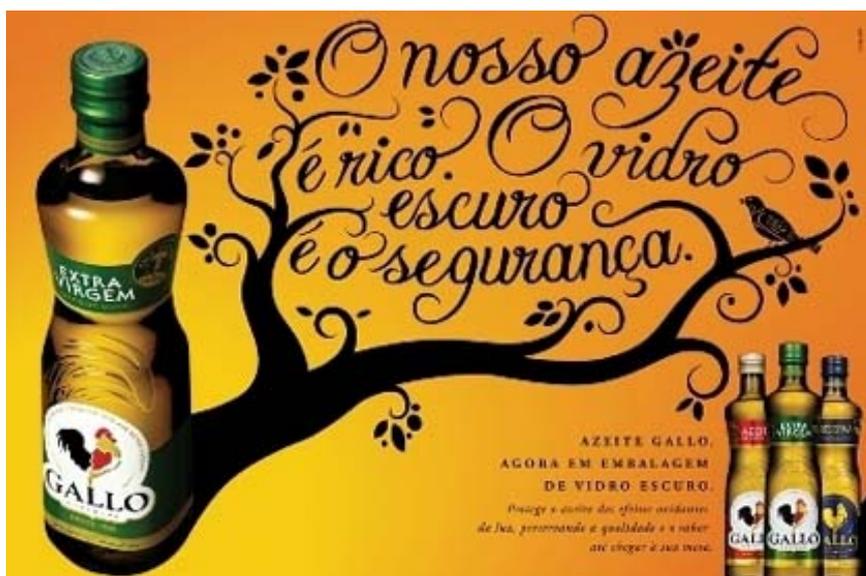
O não-dito é uma técnica de dizer alguma coisa sem, contudo, aceitar a responsabilidade de tê-la dito, resultando daí a utilização pelo discurso racista de uma diversidade de recursos tais como implícitos, denegações, discursos oblíquos, figuras de linguagem, trocadilhos, chistes, frases feitas, provérbios, piadas e injúria racial. (SALES JÚNIOR, 2009, p.16)

Como exemplo, vemos nos meios de comunicação, em especial a publicidade, que é possível observar a efetivação de tal técnica para a criação de peças publicitárias que contextualizam o pensamento de Sales Júnior (2009). Na peça publicitária do azeite Gallo vem o texto “O nosso azeite é rico. O vidro escuro é o segurança”, que reproduzem a

¹¹ Música de Elza Soares.

objetivação do homem negro como subalterno na escala social. Davis (2016) explica isso mostrando que “o sistema escravista definia o povo negro como propriedade” e, como tal, era considerado o direito de instrumentalizar sua vida em função do desenvolvimento nacional.

Figura 01 – Propaganda racista do azeite da marca Gallo



Fonte: AlmapBBDO (2012)

Essa reprodução, na linguagem midiática, culminará em um processo de marginalização que condenará a população negra a uma condição de sujeito descartável, quase sempre posto em camadas subalternas na sociedade. Sua formação segue por meio de atravessamentos para consolidar os elementos legitimadores das desigualdades raciais do racismo, que vai se constituindo com a formação da sociedade brasileira. Racismo esse que Mbembe (2014) acredita ter o objetivo de criar um imaginário sobre o corpo negro. Para ele, a afirmação do racismo é constatação da não existência do Outro para assim permitir a violação de sua história, memória e vida. Como evidência, ele reflete que

[...] o racismo consiste, antes de tudo, em converter em algo diferente, uma realidade diferente. Além de uma força de desvio do real e que fixa afectos, é também uma forma de distúrbio psíquico, e é por isso que o seu conteúdo reprimido vem brutalmente à superfície. (MBEMBE, 2014, p. 66).

Com isso, ele explica que é como se o negro não estivesse lá, como se não existisse, como se fosse um ponto de fixação patológica de uma ausência de relação (MBEMBE, 2014), podendo, assim, serem atribuídos discursos que o condicionaram ao acesso de espaço determinados pela classe dominante. Esses discursos terão amparo na

legislação com ações eficazes para perpetuação dos altos índices de mortalidade, violação e opressão causada pelas desigualdades raciais. A legitimação dessa violência ocorrerá por meio da propagação de ideologias que estigmatizam o falseamento da democracia racial, para tentar responder pelo racismo no Brasil. Sales Júnior (2009) afirma que o processo de construção do discurso jurídico assegurou a constituição da democracia racial. Ele argumenta que

os diversos aparelhos jurídicos, no transcorrer da história das relações raciais no Brasil, funcionaram e funcionam, ora como instrumentos de exploração (que se separam os indivíduos daquilo que eles produzem), ora, de dominação (que coagem, controlando o que os indivíduos fazem), ora de sujeição (formas de subjetivação e submissão que ligam os indivíduos a si mesmos e os submetem, assim, aos outros), mas, também, de emancipação racial (deslocamentos estruturais nas relações raciais). (SALES JÚNIOR, 2009, p. 20).

Sendo assim, o sistema jurídico mostra não ter neutralidade com as relações raciais. Da mesma forma, a comunicação também elabora mecanismos para a representação do negro na mídia, naturalizando as desigualdades sociais, econômicas e intelectuais. Isso porque uma sociedade que acessa o conceito de cidadania, a partir da figura do senhor de escravos, que tem a cidadania assegurada pelo Estado, igreja, entre outras instituições hierárquicas e disciplinares, conceberá sua cidadania como privilégio de classe, fazendo concessões da classe dominante às demais classes sociais, que podem ser retirados quando assim desejarem, reiterando a ideia de uma cidadania condicionada por prerrogativas de acesso aos direitos civis, sociais, culturais e políticos (CHAUI, 2012). Isso porque a construção de uma cidadania plena tem uma relação direta com o pertencimento do povo à sua nação. Carvalho (2002) diz que “as pessoas se tornavam cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e um Estado”. Como se sentir parte de uma nação e um Estado que naturaliza as desigualdades e pondera o conceito de cidadania a partir de seus espaços de privilégios? É possível pensar uma cidadania que afirme uma igualdade reivindicando a normatização da dignidade e da liberdade?

Para tentar responder aos questionamentos apresentados, é preciso falar sobre a concepção do negro como um sujeito de direito na sociedade. Holston (2013) discorre, em seu livro “Cidadania Insurgente”, pontos importantes sobre o conceito de cidadania, deixando claro que a formação de uma nação ocorre com a formulação de cidadão legitimada pela hierarquia. Mesmo que advinda do período colonial para o atual modelo de organização política brasileira, na qual essa cidadania é concebida a partir de conflitos entre classes na sociedade.

As democracias, em particular, prometem cidadanias mais igualitárias e, com isso, mais justiça e dignidade na organização dessas diferenças. Na prática, porém, a maioria das democracias vivencia conflitos tremendos entre seus cidadãos, na medida em que seus princípios entram em choque com preconceitos quanto aos termos da incorporação nacional e da distribuição de direitos. Na realidade, os conflitos entre cidadãos aumentaram significativamente com as extraordinárias democratização e urbanização do século XX. Assim, a insurgência mundial de cidadanias democráticas ocorrida nas décadas recentes rompeu com fórmulas estabelecidas de governo e de privilégio nas mais diversas sociedades. (HOLSTON, 2013, p. 21)

Holston trata de um ponto importante para a compreensão das diferenças sociais que serão administradas conforme os ideários de igualdade, dignidade e liberdade inseridos na sociedade, mas esses ideários serão definidos para classes específicas, criando assim a marginalização e a exclusão da cidadania de grupos étnicos que terão difícil acesso aos seus direitos. “O resultado é um emaranhado entre a democracia e seus opositores em que novos tipos de cidadãos surgem para expandir a cidadania democrática, ao mesmo tempo em que novas formas de violência e exclusão a corroem” (HOLSTON, 2013), transformando, assim, o contexto de cidadania em um espaço desordenado e injusto no meio social. A partir dessa reflexão, é possível afirmar que a cidadania da população negra não será a essência do seu “lar” como na nação brasileira. É preciso questionar essa cidadania que tenta estabelecer um instrumento de justiça social para o desenvolvimento do país por meio de privilégios das classes dominantes. É preciso que as lutas e reivindicações dos movimentos negros contribuam para que essa população tenha acesso aos seus direitos e que as desigualdades raciais possam ser supridas com a conquista de políticas afirmativas. Esse processo demanda o combate a toda forma de preconceito, discriminação e opressão presentes na sociedade e a construção de novos paradigmas que resultem em mudanças estruturais nos alarmantes índices de violação de direitos. Compreender que o exercício da cidadania é a possibilidade de reintegração do negro nas relações sociais para promover a inclusão de grupos étnicos na produção de uma sociedade democrática é um desafio e uma tarefa necessária para o desenvolvimento igualitário do povo brasileiro.

2.3. Juventude negra: o “eu e o “outro”

2.3.1. Juventude ou Juventudes?!

Discorrer sobre a juventude negra brasileira, após tentar descrever a construção da imagem do negro na mídia e pontuar sobre a formação do povo brasileiro para a unificação de

nossa nação, pode ser considerado um grande desafio. Isso porque acessar o campo sobre significado de juventude e, em especial, juventude negra no Brasil, é entrar em campo tomado de suposições e incertezas sobre as violações desse grupo com marcadores determinantes como o racial, gênero, orientação sexual, geracional, social, dentre outros. E seria difícil não reconhecer que esse tópico traz diferentes afetos e sensações, pois se trata de uma parte significativa do projeto pesquisado. Neste momento, a teoria científica se entrelaça com a prática de vida para tentar narrar as tensões, descobertas e conflitos em torno das diversas identificações geracionais e raciais. Essa teia que Joca e Vasconcelos (2015) chamam de “fazer ciência” entre as classificações principais da pesquisa, juventude e raça, como marcadores que constituem a produção acadêmica. Por isso, é necessário partir do início, ou parafraseando a máxima de Lao-Tsé, “uma longa caminhada começa com o primeiro passo”.

O que falar sobre uma etapa de vida na qual se vive uma constante mudança? E como analisar um grupo etário sem cair na armadilha de uma definição já firmada? Diversos autores vêm abordando a temática juventude durante décadas para tentar compreender as concepções, valores, gostos e desejos dessa população que tem moldado as relações de afeto, cultura e sociabilidade no mundo. Um grupo que apresenta comportamento, formas específicas e se transforma, a todo instante, para se afirmar no mundo. Como descreve Diógenes (2011) “não é por acaso que ela surge como emblema de uma época que não tem tempo de envelhecer, tudo muda e se torna obsoleto num piscar de olhos” (Diógenes, 2011, pg. 54).

Essa população, que tem diferentes definições sobre o rito de passagem da infância para a vida adulta, traz muitos dilemas em torno da sua condição juvenil (SPOSITO, 2011). É comum observar essas definições na academia com a introdução da temática em diversas áreas do conhecimento, como na sociologia, educação, comunicação, entre outros. Isso ocorre constantemente, como Diógenes (2011) ressalta, quando discorre sobre os impasses que a juventude enfrenta para sua formação enquanto sujeito social.

Nunca se pesquisou tanto um segmento na tentativa de se identificar suas necessidades, de compreender como ele constrói e expressa sua lógica de pensamento. É como se buscássemos o tempo inteiro definir uma indefinição. Provavelmente, porque de algum modo nunca se falou tanto em juventude, se exaltou tanto uma condição sem que se saiba exatamente quem ela é e o que busca. Sendo assim, a “vontade de juventude” acaba tomando todo o corpo social nos tempos atuais. (DIÓGENES, 2011, p. 54)

Com isso, a autora nos apresenta importantes questões para tentar compreender como o termo juventude continua em disputa nos bancos das salas de aula, nas propagandas

de produtos que trazem o espírito de jovialidade e/ou na representação das novas tecnologias que incorporam um grande número de usuários jovens. O tema sobre a (in)definição da conceituação de juventude também é encontrada na obra de Joca e Vasconcelos (2015), que narram o desejo de transgredir da juventude em sua pesquisa sobre juventude e sexualidade. Eles classificam como “modos de vida juvenis” os “sujeitos desse movimento de (re)construções de si em constante diálogo com o ‘outro’ (em suas semelhanças e diferenças)” (JOCA; VASCONCELOS, 2015, p.19). Também apresentam a ideia de que a juventude é um “tempo de misturas” que se modifica a todo instante quando dizem que

A “mistura”, ou os “tempos de misturas”, expressão utilizada pelos jovens, surge então como um achado do trabalho de campo. A maneira dos jovens de expressar as formas como a sociabilidade se faz pela afirmação de semelhança e diferenças. Se misturar é juntar coisas diferentes, é embaralhar, é confundir, estar misturado seria estar próximo, em contato com o que difere de si. (JOCA; VASCONCELOS, 2015, p. 38)

Assim, é possível iniciar uma reflexão sobre a (in)definição da juventude, para tentar compreender esse emaranhado de conceituações que desejam responder pelo modo de vida social dessa população. Nesse sentido, o pensamento de Diógenes (2011), assim como de Joca & Vasconcelos (2015), vai ao encontro dessa tentativa de conceituar a juventude como um espaço de misturas e de movimento quando diz que “a juventude representa aquilo que mais parece marcar um padrão de vida específico dos nossos tempos: o movimento” (DIÓGENES, 2011, p. 53). Ela nos proporciona o entendimento sobre um amplo debate acerca da juventude e ainda atenta para a representação de seu consumo na sociedade brasileira, conduzindo-nos para uma explanação sobre os marcadores de sociabilidade desses jovens quando descreve que

A juventude pode ser considerada, atualmente, a vitrine e o emblema do mundo social. É ela que ostenta tendências, gostos, estilos que dinamizam a pluralidade de signos culturais que alimentam e movimentam a esfera do consumo da sociedade como um todo. (DIÓGENES, 2011, p. 54).

Outros significados também serão abordados nos estudos sobre juventude feitos por Esteves e Abramovay (2007), os quais identificaram que as juventudes são grupos multifacetários, heterogêneos e multidimensionais que estão em constante construção social e sem um determinante único sobre uma vida em grupo e/ou sociedade. Eles dizem que

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com

diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (ESTEVEZ; ABRAMOVAY, 2007, p. 21).

Ou ainda Dayrell, que afirma que a juventude “não se reduz a um momento de transição, a um tempo de prazer e de uma fase de crise dominada por conflito com a autoestima e/ou personalidade”. E justifica dizendo que “embora não seja fácil construir uma definição da juventude enquanto categoria, podemos entendê-la como uma condição e um tipo de representação”. (SILVA *apud* DAYRELL, 2008, p. 24).

Compreender que essas juventudes são múltiplas e plurais já é um primeiro passo para entendermos um pouco sobre seus dilemas e percepções referentes à sociedade em que estão inseridas. Essa comunidade etária que se “junta” e se “mistura”, a partir de gostos e/ou afinidades, vontades, desejos.

Assim, Joca e Vasconcelos (2015) afirmam, em seu estudo sobre os trânsitos de identificações e/ou identidades como forma de negociação entre grupos juvenis. Um aglomerado de informações que se constituem, independentemente, das dimensões geográficas, culturais, sociais e provocam um processo de reconhecimento e afirmação muito comum da pós-modernidade, como sujeitos fragmentados que buscam encontrar, partindo do conceito de ruptura da atual formação social e cultural, no “Outro” suas respostas sobre essas diferenças. Discurso esse que Bauman (2005) reproduz em seu pensamento sobre identidade ao indagar que

Buscamos, construímos e mantemos as referências comunais de nossas identidades *em movimento* – lutando para nos juntarmos aos grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter vivos por um momento, mas não por muito tempo. (BAUMAN, 2005, p. 32).

Como se a juventude buscasse, a todo instante, formas de juntar-se e separar-se, a depender de sua aproximação ou afastamento com a identificação. Bauman (2005, p.30) ainda fala que “quando a identidade perde as *âncoras sociais* que a faziam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável, a ‘identificação’ se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um ‘nós’ a que possam pedir acesso”, como se esse segmento tentasse coexistir pelo desejo de ser tratado como igual e diferente, tentando descobrir o que o une e o que o separa, para tentar negociar, mesmo que temporariamente, seu pertencimento a determinado grupo ou comunidade. Sobre isso, Bauman afirma que

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. (BAUMAN, 2005, p. 17).

Hall (2006) também aplica o processo do “Outro” ao conceito da identidade cultural na pós-mordenidade. Ele diz que o processo de deslocamento dessa identidade cultural produz um sujeito que não tem uma identidade fixa ou permanente, ela é mutável, móvel e pode se transformar, constantemente, conforme interage em outras comunidades. Essa interação do “Outro” deixa de ser fixa e estática para se tornar oscilante, sempre que necessário, para responder pelas questões de pertencimento em comunidades, grupos e/ou coletivos. Reivindicando uma forma de “se encontrar” e “encontrar-se” no outro como forma de expressar sua busca pela identificação coletiva. Ainda sobre isso, Hall (2006, p.11) diz que “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas”. Essas ramificações que, cotidianamente, apresentam-se na sociedade sobre as diferenciações das juventudes são formas de responder pela necessidade social de categorizar esse grupo etário. No entanto, só é possível pensar juventudes se pensarmos em estilos que transitam por diferentes marcadores culturais de gênero, sexualidade, religião, raça, classe, que se interseccionem como possibilidade de aglomerar diferentes categorizações e de desestabilizar as formas conceituais de opressões, discriminações e dominação ainda vigente, para produzir um outro “falar”, “pensar”, “interagir” lateralizado entre os sujeitos.

Por outro lado, Celecina ressalta, na introdução do livro “Levados por Anjos”, de Joca e Vasconcelos (2015), o importante papel dos grupos juvenis, ao introduzir o seguinte pensamento:

Aqui, coexistem os desejos de ‘ser igual’ e de ‘ser diferente’, por modos de vida que se aproximam identificando-se por determinados aspectos; e que se afastam, pela incompatibilidade em outros, elaborando um movimento de ida e vinda, uma ‘mistura’ em movimento. (JOCA; VASCONCELOS, 2015, p. 09).

Celecina mostra que esse grupo etário se apresenta em constante movimento e variação pela busca do seu pertencimento local, social, cultural como forma de contrapor os conflitos e contradições que vão surgindo nas tomadas de seu caminho para a constituição de

uma vida adulta. Com isso, podemos perceber que o termo juventude e suas conceituações é um campo complexo e diverso que demanda reflexão constante.

2.3.4. Juventude negra, presente!

Uma vez que falar é existir absolutamente para o outro (Fanon, 2008), o lugar de fala da juventude negra, bem como o seu empoderamento, os dilemas vivenciados e suas demandas serão formados através da fala do outro. Isso porque a juventude negra tentará compor espaços de pertencimento em determinados grupos, comunidades, sem muito êxito, pois o marcador racial representará um ponto de quebra e distanciamento entre jovens. Para Fanon (2008), que discorre sobre a representação do negro, essa tentativa de pertencer a um aglomerado torna-se, para a juventude negra, um problema constante de autoafirmação. Ele chama a atenção para esse problema, classificando-o como “os pretos são comparação”, esclarecendo que

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é definitivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida. (FANON, 2008, p. 180).

Fanon nos provoca com uma inquietação pungente e nos põe a refletir que a população negra é um grupo que estará sempre à margem na construção de sua identidade. Essa identidade que se modifica invariavelmente, como afirma Hall (2006), que não é possível classificar e/ou agrupar em um mesmo local, pois são complexas e plurais e se alteram com base nas mudanças que ocorrem ao longo do tempo na formação desses sujeitos. Fanon (2008, p. 180) ainda diz que o reconhecimento do negro ocorre por meio de ação “na medida em que ultrapasso meu ser imediato que aprendo o ser do outro como realidade natural e mais do que natural” fazendo com que o outro seja visto e compreendido como sujeito social.

Se o reconhecimento é um marcador necessário para a população negra ter consciência de si e, invariavelmente, a juventude negra, a cidadania também será um marcador importante para tentar entender o problema desse reconhecimento por parte da Sociedade, do Estado e da Mídia. Essa população fará parte da grande massa de cidadão sem muito, ou quase nenhum acesso a direitos. Carvalho (2002) classifica em seu livro a Cidadania do Brasil, de ‘elementos’, no jargão policial, essa população que ocupa,

majoritariamente, a terceira classe no Brasil. Ele acredita que é possível encontrar essa população na grande massa de “cidadão simples”, a segunda classe, que estão sujeitos aos rigores dos benefícios da lei, mas afirma que a população negra fará parte da terceira classe por ter seus direitos cerceados pelas outras classes, Sociedade, Estado e Polícia. O autor explica que

Finalmente, há os "elementos" do jargão policial, cidadãos de terceira classe. São a grande população marginal das grandes cidades, trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelôs, menores abandonados, mendigos. São quase invariavelmente pardos ou negros, analfabetos, ou com educação fundamental incompleta. Esses "elementos" são parte da comunidade política nacional apenas nominalmente. Na prática, ignoram seus direitos civis ou os têm sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos, pelo governo, pela polícia. Não se sentem protegidos pela sociedade e pelas leis. Receiam o contato com agentes da lei, pois a experiência lhes ensinou que ele quase sempre resulta em prejuízo próprio. (CARVALHO, 2002, p. 216-217)

Carvalho (2002) ainda finaliza dizendo que, para esse grupo racial, existe apenas o Código Penal. Observando o pensamento de Fanon, sobre o reconhecimento do negro e os apontamentos de Carvalho sobre a cidadania da população negra, é possível ponderar que teremos um grupo que tentará, sem muito êxito, acesso aos direitos básicos para tentar exercer sua cidadania. Com isso, tentar aproximar o significante “juventude” com o significante “negro” será uma tentativa de estabelecer o reconhecimento e a cidadania dessa população como grupo social e suas especificidades e diversidade social, cultural, geográfica, econômica, sexual, de gênero, entre outras. Isso ocorre, segundo Passos (2005), por conta da forma que foi constituída a sociedade brasileira com seus padrões e valores morais produzidos para a reprodução das desigualdades. Ele acredita na existência de dois pontos que colocam “em xeque” a forma como é reproduzida essa desigualdade.

A ausência da variável racial em pesquisas que têm as desigualdades sociais e populações como foco indica alguns fatores já conhecidos para quem se dispõe a estudar relações raciais no Brasil. Em primeiro lugar, está colocado o “mito da democracia racial”, construído por Gilberto Freyre, e aceito e assimilado tanto pela sociedade civil quanto pelo meio acadêmico. Um outro fator é a leitura clássica de que somente as relações de classe explicam as desigualdades existentes na realidade brasileira, impedindo uma visão que identifique os sujeitos pesquisados como sujeitos raciais ou de gênero, como se esses dois elementos fossem desnecessários para a interpretação da realidade ou não fossem constituídos da realidade social que está sendo investigada. (PASSOS, 2005, p. 55).

Sua cidadania, demandas sociais e políticas de acesso na agenda pública, bem como sua representação, serão um reflexo, uma nuance, na tentativa de se constituir como uma categoria social que tenta apresentar suas diferenças para a garantia de seus direitos na

construção de uma vida digna e equânime. Diferença de acesso aos direitos que Gomes (2002) ressalta como condicionantes sociais e políticos na sociedade brasileira e que violam sua condição de vida. Ele questiona sobre a impossibilidade dessa população ser percebida como sujeito social que tem diferença no acesso à sua cidadania, indagando se

Será preciso que a juventude negra grite, cante, denuncie para que a sociedade brasileira compreenda que o recorte racial nos possibilita a enxergar que os condicionamentos sociais e políticos incidem de maneira diferente sobre os jovens negros e brancos? (GOMES, 2002, p.73).

Isso ocorre por conta da falta de acesso e garantia de direitos que acabam por sentenciar a juventude negra a altos índices de desigualdades, vulnerabilidades e criminalização. Essa ação viola as possibilidades de disputar um lugar social, cultural e econômico para esses jovens, tornando suas perspectivas de acesso cada vez mais inseguras.

2.3.5. Juventude negra em movimento

Se a “cidadania é uma construção histórica ligada às lutas pela conquista dos direitos do cidadão moderno”, como reassalta Vieira (2001), a cidadania da juventude negra será um elemento que constituirá na concepção de sua identidade como um estado de mutação que implicará nas ações da juventude negra no coletivo. Essa cidadania buscará o pertencimento múltiplo e diverso no deslocamento de suas identificações, a partir de um coletivo que responda por suas inquietações, anseios e desejos de ser comunidade. Para Bauman (2005), essas “comunidades” se dividem em dois pontos sociais para tentar responder pela relação afetiva e dar sentido ao desejo do indivíduo de compor espaços comuns. Ele acredita que

É comum afirmar que as “comunidades” (às quais as identidades se referem como sendo as entidades que as definem) são de dois tipos. Existem comunidades de vida e de destino, cujos membros (segundo a fórmula de Siegfried Kracauer) ‘vivem juntos numa ligação absoluta’, e outras que são ‘fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios’. (BAUMAN, 2005, p.17).

Assim, é possível pensar que o grupo Juventude Negra Kalunga enquadra-se no segundo tipo de comunidade de Bauman (2005), que viverá uma ligação fundida em ideais, desejos e gostos. Uma comunidade que nasce em 2007, após a chegada de alguns membros do I Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE). O I ENJUNE foi realizado entre os dias 27 a 29 de julho de 2007, na cidade de Lauro de Freitas/Bahia, e teve como lema “Novas

perspectivas para a militância étnico-racial”. A atividade tinha como objetivo ampliar o diálogo sobre essa problemática, os direitos da juventude negra de todo o país. À época, uma mobilização nacional de jovens negros/as foi articulada através dos fóruns de discussão na internet, reuniões e encontros estaduais preparatórios para a participação de representantes dos estados. A atividade contou com a participação de cerca de setecentas pessoas de diversos lugares do país. No encontro, foi produzido o relatório com a consolidação das propostas e resultado das discussões e deliberações ocorridas nas etapas municipais, regionais e estaduais consolidadas e aprovadas durante o ENJUNE, do qual constam mais de setecentas propostas, divididas em catorze eixos temáticos¹².

Ramos (2014, p. 34) descreve a experiência do I ENJUNE em sua dissertação, na qual discorre sobre as taxas de homicídios de jovens negros no Brasil: “no geral, o documento pode ser considerado tanto um programa de ação para a organização da juventude negra como uma agenda a ser seguida pelo Poder Público, conforme veremos adiante em entrevistas com alguns militantes”. O sociólogo apresenta um balanço do encontro, que contou a representação de jovens negros de todos os estados brasileiros e os desafios que o grupo etário enfrenta no contexto brasileiro na luta por direitos, justiça social e reconhecimento.

Em 2007, no Estado do Ceará, um grupo de jovens negros/as articulou a pauta para convocar a juventude negra para a realização da etapa estadual, que contou com participação de diversas pessoas. Ao retornar do encontro, os/as jovens/as negros/as sentiram a necessidade de organizar suas pautas no movimento negro com o recorte geracional, para dar visibilidade às demandas da categoria. Esses são os primeiros passos do grupo, sem nome definido, que sentia a urgência de atuar no debate da juventude negra no Estado. Um ano depois, o grupo é batizado com o nome de Kalunga¹³. No mesmo período, o movimento percebe a necessidade de se inserir nos meios de comunicação, pois, como Gohn (2010) afirma, a pós-modernidade pede uma relação com diferentes articulações em rede, e o grupo também necessitava dessa conectividade com o mundo ao seu redor para apresentação de suas demandas. Para Gohn (2010), o atual momento produz diferentes articulações em rede para a reprodução de temáticas organizadas em segmentos, formando um novo modelo de

¹² Os eixos temáticos do relatório do I ENJUNE: cultura; segurança, vulnerabilidade e risco social; educação; saúde; terra e moradia; comunicação e tecnologia; religião do povo negro; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; trabalho; intervenção social nos espaços políticos; reparações e ações afirmativas; gênero e feminismo; identidade de gênero e orientação sexual; inclusão de pessoas com deficiência. (Relatório final do I ENJUNE, 2014).

¹³ Do termo multilinguístico kalunga, que encerra ideia de grandeza, imensidão, designando Deus, o mar, a morte, – o vocábulo kalunga (Deus), do verbo oku-lunga (ser esperto, inteligente), encontra-se no dialeto dos Ambóse em outros grupos vizinhos. No Ceará, o termo foi atribuído a boneca negra do maracatu. Informação retirada do site: <http://www.dm.com.br/opinioao/2015/04/kalunga-origens-e-significados-final.html>.

cooperação no Brasil. É possível pensar sobre as diversas pautas que grupos, coletivos e/ou organizações debatem, utilizando, como ponto de partida, a organização em blocos sociais como forma de dividirem os espaços de atuação e participação em redes de mobilização.

Nesta conjuntura indaga-se: qual o papel dessas redes associativas no desenrolar dos processos democráticos, e qual a concepção de democracia que fundamentam suas práticas (como elas se veem e que horizontes projetam para a sociedade). Como essas redes se articulam ao campo sociopolítico e cultural do país? Como nos alerta Touraine, precisamos identificar os sujeitos que estão em discussão neste cenário tão amplo. (GOHN, 2010, p. 12).

Gohn (2010) abre uma reflexão sobre a comunidade em movimento nas redes e alerta para um novo momento no cenário dos movimentos sociais que alterará “a forma e as estruturas do associativismo da sociedade civil e suas relações com o Estado”. O coletivo, percebendo essas reflexões, inicia a criação de espaços de divulgação e articulação do grupo com a sociedade através da elaboração do blog. Anos depois, o grupo entra nas redes sociais com a página no *Facebook*, que culmina na chegada ao aplicativo *Whatsapp*.

O coletivo auxilia o processo de empoderamento e visibilidade da juventude negra cearense e luta pelo fortalecimento das pautas dessa juventude, no que se refere à luta por direitos, como o direito à comunicação, com a realização de oficinas, palestras, roda de conversas, entre outras metodologias, em escolas públicas da rede de ensino, onde discute a temática, levando produções que possibilitam o diálogo e a produção de conteúdos relacionados à população negra. Atuando na promoção de consciência racial da juventude cearense, contribuindo para a construção da sua identidade a partir do processo de conscientização dos e das jovens negros e negras e fomentando espaços de participação em que a discussão das demandas dessa juventude sejam priorizadas. Esse grupo de jovens com, aproximadamente, dez anos de militância discute sobre a condição do negro na sociedade, o seu papel na formação social do povo brasileiro e como esse ator se remodela para responder pelas discriminações e preconceitos que vivencia. Dessa forma, é provável imaginar que o grupo tem praticado formas de ativismo político e social para reivindicar suas pautas na sociedade e, por meio da mídia, em especial do aplicativo móvel, tenta dar visibilidade aos seus direitos. Segundo Sposito (2009), é comum a necessidade de produzir novas formas de ativismo digital entre os jovens que anseiam pela produção de espaços que unam e os distingam. Sposito (2009) diz que “as características desta cultura não estariam nas máquinas eletrônicas, mas, sim, na relação dialética entre os modelos de pensamento inconscientes que construímos em afinidade com o ideal e o potencial tecnológico digital” (Sposito, 2009 p. 73). Um pensamento peculiar da pós-modernidade entre os movimentos que contam com as novas

tecnologias para constituir outros lugares de fala e de práticas coletivas. Sendo assim, a juventude negra inicia os primeiros passos no campo do ativismo digital para promover e denunciar suas causas, expondo para a sociedade, suas opiniões para que sejam assegurados seus direitos.

3 ATIVISMO SOCIAL E SUAS FUNÇÕES

“Promover um debate

Juntar via *Internet*

Um grupo de tietes de *Connecticut...*”

(Pela *Internet* – Gilberto Gil)

3.1 A visibilidade dos “invisíveis”

Iniciar o capítulo com o trecho da música “Pela Internet”, de Gilberto Gil, parece ser a melhor forma de acender a discussão sobre um tema que tem aparecido, constantemente, na sociedade. Quando Gil lança a música, em 1996, para falar da evolução da *Internet*, utilizando termos comuns da *Internet*, e, assim, apresentando uma revolução cultural e na comunicação no Brasil, ainda em andamento, ele apresenta, nas estrofes de sua letra, o que a *Internet* pode realizar. Como ela pode modificar, geograficamente e culturalmente, a vida das pessoas. Isso ocorreu há quase 21 anos do lançamento deste single que deu um pontapé no modelo de reprodução da música com o *streaming*, forma de transmissão de áudio e vídeo através de uma rede sem a necessidade de efetuar *downloads*.

À época, o projeto foi inovador, pois se tratava de uma música lançada e transmitida ao vivo, simultaneamente, para quem tinha *Internet* a cabo (meio de acesso possível do período) e pôde assistir Gilberto Gil e sua banda, tocando uma dos sucessos dos anos seguintes. TVs e rádios cobriram o evento que tomaria proporções imensas, para culminar com a tecnologia que temos agora. Hoje, a música parece ser atual, pois fala da conectividade de seus usuários na década de 1990. Isso porque ela proporciona um pensamento sobre como as tecnologias da informação (CASTELLS, 1999) no mundo contemporâneo podem influenciar diversas áreas, seja na economia, ou nas áreas política e social. Manuel Castells fala sobre a revolução tecnológica na atualidade como meio

Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global apresentando uma nova forma de relação entre a economia, O Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável. (Castells, 1999, p.39).

Castells ainda acrescenta que esse novo sistema de comunicação (Castells, 1999) tem a possibilidade de promover uma integração global que produzirá uma nova cultura digital.

Um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando-os ao gosto das identidades e humores de indivíduos. As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela. (CASTELLS, 1999, p. 40).

Sendo assim, é possível pensar que a música de Gil inicia uma reflexão sobre uma sociedade comunicativa que caminhará para o espaço virtual com linguagem, cultura e identidade próprias de diferentes grupos constituintes de diferentes classes, raças, gêneros, orientação sexual que desejam ser vistos com suas “vozes virtuais”, para falar e/ou reivindicar suas pautas. Indivíduos que criarão comunidades virtuais como locais de visibilidade para tentar interagir, disputar e visibilizar suas demandas. Percebendo isso, as mídias sociais serão utilizadas como um instrumento que tenta moldar as relações e a forma como os usuários têm-se conectado com o mundo e diferentes questões. Comunidades virtuais são criadas, (re) criadas e/ou canceladas a partir dos interesses de seus indivíduos e/ou coletivos para compartilhamentos de informações, imagens, áudios, vídeos e outras formas de diálogo, com seus gêneros textuais particulares.

Compreendendo isso, é razoável elaborar três pontos de partida para exemplificar a construção desse espaço como um local de disputa que dará visibilidade aos grupos, historicamente invisibilizados pelo Estado e pela Sociedade. A tecnologia é a sociedade e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas (CASTELLS, 1999, p.43). Sendo assim, tentaremos compreender o papel do grupo Juventude Negra Kalunga nesse espaço virtual e sua participação através do aplicativo *Whatsapp*. Para isso, é preciso compreender quais gêneros textuais serão aplicados no processo de produção sociopolítica por meio do aplicativo, observar como a mediação das redes sociais pode auxiliar na construção de uma cidadania comunicativa de indivíduos invisíveis (COGO, MACHADO) e, por fim, tentar analisar o ativismo digital negro do grupo no uso do aplicativo *Whatsapp* para o processo de visibilidade da cidadania de seus sujeitos sociais.

3.1.1. Os gêneros textuais como tecnologia virtual

Os gêneros textuais utilizados na comunicação, entre os usuários, são produções de um modelo de “gênero de discurso¹⁴”, elaborado, especificamente, para essa plataforma. Uma fala e escrita diferenciadas que serão criadas com o propósito de interação entre os membros do grupo, para diversos fins, sejam de debate sobre as relações raciais, articulações com outras pautas e movimentos, exposição de conteúdo que complementam o debate e/ou relatos de vida. Com isso, a fala e a escrita executam o importante papel de uma tipologia que auxiliará na prática social, adotando aspectos marcados pelo diálogo como forma de ultrapassar barreiras raciais, sociais, políticas e culturais. Marcuschi (2003, p. 17), diz que “a oralidade e a escrita são práticas e uso da língua característica própria, mas não tão suficiente oposta para caracterizar dois sistemas linguísticos”.

Sendo assim, elas se entrelaçam, construindo um espaço de compartilhamento a que será atribuído valores, crenças e práticas sociais entre os jovens que participam do grupo do *Whatsapp*. A linguística atribui essa forma de “gênero” muito utilizada na retórica e na literatura que terá grande força na imprensa com uma linguagem diferenciada. Sodré (2013), diz:

Então, não   possível a comunica o e o trânsito de ideias sem uma forma retórica, discursiva, expressiva, capaz de fazer a pessoa compreender. A retórica, portanto, era e sempre foi necessária para expressar a linguagem das massas no espaço público. Quando a razão   pura – por mais lógica que ela seja, por mais racional que ela seja –   mais um instrumento de domina o. A desconfiança que grandes agitadores de massas têm da razão em si mesma vão no empuxo dessa argumenta o. (Sodré, 2013, p. 138)

Com isso, Sodré (2013) responde ao modo como a retórica   aplicada na comunica o uma estratégia, que, inicialmente, era para acesso de um público distinto agora se torna uma ferramenta que atribui outras concep es de estilos de vida. Para compreender, ainda mais, o significado do gênero para produ o de uma linguagem na comunica o, utilizo a linha de pensamento de Bakhtin (2003, apud ZIMMER e ROSA, 2015) que entende o gênero discurso como: coer es estabelecidas entre as diferentes atividades humanas e o uso da língua nessas atividades, ou seja, as concep es das práticas discursivas. Bakhtin diz:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utiliza o da língua. Não   de se surpreender que o caráter e os modos dessa utiliza o sejam tão variados como as próprias esferas da atividade

¹⁴ Os gêneros do discurso são um elemento fundamental no processo de produ o de textos, porque são os responsáveis pelas formas que estes assumem. Qualquer manifesta o verbal organiza-se, inevitavelmente, em algum gênero do discurso, seja uma conversa de bar, uma tese de doutoramento, seja linguagem oral ou escrita.

humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. (Bakhtin, 2003. p.279).

São criadas práticas discursivas para o ambiente virtual que se expandirá na esfera cultural das sociedades contemporâneas, ampliando o alcance de diálogo entre pessoas, grupos, movimentos, trazendo assim informações, representações e experimentações em rede. A utilização do gênero busca apresentar uma discussão crítica em relação à possibilidade de apropriação de identidades culturais de um grupo de jovens negros que usa o *Whatsapp* para produzir informações, com a produção escrita e falada, sobre as relações raciais como modo a criar um conteúdo nas mídias sociais e, assim, efetivar a democratização dos meios. A (re) apropriação de identidade no ambiente virtual é uma abordagem sobre a representação da identidade de jovens negros e negras através do uso do aplicativo. É a obtenção de formas, linguagens e culturas das informações, como explica Sodré (2013), ao exemplificar o êxtase da conexão entre os sujeitos, a partir da retórica, que caracterizam os jovens negros na constante construção dos processos comunicacionais. Nela, é possível criar notícias, gerar comunicação e replicá-las em outros lugares. Essa nova dinâmica possibilitou a participação desses usuários como produtores e fornecedores de informação.

O *Whatsapp* apresenta uma forma de comunicação escrita prática e econômica, possibilitando o acesso rápido e constante de participação de seus membros, sendo essa a motivação de diversos grupos utilizarem o espaço virtual, para abordar seus temas e causas. É possível encontrar movimentos, grupos e/ou coletivos integrando e produzindo informações, mesmo que em menor proporção, se comparado ao gigantesco universo midiático. A intervenção política dos movimentos sociais agora une “a rua” com “a tela de um celular”, potencializando agentes que pensem estratégias de formação, organização e mobilização entre compartilhamentos, curtidas e comentários, através do *Whatsapp*. Refletir sobre essas manifestações e articulações, como um avanço para a participação ativa, é compreender que as novas tecnologias também podem ser aliadas no ativismo digital com a produção de mídias negras.

3.1.4. A construção de uma cidadania comunicativa de (in) visíveis

É razoável pensar que a ideia de cidadania vai percorrer toda essa produção. Desde o primeiro capítulo, que abre com pontuações sobre a conceituação da cidadania, até como essa cidadania será exercida pelo Negro. Por isso, o termo retornará neste capítulo e

atravessará toda a produção para tentar exemplificar como o tema faz parte do debate sobre a população negra e o ativismo digital. A construção da ideia de cidadania pode ser encontrada em diversos documentos e marcos legais que servem para descrever o instrumento do exercício da cidadania. Como exemplificado a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que afirma em seu artigo 15: 1. Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade; 2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade. Ou mesmo, na Constituição Brasileira¹⁵ de 1988, que rege as Leis do Brasil na atualidade, a qual explica sobre a cidadania e os direitos e garantias fundamentais, em seu art. 5º: 1. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

O tema cidadania sempre vem como instrumento que constitui um conjunto de direitos e deveres civis e políticos de um sujeito social na sociedade aparece, a todo instante, como uma estrutura que tenta organizar o modo de vida dos indivíduos. Para Carvalho (2002), isso ocorre porque a cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais "o povo quer isto ou aquilo", diz-se "a cidadania quer". Cidadania virou gente. (CARVALHO, 2002).

Um instrumento que a população negra busca, incansavelmente, acessar. Mesmo que em um espaço conflitante de poder em que essa classe subalterna (SPIVAK, 2010) está inserida. E isso se aplica aos espaços comunicacionais como apresenta Cogo e Machado, quando falam sobre uma cidadania que pode ser definida pela democratização do acesso à participação da população negra. Elas acreditam que

Cidadania que, ao se definir pela democratização do acesso e participação da sociedade na propriedade, geração e distribuição dos recursos comunicacionais, pode produzir modalidades de participação das populações negras na gestão de políticas de representação pública de sua diversidade cultural e de suas demandas históricas específicas por inclusão e igualdade. (COGO, MACHADO, 2010, p. 04).

Sendo assim, elas nos proporcionam um pensamento sobre a participação dos sujeitos sociais na construção de cidadania comunicativa (COGO; MACHADO, 2010). Esse pensamento também será compartilhado por Peruzzo (1998) quando diz que “uma das múltiplas instâncias pelas quais o homem pode exercer esse direito e esse dever é a

¹⁵ Aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.

comunicação social compreendendo-se nela todos os níveis e todos os meios criados para efetivá-la” (PERUZZO, 1998). Aplicando a ideia de uma comunicação para a construção da cidadania de uma sociedade, ou mesmo as ideias de Paiva que ainda acrescentará a importância da comunidade, para tentar explicar a construção de uma comunicação cidadão e o seu dever para com o outro, ao afirmar que

Talvez seja precisamente esta característica – a da inserção integral na vida pública que marca o conceito de cidadania – a ligação da comunicação com a comunidade. A conjugação cidadania, comunicação e comunidade impõe à compreensão do processo comunicativo uma atuação para além do seu formato midiático, resgata a sua concepção etimológica da busca pela ação comum, caráter que define a estrutura comunitária segundo Roberto Esposito, ao agregar o dever para com o outro. Juntas, comunicação, cidadania e comunidade partem em busca da realização do seu caráter de destino: o da busca do bem comum. (PAIVA, 2012, p.69).

Com isso, percebemos que o termo cidadania caminha, há bastante tempo, com a comunicação, para falar sobre a participação de certos sujeitos que não são apresentados pela mídia. Essa comunicação que, por meio das mídias sociais, exercerá uma grande tarefa de mobilização nos espaços em redes sociais na *Internet* que têm ampliado a participação de diferentes sujeitos. Peruzzo (1998) ainda fala que para a ampliação da participação popular na comunicação não basta apenas incentivar o envolvimento. É necessário criar canais para mantê-los desobstruídos (PERUZZO, 1998). Assim, é preciso contribuir para o maior envolvimento da população que busca a democratização da informação, ou seja, a democratização do poder da informação. Para Cogo e Machado (2010), essas “redes sociais constituem uma prática humana muito antiga que, em termos genéricos, pode ser entendida como um conjunto de nós interconectados que se caracterizam pela flexibilidade e adaptabilidade” (COGO; MACHADO, 2010, p. 01) e que podem ainda ser pensadas.

[..] como estratégias de interações sociocomunicacionais, espaços de intercâmbios flexíveis, dinâmicos e em constante movimento, que não deixam de comportar relações de poder expressas nas disputas, hierarquias e assimetrias que constituem a esfera da comunicação e da cultura. (COGO; MACHADO, 2010, p. 02).

Com isso, os movimentos sociais iniciaram uma “correria virtual” para também fazer parte desse espaço de intercâmbios, seja para pautarem suas especificidades, atestarem o reconhecimento de suas demandas, denunciarem os casos de obstrução de seus direitos e mobilizarem simpatizantes para as suas lutas. O desejo coletivo de pautar desses (in) visíveis foi possível, sejam eles movimentos e/ou coletivos que estão interagindo nas redes. Cogo e Machado dizem que esses movimentos não se constituíram não apenas de forma organizadas,

mas comportaram dimensões mais complexas para ampliar sua participação na comunicação.

Assim,

Movimentos que não se constituem mais unicamente como formas de organização coletivas centralizadas, mas que podem comportar dimensões inventivas e solidarísticas, configurando-se como redes sociais complexas que atuam através da combinação de dimensões locais, nacionais e transnacionais. (COGO; MACHADO, 2010, pg. 03).

Sem esquecer que as redes sociais na *Internet* serão ainda espaços de participação política, um tema que entra em descontentamento e fica cada vez mais fragilizado, diante dos diversos casos de falta de representação política, corrupção e modelo de globalização hegemônico, aceleração do capitalismo desenfreado, que sentencia a vida social e econômica de diversos grupos subalternos, acentuando as desigualdades. Percebe-se, então, uma insatisfação com o modelo político do país e do mundo. Com isso, os movimentos sociais encontram uma ‘brecha’ para suas ações. Apontando o exercício político, por meio das redes sociais, alinhando assim a tela e a rua como possibilidade de complemento, pois precisa da organização e mobilização para que atividades na Internet comunguem na rua. As tecnologias terão um importante papel para o movimento negro que, por sua vez, conseguirá apontar os problemas que vivenciam e denunciar as discriminações.

Desde essa heterogeneidade, podemos afirmar que o movimento negro brasileiro vem se constituindo, em muitos casos, como instância descentralizada que atua em rede em contraposição às lógicas de exclusão cidadã, sem, contudo, ignorarmos que o movimento pode comportar também estruturas de poder e relações centralizadas, assimétricas e hierárquicas que caracterizam muitas das modalidades de associativismo cidadão e mesmo algumas experiências solidarísticas em rede. (COGO; MACHADO, 2010, Pg. 03-04).

Os movimentos sociais encontraram uma forma diferente para organizar-se e articular-se, seja como coletivos em uma rede de contato, ou como organizações que trabalham em rede para realizar grandes mobilizações. A exemplo dessa mobilização, temos o caso do ajudante de pedreiro, Amarildo de Souza. O episódio ganhou visibilidade nas redes sociais com a campanha “Onde está o Amarildo?”. E a luta contra a violência policial, nas favelas do Rio de Janeiro, tomou grandes proporções na época.

Encabeçada por movimentos e lideranças que lutam contra a violência policial no Brasil, a campanha ‘Onde está o Amarildo?’ tomou conta das redes sociais brasileiras. A campanha questiona o paradeiro de um morador da Favela Rocinha, no Rio de Janeiro – que foi visto pela última vez no dia 14 de julho sendo levado por policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) instalada nesse bairro. Amarildo Dias de Souza tem 47 anos e nasceu na comunidade da Rocinha,

conhecida como a maior favela do mundo. É pai de 6 filhos e divide com eles e sua mulher um barraco de apenas um cômodo. (PARRA; GARCIA, 2013, online).

Ocorreram diversas manifestações de apoio, organizações de movimentos de resistência e pedidos de ajuda em várias cidades do Brasil. *Sites, blogs* e redes sociais realizaram uma grande quantidade de interações para disseminar as notícias. A concepção de “um mundo sem fronteiras” transformou a conexão de pessoas, de línguas, culturas e países diferentes em um aglomerado de apoiadores, simpatizantes e militantes das causas dos Direitos Humanos. O processo de globalização da informação proporcionou a construção de uma rede de articulação com a tarefa de unir atores sociais e grupos nas relações de interesse pelo tema. As mídias sociais criaram condições para conectar um conjunto de ações que desencadearam a visibilidade dos temas violência policial, desigualdade social e racismo. A cidadania comunicativa proporcionou a participação popular na comunicação de diferentes setores da sociedade, causando a expansão das mídias sociais nos movimentos sociais.

Figura 02 - Campanha da ONG Rio da Paz. #OndeEstaAmarildo



Fonte: ONDE (2013)

A campanha tornou-se mundial com a *hashtag* ‘#OndeEstáAmarildo?’ e se transformou em um viral, gerando centenas de compartilhamentos, e que ainda foi traduzida em diferentes línguas, como forma de buscar apoio e pressão internacionais.

Figura 03 - In the US (New York): “Where is Amarildo?”



Fonte: WHERE (2013)

Sendo assim, movimentos e coletivos que articulavam e mobilizavam suas pautas contra as injustiças sociais, exploração e discriminações viram a possibilidade de realizar campanhas constantes e terem boa repercussão, ao divulgar fotos e mensagens diretamente nas redes sociais, como o *Facebook*. Entendendo isso, Peruzzo, mesmo não compreendendo, em 1998, o que seria o impacto das redes sociais para a efetivação da participação, ainda consegue trazer a reflexão sobre o importante papel das organizações na ocupação dos meios de comunicação, quando diz que

Há que se procurar ocupar os espaços abertos e propugnar pelo acesso a esses veículos, por sua descentralização e por seu reordenamento ético-político. Eles são bens públicos, no sentido de que pertencem à União e, portanto, à coletividade, devendo, como tais, estar prioritariamente a serviço do bem-estar comum e não de pessoas ou grupos que detêm o poder de controlá-los. (PERUZZO, 1998, pg.277)

Essas redes de conexão de interesses vão gerar um conceito da mobilização política e social através da *Internet*, modificará a forma como a sociedade reage, pensa e questiona a realidade, a partir dos problemas que lhes afetam cotidianamente.

As vozes que se somam no ciberespaço representam grupos identificados com causas e comprometimentos comuns, a partir da diversidade de campos de interesse (educação, saúde, direitos humanos e trabalhistas, cidadania, minorias e etnias, meio ambiente, ecologia, desenvolvimento sustentável, defesa do consumidor, cooperativismo, habitação, economia popular, reforma agrária, Aids, sexualidade, crianças e adolescentes, religiões, combate à fome, emprego, comunicação e

informação, arte e cultura), de metodologias de atuação (movimentos autônomos ou redes), de horizontes estratégicos (curto, médio e longo prazos) e de raios de abrangência (internacional, nacional, regional ou local). Essas variáveis, muitas vezes, entrelaçam-se, fazendo convergir formas operativas e atividades. (MORAES, 2001, online).

Moraes (2001) aborda um ponto importante para fazer pensar sobre os aglomerados de grupos que existem nas redes sociais e que desejam somar suas vozes com as vozes de outros grupos ou pessoas adeptas da causa, por um objetivo comum. Esses grupos, até então, organizavam-se apenas pela mobilização nas ruas. Percebe-se, assim, que criar uma linha entre esses extremos é o desafio da atualidade com o advento das novas tecnologias.

Vale lembrar que Thompson (1998), quando discorre sobre a cibercultura, declara que “vivenciamos, atualmente, uma sociedade informacional, onde a comunicação acontece em escala cada vez mais global, reordenando as noções de espaço e de tempo, através de interações entre indivíduos situados em diferentes locais.” (THOMPSON, 1998, p. 135). Essa afirmação mostra como o ativismo digital vem para auxiliar os movimentos sociais a promoverem a democratização das relações sociais, pois consegue realizar seu papel na sociedade como espaço de mobilização e luta de diferentes motivações promovidas por diversos agentes, a fim de compreender as identidades, sejam elas individuais e/ou coletivas, e incluir indivíduos que se reconhecem como peças importantes nessa transformação.

3.1.5. Mobilização social na rua e na rede

Como foi dito no capítulo anterior, a produção de conteúdos idealizados pela população negra tem ganhado espaço nas redes sociais. No primeiro momento, foi utilizado o termo ‘mídia negra’ para tentar exemplificar as produções que serão expostas neste capítulo e para dar continuidade ao debate sobre o processo de produção sociopolítica do ativismo digital negro do Grupo Juventude Negra Kalunga. Falar sobre a participação de grupos subalternos nas redes sociais na *Internet* é algo recente. Até pouco tempo, o acesso da população negra à comunicação era restrita, isso porque os meios de comunicação eram espaços privilegiados em que poucas pessoas podiam conhecer. O movimento negro teve que disputar e se inserir nos meios para produzir suas pautas. Assim, mostram Cogo e Machado (2010), ao falar da participação da população negra nos meios de comunicação:

No decorrer dos anos, novos ativistas sociais passam a incluir o ambiente midiático em suas estratégias de reconhecimento, seja ocupando espaços em mídias vinculadas a grandes grupos de comunicação privados e públicos, seja gestando espaços

alternativos de comunicação. Valem-se de jornais, televisões, rádios comunitárias, revistas, vídeos, cinema, Internet, etc. para dar visibilidade a vários aspectos da vida e das lutas dos afro-brasileiros. (COGO; MACHADO, 2010, p. 09).

Elas apontam para uma cidadania comunicativa que será realizada pelos atores sociais negros e que ajudará na construção de fundamentação de visibilidade na *Internet*. Vale lembrar que organização das minorias nas mídias sociais só foi possível com a rápida transição da *Internet*. Sendo assim, a possibilidade de divulgar as pautas, denúncias e ações, em tempo real, dos movimentos sociais tornou-se possível, como elas justificam:

A popularização dos preços dos computadores, a expansão da telefonia e o incremento das políticas públicas de inclusão digital abriram caminho para o crescimento do acesso, ainda que parcial, à Internet. O fenômeno de expansão da rede no país resulta de esforços públicos e privados que vão conformando possibilidades de acesso à Internet a partir de residências, telecentros públicos, lan houses, computadores de amigos, locais de trabalho, instituições de ensino, etc. É resultado, nesse sentido, do próprio engajamento individual e coletivo da sociedade e dos movimentos sociais em pautas e lutas específicas voltados à ampliação e democratização do acesso e capacitação para o uso da Internet. (COGO; MACHADO, 2010, pg. 10).

Além do fácil acesso à informação, outro fator importante é a necessidade dos grupos sociais organizarem uma estrutura comunitária de fortalecimento, uma extensão da ideia de comunidade tradicional, transportada para a *web*, um ambiente de celebração de identificações entre seus usuários ou o sentimento de pertencer a uma comunidade (PAIVA, 2012). O entrelaçamento dos indivíduos na comunidade possibilitou a criação de uma rede de relações que mesmo ‘em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social’ (CASTELLS, 1990, p 41). De acordo com Castells (1990), essa identidade que será buscada no espaço virtual na tentativa de responder pelo inevitável dilema de ‘fazer parte’ de um coletivo e encontrar laços e marcas de afetividade entre seus pares.

Assim foi a motivação do Grupo Juventude Negra Kalungam ao adentrar o espaço virtual e produzir debate nas redes. Como aponta Peruzzo (1998), ‘existem centenas de coletivos e iniciativas correlatas organizados em cada estado do Brasil, que priorizam meios de comunicação popular, comunitária e alternativa tradicionais’. O grupo também percebeu isso e iniciou sua jornada pela visibilidade midiática, experimentando os primeiros passos com a criação da página no Facebook, em 01 de janeiro de 2007, para suprir a necessidade de promover o debate da igualdade racial por meio das mídias digitais.

Figura 04 – Página do Grupo Juventude Negra Kalunga no Facebook



Fonte – MARCHA (2007)

Outro instrumento muito utilizado na *web 2.0*, ou também chamada de *web participativa*, foi o blog da organização criado em 2008, com a finalidade de ser um espaço para colaboração social no qual é possível desenvolver, de forma dinâmica e independente, a interação entre seus agentes, pautas e ações sociais com mais informação.

Figura 05 – Blog do Grupo Juventude Negra Kalunga



Fonte: KALUNGA (2008)

Percebemos, assim, o pontapé da organização na caminhada pela participação, por meio do ativismo digital. Um tema que começa a surgir nos movimentos sociais, de acordo com Moraes (2012), são vozes que se somam no ciberespaço e representam grupos identificados com causas e comprometerimentos comuns.

Através de usos combinados e complementares dessas tecnologias, setores e ativistas do movimento negro orientam-se à gestão e produção comunicacionais que

colaboram na geração e distribuição de conteúdos visando à denúncia das situações de discriminação e desigualdade raciais e à constituição pública de representações plurais dos afro-brasileiros. (COGO; MACHADO, 2010, p 13).

A partir dessa motivação, a Juventude Negra Kalunga resolve iniciar sua jornada pelo aplicativo *Whatsapp* e desbravar mais um espaço virtual de diálogo e articulação virtual. E isso faz chegar ao cerne da questão sobre o processo de produção sociopolítico do Grupo Juventude Negra Kalunga por meio do aplicativo móvel. Com a observação das conversas no grupo, é possível perceber que alguns temas se repetem tais como: visibilidade da população LGBT, mulheres negras, religiosidade, política, direitos dos trabalhadores e entretenimento. A análise do conteúdo no grupo foi realizada junto à aplicação do questionário, que ajudou na percepção dos temas e na reflexão sobre temas que se repetem, como a temática das mulheres negras. Também foi observada a interação e a participação dos membros nas conversas no aplicativo. A criadora e administradora do grupo, Rebeca Bezerra¹⁶, diz:

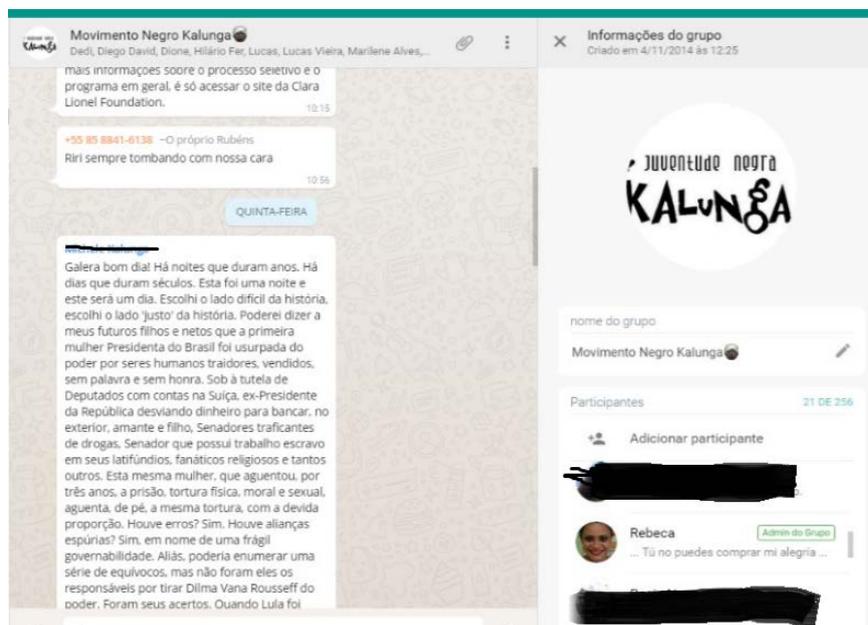
O grupo foi criado para facilitar as nossas conversas de forma mais espontânea e rápida. Discutir sem marcar uma reunião onde os membros podem faltar, ou ir apenas dois. Mesmo que tivesse pessoa no grupo contrárias aos equipamentos virtuais, porque acreditam na participação presencial e, que concordo a, importância de encontros presenciais. Então, veio o *Whatsapp* crescendo que ajudou a substituir a presença, de certo modo. (BEZERRA, 2017).

Rebeca Bezerra¹⁷ fala o que Canclini (2003) classifica de interações globais que unem pessoas com o mesmo objetivo, seja para consumo, atividades culturais, entre outros. Canclini (2003, pg. 160) ressalta que “a dispersão geográfica das interações globais se combina com locais estratégicos, em muitos pontos do planeta, que especializam as comunicações”. Sendo assim, é possível que as redes sociais possam auxiliar na interação, na aproximação e no diálogo de pessoas com pautas em comum.

¹⁶ Entrevista concedida por Rebeca Bezerra criadora e administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, em 20/02/2017.

¹⁷ Idem.

Figura 06 - foto do grupo com a imagem da criadora e administradora do grupo no WhastApp



Fonte: KALUNGA (2014)

Outro ponto importante que a administradora Labelle ForRainbow¹⁸ apresenta é sobre como o aplicativo facilitou a articulação e o diálogo entre os membros; mas também ressaltou que as conversas também seguiram outras áreas como questões pessoais e debates mais tensos. É comum, em espaços virtuais, a criação de normas e regras para o convívio entre os usuários como informações que podem ser compartilhadas ou não no aplicativo. No entanto, foi percebido que o grupo não segue esse modelo sendo possível a divulgação e/ou compartilhamento de qualquer tema.

O objetivo de criar o grupo é porque a maioria já estava no Whatsapp, já usava para se comunicar, para resolver a vida, as militâncias e as lutas. E como tínhamos objetivos em comum que é o combate ao racismo e, principalmente com o foco na juventude, acabamos indo para essa ferramenta. No sentido de facilitar nossa comunicação para tentar construir os objetivos comuns, ou pelo menos identificar quais eram esses objetivos e estar mais próximos, mas acho que acabou indo para outros rumos¹⁹. (FORRAINBOW, 2017).

Sendo assim, fica a reflexão sobre a importância do ativismo digital e como esse instrumento de compartilhamento de ideias e ações reais de mobilização dos sujeitos sociais pode auxiliar o movimento negro. Em campo, que se abre em caráter global para acesso de

¹⁸ Entrevista realizada com Labelle ForRainbow, administradora do Grupo Kalunga, em 21/02/2017.

¹⁹ Idem.

todos, mesmo que ainda de forma desigual, como apontam os dados do Mapa da Desigualdade Digital, em 2007, o qual afirma que “a discriminação por cor ou raça dos indivíduos também atua como fator incidente nas condições de acesso à Internet”. (WAISELFISZ, 2007. p.18). A pesquisa mostra que

No país como um todo, 28,3% dos brancos de 10 anos ou mais de idade manifestaram ter usado a Internet nos 3 meses anteriores à pesquisa. Já entre os negros, esse percentual cai para 13,3%. Noutras palavras, brancos acessam a Internet 2,1 vezes mais que os negros, isto é, mais que o dobro que negros. (WAISELFISZ, 2007. p.18).

Logo, o percurso é longo, mas a jornada apenas começou para tentar compreender o papel dos estudos sobre o ativismo digital para os movimentos sociais, e em especial, para o movimento negro. O ponto de partida sobre o estudo foi iniciado e o dever social é possibilitar a indicação de caminhos possíveis sobre esse ativismo digital como ferramenta de participação para o exercício da cidadania.

3.2 Escute sua voz: o ativismo digital negro na rede

3.2.1 A participação da juventude (s) negra na rede

A invisibilidade dos sujeitos sociais é o ponto de partida para compreender as funções do ativismo digital na atualidade, tentando analisar sua participação no ciberespaço. Esses agentes sociais tentaram traçar estratégias com a constituição de um discurso que ajudará na reprodução de sua história, linguagem e memória. Essa(s) juventude(s) que busca(m) entender seus lugares sociais de pertencimento em um grupo, tribo e/ou coletivo como espaço constituído para afirmação de sua identidade. Como apresenta a reflexão de Diógenes (2011), sobre a necessidade de visibilidade desse grupo etário e das estratégias de reconhecimento de sua voz na cidade. Ela diz que “a juventude, mais do que qualquer outro segmento social, utiliza-se da estratégia de alardear sua presença na cidade, como forma de garantir um grau possível de visibilidade social”. (DIÓGENES, 2011, p.62). Ela nos mostra que a juventude é o segmento que se recusa a ideia da invisibilidade social e cultural e produzirá táticas para que sua participação na sociedade seja evidenciada.

O que ocorrerá também no espaço virtual, no qual essa juventude(s) criará meios de acesso que possibilitaram sua identificação com pautas específicas a partir da utilização das ferramentas apresentadas nas redes sociais, com vídeos, imagens, textos que auxiliem no

compartilhamento de conteúdos entre seus pares. As redes sociais favoreceram a visibilidade de fatos e acontecimentos relevantes para os movimentos de juventude (s), em especial da juventude negra, que produzirá novas abordagens com o intuito de promover a afirmação de sua identidade negra. As discussões relativas às interfaces entre juventude e as mídias sociais serão consolidadas com sua participação nesses meios. Articulando temas que expressem suas características, ideias, pensamentos e reflexões sobre o mundo ao seu redor, independentemente da distância, tempo e espaço entre elas.

As novas tecnologias permitem que esses agentes desenvolvam novas combinações sociais, a partir da produção de um espaço de fusão, entre indivíduos e atividades com maior frequência. Como pensam Cogo e Bernardes (2015), ao dizer que a *Internet* proporcionará um espaço de pertencimento das juventudes no mundo contemporâneo. “A *internet* possibilita que as jovens se identifiquem com seus “grupos” de interesse e se reconheçam em seus pares. A cultura digital é, no mundo juvenil, parte indissociável das vivências de sociabilidade e de construção de identidades, e o lugar onde os jovens podem afirmar a sua existência para o outro” (COGO; BERNARDES, 2015, p.161).

A buscar por esse pertencimento digital ocasiona no esforço, permanente, da juventude negra em fazer parte de um grupo, para se reconhecer e sentir-se reconhecida pelos membros da comunidade social que partilham sentidos e ideias comuns. Assim, explica Maffesoli (1998) que exemplifica o termo “grupismo” que trata da necessidade de servir ao interesse de um grupo. Para ele, a terminologia “tem o mérito de sublinhar a força desse processo de identificação, que possibilita o devotamento graças ao qual se reforça aquilo que é comum a todos” (MAFFESOLI, 1998, p. 23). Ou seja, compor um grupo é produzir uma forma de solidariedade que preza pelo interesse do coletivo. Sendo assim, o grupo no *Whatsapp* da Juventude Negra Kalunga pode ser definido como um grupo que utiliza as novas tecnologias para possibilitar vínculos emocionais e políticos. Uma comunidade que partilha, por meio de símbolos e significados digitais, sua concepção sobre a temática racial. Maffesoli (1998) finaliza o entendimento sobre comunidade dizendo que

Podemos nos interrogar sobre a comunidade, sobre a nostalgia que lhe serve de fundamento, ou sobre as utilizações políticas que dela foram feitas. De minha parte, repito, trata-se de uma “forma” no sentido que dei a este termo, que ela tenha existido ou não, tanto faz. Basta que essa ideia, como um pano de fundo permita ressaltar tal ou qual realização social, que pode ser imperfeita, até mesmo pontual, mas que nem por isso deixa de exprimir a cristalização particular de sentimentos comuns. Nessa perspectiva “formista”, a comunidade vai se caracterizar menos por um projeto (*pro-jectum*), voltado para o futuro, do que pela efetuação “*in actu*” da pulsão de estar-junto. (MAFFESOLI, 1998, p.23).

Analisando as indagações do autor, é possível pensar que a comunidade é uma forma de expressar sentidos que fortalecem os vínculos emocionais de cooperação, as relações afetivas e a vida cotidiana que compõem nesse ajuntamento social. Isso pode ser percebido, na atualidade, por meio das redes sociais que recriam esse universo afetivo para estabelecer relações entre os agentes. As comunidades virtuais seguem como local de polarização de setores, organizações, movimentos e coletivos que trazem suas expressões, tentam se reconhecer e promover formas de relacionamentos uns com os outros. Para Paiva (2012), esse momento traz a reflexão sobre a comunidade do afeto na atualidade como forma espaço de visibilidade mesmo diante de tantas mudanças com o advento da sociedade em rede.

Seria a comunidade ainda um destino? O fato é que, diante do atual ambiente de profundo estresse e ansiedade pelo cotidiano nas grandes cidades e a incerteza com os próximos tempos, percebemos que nos encontramos virtual e definitivamente ligados e dependentes uns dos outros, como nunca deixamos de ser e como talvez nunca gostaríamos de ter sido. (PAIVA, 2012, p.63)

Um apontamento é importante para tentar compreender como o entrelaçamento virtual se aplica no atual momento, no qual o bombardeio de informações é gigantesco. O impacto das redes digitais de comunicação, a *Internet*, tem trazido inquietações diversas a pesquisas no campo acadêmico que se arriscam neste ciberespaço e profundos pensamentos sobre a forma de como estamos dependentes dessa tecnologia. Mas, Maffesoli (1998) nos relembra que a “comunidade de destino” ainda é um local de compartilhamento com os outros, um espaço de ligação entre indivíduos que se ligam, historicamente, por interesses, desejos e afetos.

Isso que dizer que a multiplicidade dos grupos, fortemente unidos por sentimentos comuns, irá estruturar uma memória coletiva que, na sua própria diversidade, é fundadora. Esses grupos podem ser de diversas ordens (étnicas, sociais), mas, estruturalmente, é a sua diversidade que assegura a *unicidade* da cidade. (MAFFESOLI, 1998, p.221)

É aceitável imaginar que tanto Maffesoli (1998) como Paiva (2012) criam uma linha de pensamento sobre a “comunidade de destino” em que o intuito, em diversos momentos históricos, é criar uma conexão, uma união entre indivíduos interligados por diferentes situações. Isso na contemporaneidade é ainda mais comum com a interação na rede que se propõe a estabelecer laços apoiados nas tecnologias digitais. Ou seja, essas comunidades na rede social, como afirma Recuero (2010), são basicamente “um aglomerado de nós com maior densidade de conexões” (RECUERO, 2010, p.135). Outro ponto importante sobre as comunidades virtuais é a mudança do conceito de localidade geográfica que será

alterado com a expansão da comunicação medida pela *Internet*. Agora, a possibilidade de interagir com mais pessoas de diferentes lugares, culturas e espaços, em um só momento (um *clik*) produzirá uma nova forma de perceber o mundo e outros laços sociais serão introduzidos na sociedade globalizada. Isso ocasionará a relação de agentes que desejam debater uma mesma causa social, como ressalta Moraes (2001) ao indagar que as transformações tecnológicas mudaram a forma de organização dos movimentos sociais nas comunidades virtuais.

A mega-rede pode propiciar aos movimentos sociais uma intervenção ágil em assuntos específicos, acentuando-lhes a visibilidade pública. Sem falar na constituição de comunidades virtuais por aproximações temáticas, anseios e atitudes. Elas reforçam a sociabilidade política e praticam uma ética por interações, assentada em princípios de diálogo, de cooperação e de participação. (MORAES, 2001, p.21).

Sendo assim, Moraes explica que as comunidades virtuais serão um fenômeno que ocasionará mudanças na forma como as pessoas relacionaram e auxiliará na organização de suas atividades, fóruns, mobilizações em favor de temas diversos. Percebendo isso, o grupo Juventude Negra Kalunga utilizará esse meio como ferramenta de articulação, entrelaçando as questões sociais com suas relações de afeto dentro das comunidades virtuais. Isso ocorrerá, como Cogo e Bernardes (2010) enfatizam, porque as redes de conexões, os movimentos sociais, e, em especial, a juventude negra, enxergaram uma possibilidade de participação ativa. Para elas,

Desde essa heterogeneidade, podemos afirmar que o movimento negro brasileiro vem se constituindo, em muitos casos, como instância descentralizada que atua em rede em contraposição às lógicas de exclusão cidadã, sem, contudo, ignorarmos que o movimento pode comportar também estruturas de poder e relações centralizadas, assimétricas e hierárquicas que caracterizam muitas das modalidades de associativismo cidadão e mesmo algumas experiências solidarísticas em rede. (COGO e MACHADO, 2010, p.03-04).

Por esse motivo, o movimento negro, e, em especial, a juventude negra, cria estratégias para compor esse espaço de mobilização na contemporaneidade que possibilitará a inclusão de suas pautas. Isso é observado na fala dos integrantes do grupo Juventude Negra Kalunga durante as entrevistas sobre a motivação de criar um grupo de conversação no aplicativo. Debater sobre diversos temas do cotidiano, pautar as demandas do grupo para o período, divulgar atividades referentes às temáticas da população negra, falar sobre temas de interesse como religiosidade, solidão da mulher negra e/ou violência contra a juventude negra serão pontos que aparecem durante a observação do uso de aplicativo. Perceberemos que o grupo Kalunga, a partir dessa interação na rede, irá promover debates com o objetivo de

reduzir o espaço-tempo e criar formas de encontro que possam ajudar na sua militância. Para os integrantes do grupo Kalunga, as motivações de compor o espaço virtual seguem na linha da interação entre seus membros. Grande parte dos membros afirmou na pesquisa que a entrada no aplicativo ocorreu por conta da necessidade de mais um local para discutir suas demandas com mais rapidez no retorno. Mesmo com a criação do blog, *email*, página no *Facebook* do grupo como estratégias de ter espaços de visibilidade e participação social, ainda existia o distanciamento, pois o retorno era mais demorado. Como podemos perceber na fala de Lucas Vieira²⁰, integrante do Kalunga, que explica como foi importante a entrada do coletivo nas redes sociais para tentar visibilizar as pautas da juventude negra. Ao ser perguntado sobre a motivação do grupo em entrar no *Whatsapp*, ele afirma que

Eu não me recordo agora do motivo, do dia da existência do grupo, mas como qualquer outro meio a gente criou como jovens, desde que eu entrei na Kalunga sempre tinha a necessidade de se comunicar e dá um recado e a possibilidade de todo mundo ouvir o mais rápido o possível. Já passou por telefone, email, sms, três segundos (dá o toque), alguém dá o recado. Passamos por grupo de email, então eu acho que o *whatsapp* era a ferramenta que estava sendo utilizada pelo maior grupo de pessoas e era a ferramenta que a gente tinha no grupo. (VIEIRA, 2017).

Lucas aponta fatores importantes sobre a conexão da juventude negra na atualidade. Ele afirma que a organização deste grupo etário e racial segue uma linha do tempo e espaço utilizado por essas redes sociais onde se pode (re)criar, (re)significar a possibilidade de visibilizar seus temas. Uma estratégia muito comum da juventude que tentará, a todo o momento, estabelecer novas formas de diálogo na sociedade para afirmar sua identidade. Como explica Diógenes (2011), sobre a necessidade de afirmação dos jovens sobre seu local no mundo, ao dizer que “ressignificar representa reproduzir outras figurações visuais, estéticas, orais, imaginativas para conteúdos limitados, pré-conceituados, normatizados sobre si e sobre o mundo”. (DIÓGENES, 2011, pg.68). Sendo assim, a juventude negra (re)apropria-se da redes sociais para produzir conteúdos que fazem parte da sua realidade, denunciar as pautas da população negra e ainda interagir sobre as inquietações que fazem parte do seu cotidiano. Essas interações mostram que a juventude negra, assim como qualquer outro grupo do segmento juvenil, deseja criar espaços de afetos entre seus membros. Isso permeia a vida dos agentes em redes de conexões que se produzem, constantemente, como reflexo da construção de sua identidade na *web*. Sodré (2015) também ressalta isso quando

²⁰ Entrevista concedida por Lucas Vieira administrador do grupo Juventude Negra Kalunga, em 23/10/2017.

utiliza o exemplo do grupo Mídia Ninja e tantos outros grupos que têm visibilidade nas redes sociais na contemporaneidade. Ele fala da importância dos grupos que entraram na *web* com o intuito de promover um lugar de fala das minorias e enfatiza que a conexão, por meio da Internet, é um fator importante para criar relação entre agentes que estão inserindo suas temáticas na *web*.

O êxito que os meninos da Mídia Ninja e outros estão tendo nas ruas irão me dar novos ângulos, eles me disseram. Eu disse a eles que ninguém está se lixando para esses novos ângulos. O sujeito está no êxtase da conexão. Não há nada mais extático, não há nada que dê mais êxtase, não há nada que dê mais gozo pessoal do que conexão. O estar juntos, o conectar-se, fisicamente, corporalmente ou tecnologicamente: essa conexão é o que importa. (SODRÉ, 2015, p. 142).

Percebendo isso, o grupo Kalunga também vai se inserir nas redes, criando assim uma mobilidade digital (COELHO; COSTA, 2013) que une a rua e a tela, iniciando mais um passo para o que, hoje, chamamos de ativismo digital. Encontrando assim nos dispositivos móveis o entrelaçamento entre a militância e a *Internet*. Esses pontos podem ser percebidos em diferentes grupos do movimento negro que iniciaram sua transição para as comunidades virtuais e disputaram um lugar “ao sol” no grande conglomerado de relações que a *web* oferece.

3.2.2 O contexto social do movimento negro no Brasil e no Ceará

Pensar narrativas negras na *web* como espaço de ruptura e resignificação da história para a população negra é a possibilidade de compreender como esses sujeitos podem ser agentes de rede (VAZ, 1999) que produzem um lugar de fala nas redes sociais. Para isso, é importante lembrar que o movimento negro tem caminhando, por séculos, na tentativa de afirmar seu lugar de fala (RIBEIRO, 2017) na sociedade. Vemos isso com a criação do movimento negro como uma ruptura ao modelo de organização e participação que não representavam as especificidades do segmento. As opressões que se cristalizam na discriminação racial produzindo desemprego, educação inadequada e violência causam um processo de desumanização diário (DAVIS, 2016) entre a população negra. Ela buscava proteção do Estado que não respondia por suas demandas e, na sociedade, silenciava as pautas. As ideologias apresentadas pelos movimentos sociais em geral, que, por muitas vezes, secundarizou suas temáticas, afirmando estarem em prol de um bem comum que podia

responder por todas as temáticas. Isso ocorreu também com o movimento de mulheres, juventude, pelos direitos da população LGBT, entre outras.

Compreendendo o contexto histórico, Sousa (2008) explica que o movimento negro nasce a partir da luta do povo negro por condições de vida digna. Ele afirma que “cada luta revelava a necessidade de estabelecer a dignidade do negro, e, assim sendo, alguns dos pontos fundamentais em questão eram os processos de negação dos estigmas sociais e de afirmação das identidades negras” (SOUSA, 2008, p. 35). Ele ainda afirma que diversos fatores na história ajudaram no fortalecimento das organizações negras, de cunho político, social e/ou artístico, na luta antirracista no Brasil. A pauta do movimento negro ganhou o mundo com revoltas, malês, criação de Frentes de artistas negros, Congressos sobre negritude, comunicação negra como fatores que evidenciaram a luta do povo negro.

No mundo, países no Continente Americano, como os Estados Unidos da América, debatiam o pensamento da luta antirracista; na Europa, estudiosos negros discutiam sobre as lutas dos países africanos por libertação. O continente negro, África, a luta pela libertação das colônias e a luta por direitos civis ganhavam pauta nos meios de comunicação. A conscientização da população negra no mundo inteiro tornava-se real com a afirmação “a uma conscientização da necessidade de se auto-afirmarem como negros” (SOUSA, 2008, p. 39).

Os avanços percebidos na luta pelos direitos civis dos negros americanos foram decisivos para que os negros brasileiros percebessem a importância da mobilização política em linhas raciais. Além disso, havia uma espécie de descontentamento dos militares com a forma como as questões particulares dos movimentos sociais eram tratadas dentro dos partidos políticos, onde se acreditava que as demandas específicas (negros, mulheres...) viriam a reboque da Revolução. (SOUSA, 2008, p.41).

Ele mostra que os acontecimentos históricos e sociais culminaram na formação do Movimento Negro que não se percebia nas representações apresentadas pelos movimentos sociais. Ascensão social, cidadania e liberdade faziam parte deste negro que busca sua cultura. Ou, como afirma Sousa (2008), “para os negros, a busca por essas raízes, não se dava dissociada do discurso político e se tornou, pouco a pouco, dentro daquilo que era permitido pelo regime político, mola propulsora de um discurso político negro”. (SOUSA, 2008, p.39). Esse levante negro será incorporado em diferentes estados brasileiros, incluindo o Ceará, que também iniciará sua luta por direitos para a população negra. No Ceará, é importante considerar que a atividade econômica ligada ao setor agropastoril na região sertaneja, em especial no Ceará, culminou na formação diferenciada do engenho, como explica Ferreira. Ele

afirma que a ocupação do Ceará ocorre com a presença do homem livre, de cor ou não, e refletirá na estruturação das relações na sociedade cearense. No entanto, não será diferente de outros estados brasileiros que têm a ideologia escravagista (FERREIRA, 2009) como forma de inferiorizar o negro. Com isso, o Movimento Negro no Ceará também disputou as ações político-sociais para definir sua negritude cearense (SOUSA, 2008).

Percebemos assim que, na história do Movimento Negro cearense, apesar das insistentes tentativas em contrário, os questionamentos em torno da realidade social do negro e a possibilidade discursiva em torno de uma negritude estavam já em curso e surgiam em vários locais e em vários espaços de atuação socio-política, promovendo discursos que procuravam ressignificar a própria negritude ao mesmo tempo em que surgiam com o propósito de contrapor-se a diversas situações de discriminação. (SOUSA, 2008, p.55).

O Movimento Negro no Ceará iniciará uma caminhada pela identificação apresentando questões relativas à negritude e à identidade que culminaram na criação de várias organizações que trazem o discurso das relações raciais como o grupo Juventude Negra Kalunga que, compreendendo a necessidade de integração da pauta da juventude negra, estabelece demandas específicas. Como enfatiza Peruzzo (1998), ao determinar que movimentos e organizações criam estratégias de participação social para cobrar direitos civis. Ela discorre a questão da participação como um elemento que a população brasileira excluída busca, incessantemente, para tentar validar seus direitos e exercer sua cidadania, como a população negra. Sendo assim, a participação do Movimento Negro na luta antirracista acarretará em um importante papel na formação de novos sujeitos conscientes de sua identidade, refletindo sobre seu posicionamento diante de práticas racistas e afirmando sua negritude para a promoção de uma sociedade que discuta as relações raciais. Isso só é possível com o aparecimento de novas possibilidades de lutas sociais na qual a população negra consegue visibilizar suas pautas e afirmar o pertencimento de sua consciência negra. Esse será o pontapé do movimento negro pela disputa por outros lugares, como exemplo as comunidades virtuais, nas quais podem compartilhar formas diferentes de defesa e resistência negra.

3.2.3 Narrativas em rede: ativismo digital negro na *web*

Na sociedade globalizada, as informações correm de um campo para outro em um piscar de olhos. Na *web*, diferentes vozes apresentam suas temáticas, criando uma teia de relações que se conectam compartilhando informações. Grupos que se entrelaçam em uma

rede social virtual, pautando as identificações sem um lugar comum, pois, o tempo e o espaço foram reduzidos à mediação via computadores, e, atualmente, por dispositivos móveis. Assim, defini Canclini (2003), ao indagar como a globalização mudou a forma que vivenciamos o local e transmitimos as informações.

Quando nos perguntam onde moramos, a resposta tampouco é simples. [...] Às vezes não tão livres assim, mas condicionadas por uma variedade de informações e estilos provenientes de muitos locais de pertencimento além do próprio, e que fazem com que este se torne múltiplo e flexível. Imaginamos os lugares de pertencimento residindo e viajando, dentro da cidade e entre cidades. (CANCLINI, 2003, p. 153)

Para eles, a globalização trouxe um *habitat* de significados que sempre se expande e se contrai (CANCLINI, 2003). E o mesmo ocorrerá com as comunidades virtuais que refletem esse local, que é múltiplo e flexível com seus *sites*, páginas, buscadores, agentes de rede em uma infinidade de possibilidades. Malini e Antoun (2013) explicam que isso é possível porque “as redes são uma forma própria de poder constituinte através da qual uma multidão inteligente armada pela comunicação distribuída em redes interativas estaria conquistando sua emancipação social” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 58). Sendo assim, o movimento negro entra na *web* para disputar uma ação política de visibilidade e resistência de sua identidade. Como exemplifica Lucas Vieira²¹, integrante do grupo Juventude Negra Kalunga, quando é perguntado se as redes sociais são espaços de produção de debate.

Eu acredito que sim, mas em parte, por que eu acho que as redes sociais podem produzir debate, elas produzem debate interação na rede, mas eu acho que também há uma reverberação de outras pautas. Tipo tem uma pauta que a televisão ainda marca bastante é que as redes sociais reverberam, não da mesma forma, mais às vezes é mais aprofundado as vezes é com mais humor usando meme's, então a rede social produz mais ainda ela reverbera mais do que produz. (VIEIRA, 2017)

O mesmo questionamento será apresentado para Dione Silva²², uma das fundadoras da organização Juventude Negra Kalunga, em 2007, e administradora no aplicativo, sobre a existência de produção de debates nas redes sociais. Ela diz que “Sim! É demais. Acredito que é uma forma de compartilhar informações e opiniões também, sobre diversos assuntos, então é também uma forma de se debater, acho que não dá para aprofundar tanto em alguns casos” (SILVA, 2017). Dois pontos de visão que se conectam sobre a produção de debates diversos na *web*, na atualidade, afirmando que as redes sociais fazem

²¹ Entrevista concedida por Lucas Vieira administrador do grupo Juventude Negra Kalunga, em 23 de outubro de 2017.

²² Entrevista concedida por Dione Silva fundadora da organização e administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, em 06 de novembro de 2017.

parte da sociedade e respondem pelo compartilhamento de informações sobre pautas, temas e ações. Com isso, diferentes grupos vão adentrar as comunidades virtuais para ter visibilidade, como explica Moraes (2001), ao falar sobre as vozes no ciberespaço.

As vozes que se somam no ciberespaço representam grupos identificados com causas e comprometimentos comuns, a partir da diversidade de campos de interesse (educação, saúde, direitos humanos e trabalhistas, cidadania, minorias e etnias, meio ambiente, ecologia, desenvolvimento sustentável, defesa do consumidor, cooperativismo, habitação, economia popular, reforma agrária, Aids, sexualidade, crianças e adolescentes, religiões, combate à fome, emprego, comunicação e informação, arte e cultura), de metodologias de atuação (movimentos autônomos ou redes), de horizontes estratégicos (curto, médio e longo prazos) e de raios de abrangência (internacional, nacional, regional ou local). Essas variáveis, muitas vezes, entrelaçam-se, fazendo convergir formas operativas e atividades. (MORAES, 2001, p. 01)

Isso ajudará na entrada dos diversos grupos do movimento negro que produzem ações políticas e culturais adentrando no espaço *online*. Grupos esses que já têm ações no espaço presencial, mas que agora compõem as redes sociais, por meio de *sites*, *blog*, páginas no *Facebook*, grupo em aplicativos, entre outros sistemas comunicacionais para manifestar suas ideias, posicionamento e denunciar opressões e discriminações entre seus pares. Como explica uma Malini e Antoun (2013), que falam de marcadores que ajudaram na mediação de novos lugares, sujeitos resistentes em conexão onde, “o movimento de conexão dos diferentes grupos de defesa e resistência em lutas de ruptura e afirmação de seu poder comunicacional colaborativo” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 58). Para compreender o importante papel que o movimento negro terá nas redes, foram escolhidos dois exemplos de organizações, com perfis diferentes, mas que tratam das relações raciais para tentar explicar sua participação na *web*.

Figura 07 - agência de notícias do Geledés



Fonte: GELEDES (2016)

Como primeiro exemplo, temos o GELEDÉS²³ - Instituto da Mulher Negra, fundado em 30 de abril de 1988. Essa organização tem como objetivo a defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagem e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira. O grupo, que já operava suas pautas no mundo presencial, entra na *web* com a necessidade de defender suas causas e apresentar uma comunicação diferenciada, já que divulga e/ou produz conteúdo referente à população negra. Malini e Antoun (2013) explicam que isso ocorre porque “no espaço dialógico da realidade virtual da Internet, a sociedade se revelaria “um corpo multivozes metamorfoseando-se”, implicando para a democracia, real ou virtual, a necessidade de sustentar a interação ou a solidariedade das vozes do seu corpo” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 78). Ou seja, a busca por novas vozes que possam respeitar a diversidade e multiplicidade são alguns dos processos que permeiam a forma de conexão entre os agentes. Outras linguagens também serão pautadas pelo movimento negro na *Internet*, como a comunicação, a exemplo o grupo Mídia Étnica.

Figura 08 - site do Instituto Mídia Étnica



Fonte: MÍDIA (2015)

Instituto Mídia Étnica²⁴ foi criado em Salvador (BA), em outubro de 2005, durante a Semana Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação, por um grupo de jovens inquietos e inconformados com a representatividade da comunidade negra nos meios de comunicação. A intenção sempre foi, por um lado, integrar a luta pelo direito humano à

²³ Informação extraída do site. Disponível pelo link: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em 01 de dezembro de 2017.

²⁴ Informação extraída do site da organização. Disponível pelo link: <http://www.midiaetnica.com.br/>. Acesso em 01 de dezembro de 2017.

comunicação, chamando atenção para aqueles mais invisibilizados e sobre os quais mais se recaía as violações da mídia. E, por outro, associar-se à resistência histórica do movimento social negro brasileiro e diaspórico ao racismo e suas consequências para a dignidade da população negra.

Mesmo sendo criado a partir da luta pela democratização da comunicação, o grupo iniciou sua participação “na rua” com a mobilização de jovens negros da cidade de Salvador. Se a informação foi transformada em arma de poder na contemporaneidade (VAZ, 1999), o grupo se utiliza dessa tática para promover as lutas raciais por meio das novas tecnologias como a inserção de debates relacionada aos meios de comunicação. Assim como diferentes grupos se utilizam da *Internet* para anunciar suas ações políticas desses agentes que mudaram as relações sociais por meio de seu acesso na “construção de uma comunidade em movimento que partilham uma agenda comum de reivindicações e ação, experimenta em sua própria construção modos democráticos de produção e tomada de decisão”. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 83).

Com isso, podemos perceber que o movimento negro cria narrativas na *web* para ampliar sua capacidade de mobilização e assim tornar possível um capital tecnológico no qual uma quantidade maior de negros possam se sentir representados. Essas novas comunidades virtuais trazem a tarefa de unir grupos e movimentos que acreditam que as redes podem ser espaços de formação de opinião e integração de temas. Assim, exemplifica Clarisse Alexandre²⁵, membro do grupo Juventude Negra Kalunga, ao ser indagada sobre a importância das redes como espaços para a produção de debate:

Acredito! Acredito que ela [**redes sociais**] é uma ferramenta que se tornou mais popular, se tornou uma ferramenta de massa (querendo ou não) acaba que quando você posta algo que gera debate e tudo direcionado ao público. Por isso eu acho que é uma ferramenta que gera debate, cria espaço, cria mecanismos de participação, porque é muito cômodo você estar nos cantos e não poder sair, mais você está ali participando daquela atividade, embora você não esteja presente no local. (ALEXANDRE, 2017, grifo nosso).

Ela nos faz refletir sobre como as relações em rede estão ligadas ao nosso cotidiano e como essas relações fazem parte de grande parte da sociedade. As redes sociais possibilitaram a formação de grupos sociais em torno de interesses, afetos e/ou desejos comuns que desembocam na geração de valores, pautas e ou ideologias compartilhadas. Essas

²⁵ Entrevista concedida por Clarisse Alexandre administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, em 30/10/2017.

táticas criaram uma nova consciência sobre a apropriação das redes que culminará no termo ativismo digital, tema que aparecerá na agenda mundial, para tentar exemplificar o diálogo entre os agentes e suas pautas em rede. Para Malini e Antoun (2013), todo ativismo digital inventará uma nova forma de se expressar por meio de experiências comunitárias e políticas, com novos instrumentos para o pensamento e a ação na sociedade. Para eles, “o ativista acredita que a novidade de um meio só ganha expressão através da atividade que se apropria dele e desenvolve integrando-se a suas novas potencialidades”. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 83). Isso mostra que o ativismo digital tem ganhado espaço na academia, nos espaços políticos e nas relações sociais do mundo globalizado. Percebendo isso, a população também disputará inventando formas de viver e lutar por suas pautas na *web*. Um investimento que será sentido por diferentes grupos do movimento negro, seja ele dos Estados Unidos ou mesmo do Ceará. Compreendendo isso, é possível pensar que o ativismo digital negro pode ajudar na formação de um novo grupo de agentes em rede que possam produzir espaços de debate na *web* para fortalecer suas ações presenciais? Ou ainda encontrar no ativismo digital negro um processo de organização que introduza novas vozes para a promoção de outras práticas democráticas no mundo globalizado?

Essas e tantas outras questões começam a aparecer no fim da estrada (ou mesmo o início de outros caminhos para conhecer) sobre o processo de produção sociopolítica do ativismo digital negro, que começa com a análise das conversas e entrevistas do grupo Juventude Negra Kalunga. Como afirma Cogo e Machado (2010), quando falam sobre a incorporação da população negra às novas tecnologias como prática para uma cidadania plena.

O exercício de uma cidadania comunicativa através dos usos que afro-brasileiros fazem das tecnologias inclui mais recentemente a apropriação de espaços da Internet, incorporada, não, de modo isolado ou exclusivo, a partir de sua introdução como novidade tecnológica, mas inserida em um espectro de estratégias e políticas comunicacionais implementadas pelo movimento que comporta diferentes modos de usos das tecnologias. A exemplo de outros movimentos sociais organizados em rede, também o movimento negro experimenta a combinação e complementaridade nos usos de tecnologias da informação e comunicação que se caracterizam por continuidades, justaposições e rupturas entre as chamadas novas mídias e ferramentas tradicionais assim como entre gêneros, estéticas e linguagens ou, ainda, entre modos de gestão e produção mais ou menos individuais e coletivos. (COGO; MACHADO, 2010, p.10).

Um novo ativismo surge, integrando imagens, falas, conversação que se conectaram em uma teia colaborativa para apresentar as ações, os afetos e as atividades dos grupos criam comunidades virtuais que dialogam no ciberespaço.

3.3. Novas tecnologias: por outra comunicação para o movimento negro

3.3.1 Mídias negras: ferramentas de comunicação na sociedade globalizada

Para debater sobre a relação entre os meios e os sujeitos, com novas práticas de escrita no ciberespaço, a construção de uma mídia com a participação ativa de indivíduos e/ou grupos, coletivos e movimentos em rede e a cidadania comunicativa para a visibilidade desses (in)visíveis virtuais, é necessário discorrer sobre alguns aspectos importantes no desenvolvimento da *Internet*, as aplicações e as estratégias no acesso à informação para se comunicar com diferentes agrupamentos sociais como um instrumento para o desenvolvimento da participação cidadã desses sujeitos e a urgência de uma regulamentação democrática real dos meios de comunicação.

Com a globalização, a era tecnológica ganha formas diferentes de coparticipação na sociedade. Ela terá um papel decisivo na organização, presença e interação em diversos países, com diferentes sujeitos e organizações. É um processo segmentado e desigual, como afirma Canclíni (2003). Um sistema integrado que oferece interação e consegue concentrar diversas informações com mais rapidez para o consumo. A globalização, como enfatiza Canclini, “nos leva a reimaginar a nossa localização geográfica e geocultural” (CANCLINI, 2003, pg. 153). E, com isso, acredita-se que o modo de pertencimento, dentro do espaço virtual, pode ser analisado de forma horizontal e emancipatória. Castells (1999) analisa que essa sociedade em rede vem de uma formação capitalista e informacional responder pelos bens de consumo em diferentes para cada país, sociedade, raça, gênero e classe. Ele afirma que “em grande parte, a tecnologia expressa a habilidade de uma sociedade para impulsionar seu domínio tecnológico por intermédio das instituições sociais, inclusive o Estado. (Castells, 1999, p.49-50) e ainda acrescenta:

A nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e também informacional, embora apresente variação histórica considerável nos diferentes países, conforme sua história, cultura, instituições e relação específica com o capitalismo global e a tecnologia informacional. (CASTELLS, 1999, pg. 50).

Sodré (2001) também apresenta reflexões sobre esse novo tempo das novas tecnologias para o acesso à informação na sociedade globalizada. Mas, identificando outros pontos que precisam ser observados no novo fluxo do capital para o reordenamento mundial, quando diz que “as novas tecnologias da informação passaram a contribuir efetivamente para

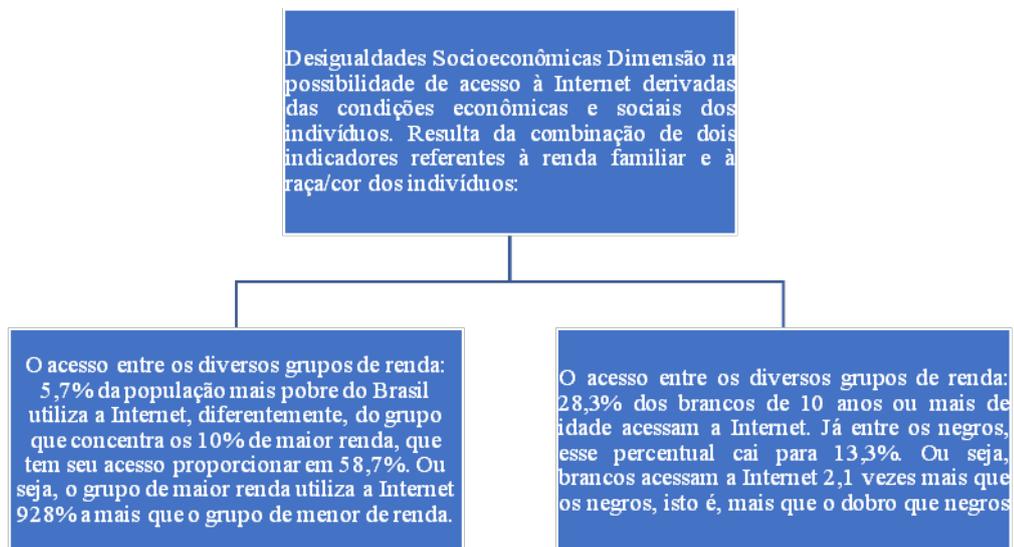
a velocidade circulatória do capital, provocando mudanças na divisão internacional do trabalho e realocando as instâncias de produção sem considerar fronteiras nacionais”. (SODRÉ, 2001, pg.71). Isso faz pensar que, mesmo com a construção de um pensamento sobre um acesso à informação coletiva e colaborativa nas redes sociais, ainda é desigual e excludente para algumas populações. As diferenças ocorrerem por meio da representação do poder econômico, social, geográfico e cultural. Com isso, a população jovem e negra acabará por acessar de forma mais tardia e desigual as mídias para dar visibilidade às suas produções. Assim, mostra-nos Cogo e Bernardes (2015), quando diz que “tais dinâmicas de consumo e usos evidenciaram as tensões dos processos de inclusão-exclusão no acesso e nas apropriações de tecnologias como a *internet* e, ao mesmo tempo, a relevância da dimensão cultural nos processos de cidadania juvenil” (COGO; BERNARDES, 2015, pg.147). Isso porque a distinção no acesso à comunicação ainda é latente e apresenta inquietações entre os sujeitos, como mostra a pesquisa "O mapa das desigualdades digitais no Brasil", ao apresentar a exclusão em dois indicadores, econômicos e raciais, a disparidade no acesso à *Internet*.

Outro fator importante é entender que a mídia tem uma agenda própria que responde aos interesses de grupos que têm interesses bem determinados, como enfatiza Sodré (2001), quando ressalta a articulação do funcionamento das instituições sociais com os meios de comunicação a partir de bens simbólicos e culturais (SODRÉ, 2001). Ele acredita que

Na sociedade mediatizada, tecnoculturada é uma designação, dentre outras possíveis, para o campo comunicacional enquanto instância de produção de bens simbólicos ou culturais, mas também para a impregnação da ordem social pelos dispositivos maquínicos de estilização ou culturalização da realidade. (SODRÉ, 2001, pg.07).

Com isso, é possível deduzir que Sodré (2001) traz uma reflexão semelhante a Cogo e Bernardes (2015), ao indagar que o acesso a novas tecnologias podem ser reais para diferentes indivíduos, coletivos e/ou grupos, mas ocorreram conflitos econômicos, culturais e/ou sociais. Para tentar compreender isso, será utilizado um gráfico com os dados extraídos do livro Mapa das Desigualdades Digitais no Brasil, de Julio Jacobo Waiselfisz, que proporciona inquietações sobre as desigualdades no uso da *Internet*, apresentando um recorte com indicadores geográficos, de renda, de raça/cor e de nível de escolaridade dos usuários. Ver organograma com os dados referentes à renda familiar e à raça/cor dos indivíduos.

Quadro 1 - organograma com os indicadores a renda familiar e raça/cor dos brasileiros.



Fonte: Criado pela autora (2017).

A partir do exemplo apresentado no organograma, é possível perceber que o acesso à *Internet* é diferente quando categorizadas entre grupos de classe e raça. A discriminação entre esses sujeitos acaba atuando, diretamente, nas condições de acesso à *Internet*. Criando um grande abismo na participação ativa de jovens negros e pobres no espaço de reprodução e difusão às novas tecnologias e, conseqüentemente, tendo pouca representatividade no espaço das mídias digitais. Com isso, é possível fazer uma relação com o pensamento de Cogo e Bernardes (2015), que desenvolve uma pesquisa sobre juventude, sociabilidade e cidadania, na qual discorre sobre o consumo e usos da *internet* entre jovens mulheres em uma instituição de acolhimento. Elas afirmam que

Na aproximação com esse contexto para o estudo das sociabilidades juvenis, adotamos como princípio o entendimento de que as tecnologias da comunicação, em especial a internet, são elementos de reconfiguração da vida social. Por um lado, promovem mudanças nas sociabilidades e subjetividades, nas relações de tempo e espaço e nas próprias lutas e mobilizações cidadãs por inclusão, liberdade de expressão e participação social; por outro lado, as apropriações das tecnologias por diferentes setores sociais não estão desprovidas de relações de poder, assimetrias e desigualdades que envolvem tensões e disputas em torno de seus acessos e usos. (COGO; BERNARDES, 2015, pg.152-53)

Sendo assim, elas apresentam fatores que precisam ser observados na pesquisa sobre o processo de ativismo digital negro do grupo Juventude Negra Kalunga, pois

proporciona apontamentos sobre a participação social deste grupo juvenil na produção de informação, compartilhamento de conteúdos e atuação social nas redes para o reconhecimento de sua identidade e apropriação de suas pautas. Além de compreender que o acesso à informação não permite, necessariamente, uma grande visibilidade sobre os temas referentes ao Negro. Isso, também, pode ser observado nos escritos de Barbero (2015) sobre o protagonismo das novas tecnologias na América Latina. Ele releva que essas tecnologias deslocaram os países para um processo de modernização e possibilidade de apropriação social e cultural (BARBERO, 2015), ao ressaltar que

Na América Latina, a irrupção dessas tecnologias delinea, entretanto, uma multiplicidade de questões, desta vez não dissolvidas pelo velho dilema: dizer sim ou não às tecnologias é dizer sim ou não ao desenvolvimento, porque as questões deslocam o problema das tecnologias em si mesmas para o modelo de produção que implicam, seus modos de acesso, aquisição e emprego; deslocamento de sua incidência em abstrato sobre os processos de imposição, deformação e dependência que trazem consigo ou, numa palavra, de dominação, mas também de resistência, refuncionalização e redefinição. (Barbero, 2015, pg 255-56).

Ou seja, as novas tecnologias trazem conflitos cotidianos para a participação de sujeitos subalternos que tentam, a todo custo, se inserir nesse espaço virtual para reivindicar sua forma de escrita, fala, cultura, religião, para assim tentar visibilizar suas causas. O autor nos faz pensar que a produção digital pode ser supostamente igual na sua contemporaneidade, pois as mídias sociais são de acesso livre e gratuito para qualquer usuário, seja ele da Colômbia, Estados Unidos ou Brasil. No entanto, quando tocamos no ponto da reprodução da pluralidade cultural de alguns grupos econômicos, étnicos e/ou raciais, nesse espaço de acesso livre, sua concepção cair por terra. Mesmo com tecnologias avançadas, a desigualdade midiática é ainda um fator importante nessa corrida pela inclusão digital. A globalização se apresenta como uma utopia, quando pensamos a universalização dos meios, pois, acessar as tecnologias da informação e da comunicação é também um campo de concentração de privilégios e poder, na qual a participação da juventude negra tentar coexistir, buscando elaborar iniciativas criativas para causar impactos e evidenciar suas pautas.

3.3.2 Um mundo sem fronteiras ou fronteiras entre mundos?!

Essas novas tecnologias chegam para criar uma conexão entre comunidades, grupos, coletivos que disputaram suas pautas na sociedade em rede (CASTELLS, 1999). Com o surgimento das comunidades virtuais, com a utilização da *Internet*, causa-se um impacto

real nas relações sociais na atualidade que modificará aspectos sociais, econômicos e culturais. Assim, Barbero (2015) afirma que esse novo momento de popularização dos meios, principalmente na América Latina, encontrará apoio para massificar-se na contemporaneidade. Ele diz:

Desde finais dos anos 1980, o cenário da comunicação na América Latina é protagonizado pelas “novas tecnologias”. Vistas a partir dos países que desenvolvem e produzem essas novas tecnologias de comunicação via satélite, televisão a cabo, videotexto, teletexto, etc., elas representam a nova etapa de um processo *contínuo* de aceleração da modernidade que agora estaria dando um salto qualitativo – desde a Revolução Industrial até a Revolução Eletrônica – do qual nenhum país pode estar ausente sob pena de morte econômica e cultural. (BARBERO, 2015, pg. 255).

Sendo assim, a chegada da *web 1.0*, fase inicial da Internet, que mesmo oferecia pouca interatividade aos seus usuários, com *links* misturados e seu conteúdo era estático, o que não facilitavam a participação ativa, ainda era uma grande revolução para o período e ocuparia um importante papel no processo de desenvolvimento das relações sociais. Ela possibilitou, pela primeira vez, a troca de informações, as pesquisas de textos e o envio de *e-mails*. Uma porta de entrada para um novo momento no qual as relações continuam com as comunidades virtuais que lhes vão dando sentidos, gostos e significados. Essa mudança tecnológica, que Recuero (2010) apresenta em seu livro “As Redes Sociais na Internet”, definirá novos rumos na forma de sociabilidade através das ferramentas de comunicação mediada pelo computador.

A exploração desses meios proporcionará uma interação entre atores. No entanto, essas tecnologias da informação devem ser analisadas com racionalidade, pois não significa que sua conexão é horizontal e harmoniosa para os diversos segmentos. Para isso, a autora apresenta algumas ferramentas das redes sociais na *Internet* que podem nos ajudar a compreender os estudos de rede social. Ela afirma que “uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores” (RECUERO, 2010, p.24). Com isso, ela analisa a rede como um espaço no qual atores podem interagir, construir, discorrer com outros atores sociais, sobre temas diversos como o problema de um buraco na rua de seu bairro, ou sobre os questionamentos da candidatura do presidenciável para o próximo pleito eleitoral, ou mesmo sobre a participação ativa de grupos subalternos, para visibilizar suas demandas nas redes sociais. A criação da *Internet* possibilita observar a interação de grupos com uma abordagem no foco da estrutura social, onde a conexão desses atores vai gerar um fluxo de informações (RECUERO, 2010).

Esses atores que, representados pela juventude negra, terão, na rede, um espaço de conexão que promoverá uma comunicação interativa entre seus membros e com o mundo externo com conflitos diários. Seja no processo de inclusão de suas pautas, seus afetos e/ou seus questionamentos, seja no processo de denúncia sobre as opressões e discriminações vividas. Assim, explica Cogo e Bernardes (2015), quando trata da *Internet* como um processo de expansão e inclusão que agenciará tensões ligadas às desigualdades de acesso. Elas dizem que

Dessa forma, a presença da internet ao mesmo tempo em que se constitui em um processo expansivo e inclusivo, conectado profundamente com os elementos e as possibilidades tecnológicas que compõem o mundo atual, promove tensões relacionadas às desigualdades de acesso, de apropriação e mesmo a processos de exclusão. (COGO; BERNARDES, 2015, p.153).

Percebem-se pontos comuns de pensamentos de Cogo e Bernardes com os de Recuero quando se trata da interação nas redes sociais. Que mesmo com padrões comuns de acesso, ele não pode ser considerado um espaço igualitário entre seus atores, pois essas comunidades virtuais são produtos de interesses econômicos e culturais, como explica Barbero (2015), ao discorrer sobre as mediações dessas tecnologias. É preciso observar que o consumo das tecnologias já ocorria em outros meios de comunicação de massa, como o impresso, o rádio e a TV. No entanto, a criação da *web* definirá um novo consumo cultural e social para interação entre grupos na sociedade. Como diria Cogo e Bernardes (2015), “a partir disso, é possível entender que, ao se definir o que é consumido, também se define o que é considerado importante cultural e socialmente, possibilitando processos de integração e ou diferenciação na sociedade” (COGO; BERNARDES, 2015, p.154). Ou seja, o consumo vai se tornar um espaço de encontro e comunicação entre os atores que percebem a possibilidade de explorar as potencialidades e limites, utilizando um computador.

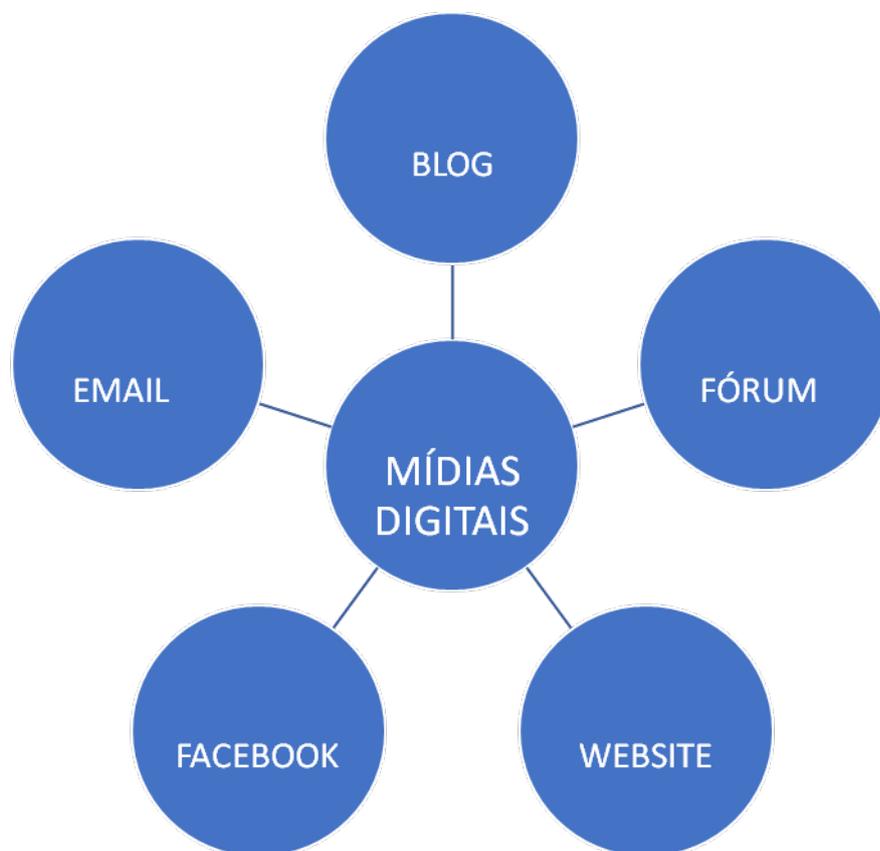
Com o passar dos anos, a *Internet* começa a caminhar para outras mudanças. A chamada *Internet 2.0*, também chamada de *web* participativa, com a criação de mídias sociais que produzem uma constante interatividade, fará parte do mundo virtual na atualidade. Essas mídias sociais que responderam como os espaços nos quais os usuários trocam o compartilhamento de conhecimento e debates que podem ser vistos em *blogs*, *sites* de perfis, *links* de notícias e de colaboração social, entre outros, que se desenvolvem, de forma dinâmica e independente, com a conexão entre seus agentes, causando mudanças no controle da informação. Essa *web* participativa criará interação, relação e laços sociais (RECUERO, 2010) como elementos de conexão dos atores. Assim, como na vida real as relações sociais vêm da “necessidade de formar grupo advém não apenas desejo isolado de continuidade do

mundo, ou da necessidade de promover identificações ou ainda da disposição de sobrevivência”, como explica (PAIVA, 2003, pg.35). As relações sociais digitais também apresentaram esses pontos de identificação como base estrutural como o desejo de fazer parte de uma comunidade que compreende suas tramas e anseios existenciais. Essa interação

[...] é, portanto, aquela ação que tem um reflexo comunicativo entre o indivíduo e seus pares, como reflexo social. Os atores entendem que a interação atua diretamente sobre a definição da natureza das relações entre aqueles envolvidos no sistema interacional. A interação, pois, tem sempre um caráter social perene e diretamente relacionado ao processo comunicativo. (RECUERO, 2010, pg.31).

Sendo assim, a interação social é uma ação que depende da necessidade de identificação entre os atores, como exemplo o grupo Juventude Negra Kalunga que apresentará essas questões na conversação no aplicativo *Whatsapp*. Essa possibilidade de se conectar com mais rapidez, em diferentes “mundos”, fez da *Internet* um espaço de estudo constante sobre a troca de informação. Nela, é possível criar notícias, gerar comunicação e replicá-las em outros lugares. Essa nova dinâmica possibilitou a participação desses usuários como produtores e fornecedores de informação. Assim, diz Pierre Lévy (2010), que discorre sobre o surgimento das tecnologias digitais e sua eficácia na transformação da comunicação na atualidade. Ele acredita que “as tecnologias digitais surgiram, então, como uma infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado de informação e do conhecimento” (LÉVY, 2010, p.32).

Ele fala da possibilidade de interação que a *Internet* tem oferecido, cada vez mais, a troca de informações e experiências entre seus usuários. Essa tecnologia digital que produzirá a constituição das mídias sociais, como canal de relacionamento, ajudou na forma de se comunicar com diferentes comunidades coletivas, reunindo técnicas com o desenvolvimento de interfaces gráficas, hipertextos, multimídia e *softwares* que proporcionam a produção de debates sobre temas com a criação de territórios acessíveis.



Fonte:Criado pela autora (2017)

Com isso, a *web* participativa cria um conjunto de estratégias e universaliza, com o passar dos séculos, uma forma de conexão entre seus atores. No entanto, a definição tem relação direta com o sentido e significado para cada agente da rede que produz esse conteúdo. Compreender esse espaço virtual como um instrumento que determina as condições sociais, culturais e políticas é um erro, pois, ele é apenas um local onde circulam os fluxos de textos, áudios e/ou imagens com a função de reproduzir informação, quem administra e gerencia as relações, nessa estrutura, é responsável e está em posição de poder de acesso e conhecimento sobre os temas e causas da sociedade. Como explica Chauí, ao alegar que existem dois aspectos principais na questão do exercício do poder pelos meios de comunicação, são eles: o econômico e o simbólico. Ela afirma que, do ponto de vista do aspecto econômico, os agentes não exercem e/ou deliberam pelo poder nessa estrutura, ou seja, nem os sujeitos, nem o Estado, nem grupos ou partidos políticos são proprietários do poder, mas, sim, o próprio capital. O outro aspecto é o poder simbólico, o ideológico, que, na contemporaneidade, não

parece constituído nem proferido por um agente determinado, convertendo-se em um discurso anônimo e impessoal (CHAUI, 2006, p.74-75).

Esse poder comunicacional, na atualidade, vem de um processo político que trava batalhas no campo econômico e simbólico no qual as desigualdades se perpetuaram na mediação das tecnologias. No entanto, é possível pensar que esse tempo e espaço não são mais tão determinantes para a modernidade, como afirma Raquel Paiva (2003), ao dizer que é possível perceber que esses ambientes se entrelaçam, criando uma complexidade dos modos de pensamento, práticas e atitudes das comunidades no ciberespaço.

É notável como hoje se tem acesso ao mais recôndito dos lugares, e de um instante para outro pode-se vislumbrar uma das regiões supervisitadas do planeta, como a Disney World, através do sistema de transporte físico ou informacional (via rede). Podem-se conhecer os passos e a história dum movimento de luta pela distribuição mais igualitária dos espaços físicos de determinado país da América Latina. Para isso, basta dispor de um computador e, via Internet, avançar pela *home page* do Movimento dos Sem-Terra do Brasil. [...]. É possível, ainda, mesmo que de modo incipiente, opinar, explicar, expor e até discutir um pensamento com qualquer dos partícipes desse processo informacional. (Paiva, 2003, p.45).

O pensamento da autora traz uma reflexão sobre pontos importantes para compreender as diferentes possibilidades de acesso que os ambientes virtuais proporcionam. Isso porque a *Internet* ainda é um mundo em descoberta, mesmo na atualidade, seja por sua conectividade e acessibilidade, trazendo o crescimento das mídias sociais em diversos mundos, grupos, olhares e sujeitos.

Hoje, não se pode pensar as relações sociais medidas apenas pelo presencial, pois sua conexão mudou e esses meios de produção fazem parte de um sistema social. O receptor não é mais um mero expectador da notícia, é ele o produtor do conteúdo e compartilhador da informação. São sujeitos que adquirem uma nova forma de transmissão das demandas, no intuito de fortalecer ou resistir, com a produção de discursos relativa às questões sociais, raciais, culturais, econômicas, para apresentar temas que, normalmente, não circulam nas mídias de massa como a imprensa, rádio, cinema e/ou televisão. Como ressalta Cogo e Bernardes (2015), ao falar sobre a sociabilidade desses sujeitos que têm vínculos, hábitos e práticas que proporcionaram uma relação de compartilhamento no meio.

A sociabilidade define-se, assim, pelo estabelecimento de vínculos, de laços, por meio da interação e da constituição de redes, podendo ser vista, portanto, como uma troca baseada na comunicação. Esses vínculos se relacionam com os processos identitários na medida em que refletem práticas, hábitos e constituem elementos de pertencimento e de compartilhamento de uma cultura. (COGO; BERNARDES, 2015, pg.156).

E essa sociabilidade será encontrada, com maior facilidade, entre os jovens que acessam as mídias sociais. Esse grupo social está presente nos movimentos, grupos e/ou coletivos, integrando e produzindo informações, mesmo que em menor proporção, se comparado ao gigantesco universo midiático. A intervenção política desse grupo etário agora unirá “a rua” com “a tela”, criando novos agentes que pensam estratégias de formação, organização e mobilização entre compartilhamentos, curtidas e comentários através da *web*. Essa é uma dimensão da sociabilidade das jovens que, via consumo, buscam o pertencimento à juventude através do acesso à tecnologia e possibilidades de uso produtivo que esse acesso carrega (COGO; BERNARDES, 2015, p.159). Encontramos, assim, um tempo de mudanças em que o ciberespaço, que tem características de usabilidade, acessibilidade e integração, se torna uma estrutura indispensável para diferentes segmentos sociais que têm como objetivo divulgar seus conteúdos, o reconhecimento de suas experiências ou a possibilidade de estabelecer diálogos sobre seus temas com a sociedade.

Sendo assim, as novas tecnologias nos permitem elaborar um pensamento sobre sua necessidade na atualidade: as mídias digitais se mostram presentes no cotidiano para o desenvolvimento da sociedade globalizada. Refletir sobre essas manifestações e articulações, como um avanço para a participação ativa, é compreender que as novas tecnologias também podem ser aliadas ao ativismo que se torna digital. Pois, assim como mudam os sentidos das cidades como espaços de interação da população, a concepção sobre as novas tecnologias também apresentam mudanças com os novos modos de pertencimento dos sujeitos sociais que utilizam esse espaço para elaborar, criar e reproduzir informações.

3.3.3. Por uma regulamentação democrática e plural dos meios de comunicação

Pensar uma mídia que unifique, em um espaço digital, diversas manifestações culturais, grupos sociais de diferentes origens como classes sociais, nacionalidades, religiões, etnias, geracionais, gêneros, entre outros, é o grande desafio das tecnologias da informação. Diferentes discursos serão apresentados neste mesmo ciberespaço que produz, cria e comunica com suas linguagens, hábitos e costumes a partir da competência de seus atores, criando assim uma cultura virtual (CHAUI, 2006). Entre interfaces da realidade virtual com a realidade real que se apresentam através de símbolos (imagens, representações e conversação) de poder nos meios de comunicação. Diante de tantas possibilidades nos meios de comunicação, fica o questionamento, recorrente no texto, sobre o acesso democrático desses

agentes sociais. Para Cogo e Bernardes (2015) que falam da desigualdade no acesso à informação entre jovens mulheres em um instituto de acolhimento.

Assim, as possibilidades de uso e de acesso da internet por parte das jovens abrigadas podem ser vistas como um fator de inclusão quando as jovens acessam e se percebem em igualdade com os demais com quem convivem ou até mesmo com o imaginário de adolescente que construíram. Contudo, é também um fator de exclusão já que as jovens não podem acessar tudo o que desejam em um contexto de acesso às tecnologias que por si só já é excludente. (COGO; BERNARDES, 2015, p.159).

Elas ressaltam que, mesmo sendo um espaço de inclusão que possibilita o fluxo de informações com diferentes grupos, é também de exclusão por ter restrições no seu uso pelas jovens. Isso porque o exercício do poder pelos meios de comunicação é estrutural. Para Marilena Chaui (2006), existe uma ideologia da competência que corrobora para acentuar as disparidades nos meios e atestar o controle do poder midiático. Chaui explica que é uma ideologia invisível que tem a construção um discurso social que responda pelo poder no acesso à informação.

A ideologia da competência pode ser resumida da seguinte maneira: não é qualquer um que pode em qualquer lugar e em qualquer ocasião dizer qualquer coisa a qualquer outro. O discurso competente determina de antemão quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como predetermina os lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e, finalmente, define previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido. Essas distinções têm como fundamento uma distinção principal, aquela que divide socialmente os detentores de um saber ou de um conhecimento (científico, técnico, religioso, político, artístico) que podem falar e têm o direito de mandar e comandar, e os desprovidos de saber, que devem ouvir e obedecer. (CHAUI, 2006, pg. 76-77).

Para isso, faz-se necessária a reflexão sobre que mídia é essa na qual grupos não têm espaço democrático de fala sobre suas pautas. Isso porque a sociedade em rede apresenta novas dimensões na sociedade globalizada (CANCLINI, 2003), em que a mediação dessas tecnologias só ocorre pela interação social e transformação cultural criada, por meio das redes sociais, entre os atores. Helena Santos (2014) também apresenta argumentos conceituais para discorrer sobre a desigualdade na mediação das tecnologias. Para esses autores das tecnologias da informação e comunicação (TICs) é também um espaço de concentração de poder e controle.

A sociedade em rede global é acima de tudo, uma nova estrutura de comunicação e de cultura, altamente maleável e reconfigurável, com um poder de disseminação e dominação que opera segundo uma poderosa lógica de inclusão/exclusão – não meramente em termos da utilização ou não utilização da TICs (da internet em particular, como expoente), mas em termos do que as redes integram e excluem. Esse ponto é muito importante, na medida em que as redes funcionam por ligações entre nós (pontos de conexão e de transformação interativa de fluxos), e é pela qualidade e quantidade das ligações que se definem a densidade e a riqueza de uma rede. (SANTOS, 2014, pg.37)

Sendo assim, a necessidade de regulamentação desses meios é urgente e precisa ser concebido como uma política de comunicação na sociedade. Mesmo que a juventude negra consiga acessar as redes com a criação de um *blog*, página na *Facebook* ou mesmo tenha uma participação ativa com o uso do aplicativo móvel de conversação, ainda não é real a democratização desse espaço de conexão. Como foi dito, a comunicação trouxe um “mundo sem fronteiras” na qual a distância de tempo e espaço foi reduzida e, hoje, podem estar na palma da mão em apenas um “*clik*”. Como Paiva (2003) afirma “ainda que haja um traçado democrático – discutível, ainda assim – é aceitável o entendimento de que ‘a informação devora seus próprios conteúdos. Ela devora a comunicação e o social’” (PAIVA, 2003, pg.45).

Ou seja, mesmo que seja a produção de um *blog* do grupo juventude negra Kalunga que fale sobre a autonomia do cabelo da mulher negra, a rádio comunitária do bairro do Conjunto Palmeiras ressaltando a importância de uma economia solidária, produzida pela comunidade, ou mesmo uma *fan page* de jovens travestis e transexuais, denunciando o assassinato da população LGBT, serão temas com pouca, ou quase nenhuma, circulação de sentido nos meios de comunicação, por serem pautas pouco midiaticizadas. Isso ocorre, constantemente, com os temas dos movimentos sociais que tentam socializar as suas práticas e seus sujeitos, em disputa com a estratégia de visibilidade da grande mídia com suas produções midiáticas e processos de reprodução da informação (PAIVA, 2003). A autora demonstra que a comunicação de todo cidadão, a promoção de um debate público, justo e democrático sobre os meios de comunicação e o acesso à informação só será concreto com a efetivação de uma política de comunicação na sociedade brasileira. Uma comunicação que faz refletir e proporciona o conhecimento sobre diferentes grupos sociais, raciais, geracionais, culturais, entre outros, deve ser pensado como um direito. Para isso, é necessário que haja uma regulamentação dos meios de comunicação que proporcione a inclusão de medidas que permitam a liberdade de expressão e o direito à informação.

Como argumenta Valente (2013), ao ressaltar a importância de regulamentar os meios de comunicação no Brasil. Ele fala que regulamentar tem o sentido de ampliar a

participação de diferentes atores sociais, com a aplicação de um conjunto de regras como normas, leis e /ou decretos que viabilizados, por parte da legislação brasileira, para atribuir deveres e direitos aos prestadores e usuários dos meios de comunicação (VALENTE, 2013). Ele ainda acrescenta que “a regulamentação democrática não tem como objetivo reduzir a liberdade de expressão e nem promover qualquer tipo de censura. Ao contrário, seu objetivo é exatamente ampliar a liberdade de expressão ao garantir que mais grupos possam se expressar” (VALENTE, 2013, pg.16).

A construção de uma comunicação democrática é apresentada, a todo instante, como um instrumento de embate que só pode ser ampliado, no campo dos direitos, com a luta dos atores sociais por cidadania. É o que enfatiza Chauí (2006), quando diz que

Assim, representação, liberdade, participação, dignidade e justiça têm sido a tônica das reivindicações democráticas que ampliaram a questão da cidadania, fazendo-a passar do plano político institucional (direitos civis) ao da sociedade como um todo (direitos sociais), sinalizando a possibilidade de vencermos o autoritarismo social com a instituição de uma *sociedade* democrática. (CHAUI, 2006, p.113)

Sendo assim, apenas com a luta dos movimentos sociais, grupos, organizações e entidade, como do grupo Juventude Negra Kalunga, pela participação de suas pautas nos meios de comunicação, será instituído um modelo de desenvolvimento tecnológico que possa consolidar as reivindicações desses agentes. Para que as mídias sociais podem ser vistas como espaço de interação e conexão de atores e como espaço que promove a pluralidade de ideias e opiniões, a diversidade de grupos sociais, culturais e raciais e a participação ativa de diferentes grupos nas políticas de comunicação.

4 WHATSAPP: UM ESPAÇO EM DISPUTA

“Quando as teias de aranha se juntam, elas podem amarrar um leão.” (Provérbio Africano).

4.1 O *WhatsApp* como instrumento de mobilização

Foi dito no início da Dissertação, que o *WhatsApp* se apresenta como uma ferramenta de comunicação escrita prática e econômica, possibilitando o acesso e a participação de diferentes usuários, grupos e/ou organizações. Pensar como esse aplicativo pode ajudar no processo de produção sociopolítica do ativismo digital negra do grupo Juventude Negra Kalunga torna-se o desafio do último capítulo desta pesquisa que tenta, por meio da observação do uso do aplicativo, discorrer sobre a participação, articulação e mobilização de seus usuários. A tentativa de explicar um pouco sobre as juventudes negras e suas identificações, a visibilidade dos sujeitos historicamente invisíveis, as mídias negras como ferramentas de comunicação e a criação da *web* e sua evolução durante séculos culminaram no fim desta jornada (ou seria o seu ponto de partida?) para refletir as transformações dos grupos, movimentos e/ou organizações que têm adentrado no mundo digital. Sua participação social, nesses espaços, tem modificado a forma de pensar e interagir, pois mudanças começam a ocorrer a partir das interfaces de mediação nas redes. E criar brechas para pensar a sociedade e sua cultura, tradição e costumes através da ótica do mundo globalizado traz transformações estruturais para a atualidade.

Tentando compreender o papel do aplicativo para o grupo Kalunga nessa transformação mundial, esperamos discorrer sobre as interfaces do aplicativo e sua tarefa na mediação entre os usuários na sociedade contemporânea, a mobilização do grupo na tentativa de criar uma interação do *on-line* com o *off-line* entre os espaços e refletir sobre a função do aplicativo para o grupo na perspectiva de disputar temáticas do movimento negro. Com isso, abrimos o capítulo indagando sobre a possibilidade do *WhatsApp* ser um instrumento que está para além de seu objetivo inicial. Ele se molda para responder por uma forma de rede virtual que interliga pautas e ações de diferentes grupos que disputam seu lugar de fala (RIBEIRO, 2017) no ciberespaço. Como ressalta Cogo e Bernardes(2015), ao explicar sobre o consumo e usos da *Internet* entre jovens mulheres em situação de acolhimento, quando diz que “ao ser um espaço de diferenciação, o consumo se torna também um espaço de encontro e

comunicação” (COGO; BERNARDES, 2015, p.154). Isso mostra que a plataforma é uma forma alternativa de encontro entre pares que se reúnem para conversação, seja no particular ou nos grupos de discussões.

Um aplicativo que permite a troca de mensagem via texto, imagens, áudios e vídeos, por uma ou mais pessoas através de aparelhos móveis e/ou via web, com a chegada da *web.whatsApp* para *download* rápido, com sistemas operacionais *Android*, *Windows Phone*, *iOS (iPhone)* e *BlackBerry OS*. Foi criado em 2009, por Jan Koum e Brian Acton, com o nome *WhatsApp* e é um trocadilho inglês que tem como referência a frase "*What's Up*", que quer dizer “E aí?”, para iniciar um diálogo. O aplicativo dispõe de uma enxurrada de conteúdos disponíveis em sua plataforma com mais de um bilhão de pessoas, em mais de 180 países utilizando para se manter conectados²⁶. O aplicativo que começou como uma plataforma para a permissão de envio de SMS, atualmente, oferece suporte para o envio e recebimento de arquivos de mídia como vídeos, documentos, compartilhamento de localização e também textos e chamadas de voz. Outro ponto desenvolvido foi a segurança do envio e recebimento de mensagens de seus usuários com mensagens e ligações protegidas com criptografia, isso quer dizer que terceiros, incluindo o *WhatsApp*, não podem ler ou ouvir o conteúdo.

Imagem 09 - foto do aplicativo.



Fonte: SIMPLES (2017)

O aplicativo tem feito parte do cotidiano de diversas pessoas e criado uma rede de relacionamento entre seus usuários que se conectam com diferentes objetivos e causas, como

²⁶ Descrição do app disponível em: <https://www.whatsapp.com/about/>. Acesso em 27 de dezembro de 2017.

afirma o pensamento de Malini e Antoun ao indagar sobre a criação de redes de compartilhamento que proporcionam tipos de relações e forma de conexão, eles dizem que “as redes de compartilhamento cultural entre pares e seus motores de localização constroem um sistema sem eixos centralizados de distribuição e regulam a velocidade de obtenção dos produtos pela quantidade de benefício gerada pelo captador de recurso” (MALINI e ANTOUN, p. 56, 2013). Ou seja, o aplicativo permite, por meio de seus códigos, um ambiente em constante conexão que promove o diálogo entre os pares como explica Lucas Vieira²⁷, integrante e administrador do grupo Juventude Negra Kalunga, que fala sobre as motivações que levaram a entidade criar um grupo de conversação no *WhatsApp*.

Não me recordo agora do motivo, do dia da existência do grupo [**chegada do grupo ao aplicativo**], mas como qualquer outro meio a gente criou como jovens, desde que eu entrei na Kalunga sempre existia a necessidade de se comunicar e falar o recado e a possibilidade de todo mundo ouvir o mais rápido possível, então a gente já passou por telefone, email, sms, três segundos, né! Dá o toque, alguém dá o recado. Já passamos por grupo de email, então eu acho que o *WhatsApp* era a ferramenta que estava sendo utilizada pelo maior grupo de pessoas e era a ferramenta que a gente tinha. (VIEIRA, 2017, grifo nosso).

O aplicativo chega para o grupo como um instrumento de conversação de rápido retorno e interação constante, como enfatiza Lucas Vieira²⁸. Em 2017, o *WhatsApp* chegou à marca de um bilhão de usuários ativos por dia. De acordo com empresa do aplicativo, 55 bilhões de mensagens são enviadas por dia. A empresa tem cerca de 1,3 bilhão de usuários ativos por mês que enviam mensagens e compartilham fotos, vídeos, áudios e documentos. Uma inovação que responderá pelo desejo de comunicação entre os indivíduos e modificará a forma de relação entre as pessoas. Sendo possível enviar uma foto que aparecerá na janela de conversa, de um usuário ou um grupo, apenas com um click. Ou mesmo interagir com alguém que não faz parte da lista de contato salva nos contatos telefônicos, mas apenas porque ambos participam de uma mesma conversa no grupo. Além do recurso que disponibiliza a confirmação do recebimento da mensagem nas conversas, seja no individual ou no grupo, através de “tiques”, indicadores que informam a entrega da mensagem no aplicativo. Dessa forma, o aplicativo cria estratégias de conversação com recursos que ajudam na interação de seus usuários, permitindo a produção de espaços de mobilização de pessoas e grupos sociais na web.

²⁷ Entrevista concedida por Lucas Vieira integrante e administrador do grupo Juventude Negra Kalunga, em 23 de outubro de 2017.

²⁸ Idem

Imagem 10 - marcas de tiques no WhatsApp



Fonte: TELEFONES CELULARES (2017)

A partir dos recursos apresentados pelo aplicativo, o grupo Kalunga cria sua forma de conversação como uma comunidade que partilha temas diversos, produzindo conhecimento. Um espaço de pertencimento onde a necessidade do “nós” representará o sentido de vivência do grupo, seja na condução dos envios de imagens e vídeos compartilhados, prioritariamente, com referências aos temas da população negra, seja com matérias vinculadas à realidade da população negra da época. Isso só é possível por conta do desenvolvimento tecnológico que tem possibilitado a produção de estratégias de interação entre grupos sociais, como explica Barbero (2015), ao falar sobre a participação das novas tecnologias na América Latina. Ele afirma que, por meio das novas tecnologias, as interações sociais serão o ápice da globalização, provocando a segmentação de diferentes públicos em áreas de interesse com linguagem, falas e costumes específicos.

Desde finais dos anos 1980, o cenário da comunicação na América Latina é protagonizado pelas “novas tecnologias”. Vistas a partir dos países que desenvolvem e produzem essas novas tecnologias de comunicação via satélite, televisão a cabo, videotexto, teletexto etc., elas representam a nova etapa de um processo contínuo de aceleração da modernidade que agora estaria dando um salto qualitativo – desde a Revolução Industrial até a Revolução Eletrônica – do qual nenhum país pode estar ausente sob pena de morte econômica e cultural. (Barbero, 2015, p. 255)

Sendo assim, o autor fala sobre o processo de aceleração da comunicação na modernidade e como todos os países compõem essa urgência tecnológica. Uma urgência que se apresenta também para as organizações e grupos sociais que desejam visibilidade de sua pauta, a exemplo do grupo Kalunga, que acredita na necessidade de compor as mídias sociais através do aplicativo e assim compartilhar suas ações, suas inquietações, suas vivências. Assim, a integrante do grupo Kalunga, Clarisse Alexandre²⁹ define a motivação de criar o grupo no *WhatsApp*.

Na época, a gente tinha muito essa dificuldade de nos encontrar, tem as dificuldades: ensino, trabalho, família. Então o *WhatsApp* aparece como uma ferramenta pra conciliar o tempo e tentar fazer as coisas através da rede social, sem necessariamente ter que se encontrar pra resolver algo, pra definir alguma coisa. (ALEXANDRE, 2017)

Barbero e Clarisse acabam encontrando pontos comuns em seus pensamentos, quando falam que essas novas tecnologias podem ajudar na conexão de seus usuários. Seja porque o processo contínuo de aceleração da modernidade deu um salto com a globalização e tem conduzido as relações ao espaço da web, seja porque com esse salto tecnológico foi possível conectar-se com outras pessoas para compartilhar temas sem a necessidade do encontro. Com isso, observamos os primeiros passos do grupo para a construção de mais um espaço de participação com forte sentimento coletivo (MAFFESOLI, 1998) e ativismo digital negro que permitirá a interação dos integrantes sobre diversos temas.

4.1.1. As funções do aplicativo para mobilizar

Caminhamos para o ponto de reflexão sobre a participação do grupo Kalunga no aplicativo como que se vai moldando para acompanhar as necessidades de seus agentes sociais, criando uma rede de relações afetivas que se entrelaçam com os recursos disponíveis. Ou, como explica Barbero (2015), ao falar sobre a contemporaneidade entre tecnologias e usos. Ele usa a ideia de que é necessário resignificar as tecnologias como estratégia de utilização em favor de um grupo, uma causa. Para o autor, “é possível, contudo, uma reconfiguração, senão como estratégia, pelo menos como tática, no sentido que a palavra tem para Certeau: o modo de luta daquele que não pode se retirar para “seu” lugar e assim se vê

²⁹ Entrevista concedida por Clarisse Alexandre integrante e administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, em 30 de outubro de 2017.

obrigado a lutar no terreno do adversário” (Barbero, 2015, p. 259). Com isso, ele explica que, às vezes, a única forma de disputar um espaço de produção dos meios, para afirmar sua cultura, é se (re) apropriando da ferramenta e apresenta um exemplo para afirmar seu pensamento.

Num bairro pobre em Lima, um grupo de mulheres organizou um mercado. Nele havia um gravador e alto-falantes, que apenas o administrador utilizava. Com a colaboração de um grupo de apresentadores, mulheres do mercado começaram a usar o gravador para saber o que os habitantes do bairro pensavam sobre o mercado, para tocar música nas festas e para outros fins. Até que a censura se apresentou, na figura de uma religiosa que ridicularizou o jeito de falar dessas mulheres e condenou a ousadia de pessoas que, “sem saber falar”, atreviam-se a usar os alto-falantes. Provocou-se assim uma crise; durante algumas semanas, as mulheres não quiseram saber mais do caso. Algum tempo depois, porém, o grupo de mulheres procurou os apresentadores e afirmou: “Pessoal, a gente descobriu que a religiosa tem toda a razão; a gente não sabe falar, e nesta sociedade quem não sabe falar não tem a menor possibilidade de se defender nem pode nada. Mas a gente também passou a entender que, com a ajuda desse aparelhinho aqui – o gravador –, a gente pode aprender a falar”. (Barbero, 2015, p. 260).

O caso apresentado narra o importante papel que os grupos sociais têm na apropriação das novas tecnologias de comunicação para mobilização e difusão de sua cultura na atualidade, como o consumo do *WhatsApp* que pode ser uma ferramenta de produção sociopolítica, para falar sobre a situação da população negra. Pensar os meios como instrumentos estratégicos que podem ajudar na intervenção de pautas, como refletiu o grupo de mulheres do bairro de Lima, é uma tarefa dos movimentos sociais que podem disputar o ciberespaço. Assim, como afirma Canclini, quando fala sobre o consumo como um lugar de participação. Que mesmo apresentando ponto de vista a partir do ideário do consumo para o exercício da cidadania, encontra uma questão que unifica o pensamento sobre as tecnologias. Isso porque ambos falam da possibilidade dos meios de comunicação serem utilizados para o consumo de grupos historicamente invisíveis para a sociedade.

Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertença e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – recebem suas respostas mais através do consumo privado de bens e meios de comunicação de massa do que pelas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos. (Canclini, 2008, p. 30).

Os dois pontos encontram uma confluência de pensamentos no que diz respeito à participação do grupo Kalunga que assumirá ativamente essa forma de consumo, para estabelecer um lugar de compartilhamento para narrar suas pautas. Trazendo suas identificações, linguagens e pontos de vista, que iniciam no espaço virtual e continuam no

presencial com a realização de reuniões, seminários e conversas. Como mostra a fala de uma das administradoras do grupo Kalunga, Dione Silva³⁰, quando diz que a criação do grupo no aplicativo ajudou na mediação das atividades presenciais.

[...] no começo a gente utilizava mais e eu acho que a gente conseguiu o nosso objetivo de otimizar a comunicação, a gente fez reuniões em 2014 eu acho ou foi 2013 eu não lembro, acho que em 2014 a gente fez aquela roda de conversa sobre mulheres negras lá... Ah, foi em 2013!. Eu lembro que a gente chegou a fazer reuniões pelo whatsapp, alguns encontros, debates e o seminário que fizemos lá na Acrópole, em Maranguape, foram dois dias mesmo de discussão, que a gente conseguiu dar uma aprofundada e o grupo foi fundamental naquele processo, porque combinamos e nos comunicamos a partir daquele grupo. (SILVA, 2017).

A integrante nos faz entender que é possível, assim como fala Castells e Canclini, apropriar-se de uma mídia com a perspectiva de articular e organizar os interesses de um grupo. Pensar alternativas, como a criação do grupo no aplicativo, que ajudem no processo de mobilização de um grupo na defesa de sua causa ou mesmo com o objetivo de uma comunidade de afetos que deseja partilhar sentimentos, memórias e/ou histórias das pessoas que sentem os marcadores de suas minorias também foi um dos motivos que proporcionou a apropriação da Kalunga pelo uso deste meio.

Cada vez mais o grupo interagia, criando uma identificação com os recursos permitidos pelo aplicativo. E isso se acentuou quando os idealizadores do aplicativo perceberam a necessidade de adicionar símbolos e figuras que pudessem representar a diversidade da sociedade, e criaram, em 2015, os *emojis* étnicos para representarem os diversos tons de pele de grupos raciais.

³⁰ Entrevista concedida por Dione Silva integrante e administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, em 06 de novembro de 2017.

Figura 11 - Emojis com pessoas de cores diferentes disponíveis no aplicativo



Fonte: APPLE (2015)

O aplicativo também trouxe a possibilidade de encontrar *emoticons* de famílias com casais do mesmo sexo para representar a diversidade sexual na sociedade e figurinhas de grupos geracionais para responder pela evolução dos recursos presentes no sistema operacional.

Figura 12 - Emojis de famílias de casais do mesmo sexo disponíveis no aplicativo



Fonte: APPLE (2015)

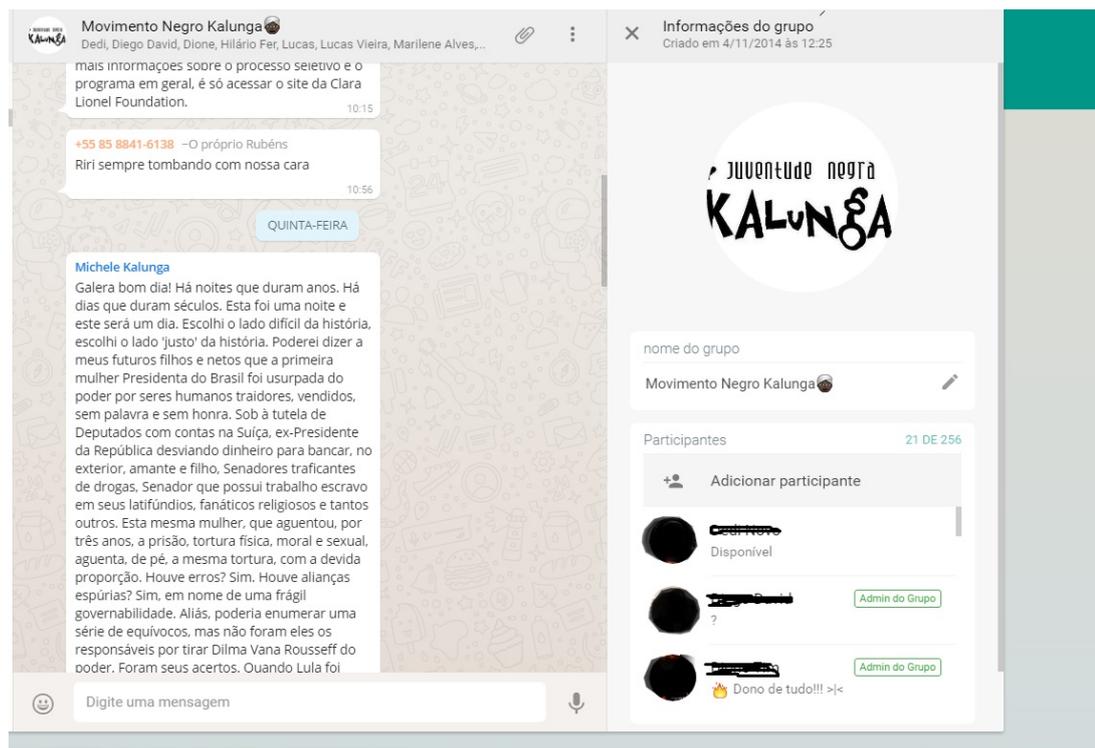
Percebendo essas funções, é razoável pensar: seria o aplicativo que percebeu a necessidade de atribuir recursos que pudessem representar a diversidade cultural e étnica ou

os grupos sociais que pressionaram a empresa para a criação de recursos que pudessem representar a diversidade cultural e étnica? Um questionamento importante que precisa ser analisado, como apontam Santos (2014) que analisam as contribuições de Edgar Morin e Manuel Castells sobre complexidade e o informacionalismo. Eles dizem que o micro e o macro, o local e o global têm relação direta com as mudanças sociais e por isso vão interferir nas interfaces criadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs). (SANTOS, 2014, p. 33).

A questão das mediações e intermediações, assim como dos contextos de desenvolvimento das, é, de resto, umas das linhas que, em nossa opinião, requerem o aprofundamento da investigação, justamente pelo paradoxo entre possibilidade de concentração e poder e, por conseguinte, controle; e possibilidade de emergência de poderes marginais/alternativos/difusos (subsumidos por vários autores como “contrapoderes”). (SANTOS, 2014, p. 37-38).

Não se pode negar o crescente interesse das grandes empresas por novas interfaces que respondam pela interação usuários/mídia para tentar se socializar com diversos públicos de interesse que têm necessidades específicas de criar uma dialética autônoma dentro de suas estruturas. Isso acrescido da aceleração das novas tecnologias do mundo globalizado e do forte princípio da informação propícia a rápidas mudanças no aplicativo, como as figurinhas representativas que o grupo de conversação também vai aderir.

Figura 13 – ícone da figurinha representativa do grupo



Fonte: KALUNGA (2014)

Com isso, podemos perceber que os grupos sociais utilizam dos recursos oferecidos pelo aplicativo para se identificar ou mesmo para representar os temas que debatem, como no caso do Kalunga, que usa de um *emoji* para representar o grupo. Para Cogo e Bernardes (2015), a escolha pela figura não foi por acaso, ela faz parte da ideia de consumo cultural dos grupos sociais que desejam se identificar e afirmar sua identidade nas mídias. Elas dizem que “da mesma forma, o consumo cultural conforma a competência cultural, ou seja, as formas de agir, representar, pensar, que consideram, dentre outros, os pertencimentos étnicos, de gênero e de classe” (COGO; BERNARDES, 2015, p.154-55). É possível explicar a motivação pela escolha da figura no perfil do grupo. A escolha do grupo e o compartilhamento de conteúdos durante a conversação também será a partir da identificação com as pautas da entidade.

Assim fala Clarisse Alexandre³¹, membro do grupo Movimento Negro Kalunga, sobre os compartilhamentos realizados durante o período da pesquisa. Ela explica que

Como era o compartilhamento?! Bem, a gente tinha era texto, atividades que iam acontecer direcionados ao público, direcionada as essas questões raciais com textos, indicação de livros, palestras, entre outras. Muita coisa assim, tinha muita coisa. (ALEXANDRE, 2017).

³¹ Entrevista concedida por Clarisse Alexandre integrante e administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, em 30 de outubro de 2017.

A integrante nos mostra que os debates dentro do grupo ocorriam por meio das pautas direcionadas. No entanto, também era possível observar que o grupo compartilhava outras pautas como explica Lucas Vieira³². Ele diz que o grupo também compartilhava sobre temas diversos para manter seus usuários atualizados.

Atualmente!? Ou na época? [**Luizete – Na época!**] Eu lembro muito de uma época que a gente trocava muitas informações, inclusive muito agenda do que estava acontecendo de eventos que iam acontecer, onde ia acontecer em prol de mobilizar as pessoas e também lembro de alguma interação cultural de música, e indicações culturais. (VIEIRA, 2017, grifo nosso)

As falas trazem pontos diferentes sobre quais conteúdos eram compartilhados no grupo que se complementam ao afirmar que o grupo proporcionava a divulgação de informações, sejam elas direcionadas para as relações raciais ou para divulgação de agendas culturais na cidade. Essas identificações comuns da globalização, como afirma Canclini (2008), torna o grupo híbrido, pois são identificações diversas que polarizam as pautas do grupo, como a questão negra, a cultura, a política, as relações afetivas, entre outros. Ele afirma que “nesta época de globalização que torna mais evidente a constituição híbrida das identidades étnicas e nacionais, a interdependência assimétrica, desigual, mas inevitável, no meio da qual devem defender-se os direitos de cada grupo” (Canclini, 2008, p. 21). Analisar o pensamento do autor e as falas dos integrantes do grupo Kalunga serve para pensar, que, partindo da ideia das identificações no mundo globalizado, podemos ter a hipótese que as identidades se apropriam das redes sociais, em especial do *WhatsApp*, para atribuir sentido, afetos, desejos como forma de consumo cidadão. Isso pode ser confirmado novamente com o pensamento de Cogo e Bernardes (2015) que estudam sobre o consumo e usos da *Internet* entre jovens mulheres em uma instituição de acolhimento.

As relações sociais encontram, na internet, um espaço de apropriação da técnica e de atribuição de sentidos aos seus usos. Esse cenário aponta para a possibilidade de reconhecimento por meio de uma ou várias identidades ou processos de identificação. Além disso, essas identificações constituem-se a partir de dinâmicas de escolha que estão em consonância com as preferências e gostos dos sujeitos, evidenciando mais marcadamente a sociabilidade contemporânea como uma forma de interação social. (COGO; BERNARDES, 2015, p.156).

Elas ressaltam que as escolhas e vontades das jovens perpassam pelo processo de identificação, a partir de um consumo cidadão, o mesmo ocorre com o grupo Kalunga que consome o aplicativo para sua produção sociopolítica do ativismo digital negro. Entender que

³² Entrevista concedida por Lucas Vieira integrante e administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, em 23 de outubro de 2017

o aplicativo pode ser um novo dispositivo de consumo cidadão entre seus usuários é perceber que as relações sociais são diversas e plurais que podem se moldar com as reivindicações da contemporaneidade. Canclini explica isso quando fala sobre o “consumo serve para pensar”, identificando os pontos importantes de uma forma de consumo que promova cidadania. Ele se utiliza da ideia de desconstrução das concepções de comportamentos dos consumidores.

Para vincular o consumo com a cidadania, e vice-versa, é preciso desconstruir as concepções que julgam os comportamentos dos consumidores como predominantemente irracionais e as que somente veem os cidadãos atuando em função da racionalidade dos princípios ideológicos. Com efeito, costuma-se imaginar o consumo como o lugar suntuoso e do supérfluo, no qual os impulsos primários dos indivíduos poderiam alinhar-se com estudos de mercado e tática publicitária. Além disso, reduz-se a cidadania a uma questão política, e se acredita que as pessoas votam e atuam em relação às questões públicas somente em razão de suas convicções individuais e pela maneira como raciocinam nos confrontos de ideias. (CANCLINI, 2008, p. 35)

O autor nos mostra que o ideário de consumo e cidadania deve ser desmistificado pela sociedade atual, pois temos uma nova forma de pensar esse consumo cidadão “com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades” (CANCLINI, 2008, p. 35). Cogo e Bernardes também concordam com essa teoria, quando dizem que o consumo aliado ao acesso cria a possibilidade de cidadania, gerando a inclusão dos sujeitos que compõem as minorias. As autoras concluem que “a viabilidade desse consumo de bens, aliado à perspectiva de acesso a determinados conteúdos, configuraria uma das possibilidades de cidadania para as jovens, uma vez que a segmentação e a diversidade de consumo são percebidas por elas como fatores geradores de inclusão”. (COGO; BERNARDES, 2015, p. 160). Por fim, percebemos com as indagações dos autores, que a forma de consumo do grupo Kalunga, por meio do aplicativo, é cidadã e promove o sentido de pertencimento de seus usuários a partir do processo de apropriação cultural e social. As práticas de consumo que se transformam em signos e significantes atribuídos às imagens, áudios, fotos, vídeos, entre outros conteúdos utilizados, criando assim um local de identificações entre seus membros.

4.2. O processo de produção do ativismo digital negro através de aplicativos móveis

O tópico a seguir tem o desafio de tentar compreender a forma de utilização do aplicativo *WhatsApp* pelo grupo Juventude Negra Kalunga no período de um ano de participação, tomando como referência a sua entrada no dia 04 de novembro de 2014. A

pesquisa procura analisar quais temas têm mais destaque na conversação, a interação do grupo pelo uso da ferramenta durante este período para a produção de um ativismo digital negro e os impactos deste ambiente virtual para o desenvolvimento de ações e relações presenciais. Diferentes temas foram debatidos durante o período de observação do grupo no aplicativo (ver tabela I), que vão de pautas importantes no Movimento Negro, à época, como: a I Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver; o caso Mirian França sobre o caso da prisão da estudante, Mirian França, por suspeita de ter matado a italiana Gaia, em Jericoacoara; e os altos índices de assassinato de jovens negros no Brasil; ou mesmo pautas afetivas como o pedido de ajuda para amigos que passam por problemas de saúde, marcação de encontros casuais e a celebração do aniversário de algum integrante do grupo.

O grupo, no aplicativo, trouxe a possibilidade de conversação rápida sobre diferentes temas comuns no grupo, que, por motivos de trabalho, estudo, entre outros apresentados pelas pessoas do grupo, não tinha como se encontrar pessoalmente com maior frequência. São mediações apresentadas pelo grupo, por meio das identificações que “a partir das mediações, as dinâmicas tecnológicas também transformam as identidades e as experiências de sociabilidade” (COGO; BERNARDES, 2015, p.156) que existem, quando o grupo utiliza o aplicativo.

Isso ocorre porque existe uma necessidade de formação de grupo, para promover identificações entre os sujeitos, compreendendo que a conceituação de comunidade mudou com a globalização. A ideia de pertencimento será um dos pontos importantes para a formação dessa ‘comunidade do afeto’ (PAIVA, 2012), visto que organizar-se no aplicativo e se tornar impulsionador de ações para que outros membros, que também comungam com a ideia, participem do grupo. Paiva (2012) afirma que essa forma de estruturação tem em comum esse local com definição de valor e particularidades para ajudar na conversação entre os sujeitos sociais. Ela explica o pensamento sobre a comunidade do afeto como um local comum de partilha entre indivíduos com identificações.

Temos pensado o ser em comum como um corpo de identidade; de uma identidade dada pelo compartilhamento de uma propriedade. Nessa perspectiva, o que define o grupo é o que ele tem em comum, a propriedade, seja essa propriedade uma característica dos indivíduos, seja o território, os costumes. Na tentativa de romper com essa perspectiva essencialista, sua proposta envolve uma ruptura com a própria linguagem da filosofia política moderna. Trata-se de encontrar um ponto de partida hermenêutico exterior à tradição filosófica. E o ponto de partida que vai transpô-lo a uma noção de comunidade diferente ele encontra na etimologia da palavra comunidade, ou seja, no termo latino *communitas*, que se forma a partir dos vocábulos *cum* e *munus*. O vocábulo *cum*, quer dizer com. Ele explica que *cum* é aquilo que nos coloca uns diante dos outros, uns em relação com os outros – é o que

nos lança na experiência de estar junto. Portanto, cum é aquilo que liga, que junta o munus. (PAIVA, 2012, p. 72).

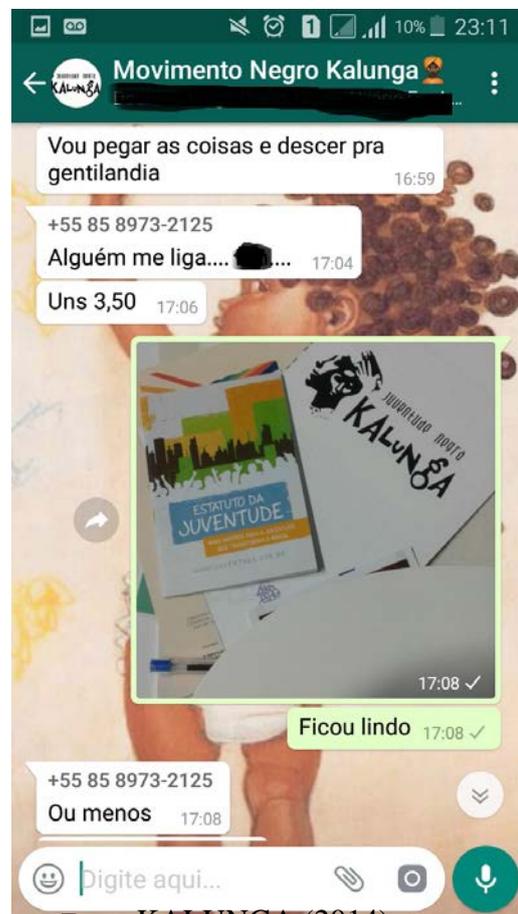
A autora ainda ressalta que a comunidade compartilha de desejos comuns que podem ser, a exemplo do grupo Kalunga, que discute as relações raciais, e que se tornam demandas do grupo como a tarefa de participar dos debates *on-line*, acompanhar atividades do Movimento Negro ou mesmo a cobrança na realização de ações presenciais do grupo.

Já o termo munus, explica, possui três significações possíveis, todas elas relacionadas à ideia de dever, de obrigação, de encargo, de função. São elas onus, officium e donum (ônus, ofício e dom ou doação). Assim, munus se expressa na relação dos homens uns com outros estabelecida pelo cum, um reconhecimento recíproco, um engajamento comum, uma espécie de comunhão. (PAIVA, 2012, p. 72).

Ou seja, o dever com a causa é sentida pelos membros que procuram formas de discutir o tema no aplicativo com diferentes estratégias para realizar um projeto que ajude no reconhecimento da população, seja para serem aceitos no meio do Movimento Negro como militantes da causa, ou mesmo para promover o reconhecimento da temática por outras pessoas. Isso é observado, constantemente, na conversação do grupo que busca formas de produzir o debate das relações raciais através do uso do *WhatsApp*, mas que também utilizará de outras mídias para ampliar sua participação e assim disputar o tema na sociedade. A comunicação mediada pelo computador e aparelho móvel será instrumento estratégico muito recorrente na atualidade com o processo de globalização que permite ao usuário construir, conectar, interagir e comunicar, com diferentes mídias, ao mesmo tempo, sobre temas, valores e desejos comuns.



Fonte: KALUNGA (2014)



Fonte: KALUNGA (2014)

As imagens mostram que o grupo buscou a criação de outras mídias para visibilizar sua temática, a fim de compartilhar conteúdo com outros públicos que não estavam inseridos no grupo do aplicativo. Utilizando recursos externos que permitam a comunicação com outros sujeitos sociais que comungam com a temática de forma rápida e eficaz. Isso pode ser explicado por Malini e Antoun (2013) que discorrem sobre ações coletivas para um bem público. Eles afirmam que os meios de comunicação envolvem a sociedade “na medida que eles transformam as maneiras como elas veem a si mesmas e como os outros as veem” (MALINI E ANTOUN, 2013, p.86). E ainda acrescentam que os “meios de comunicação também podem reduzir os custos de resolução dos dilemas da ação coletiva, possibilitando que mais pessoas possam gerar e compartilhar recursos de novos modos” (MALINI E ANTOUN, 2013, p. 86). A necessidade de ações coletivas do grupo Kalunga, que ajudem na partilha sobre a temática, será um impulsionador no aplicativo e acarretará a criação de táticas do *on-line* para o *off-line*.

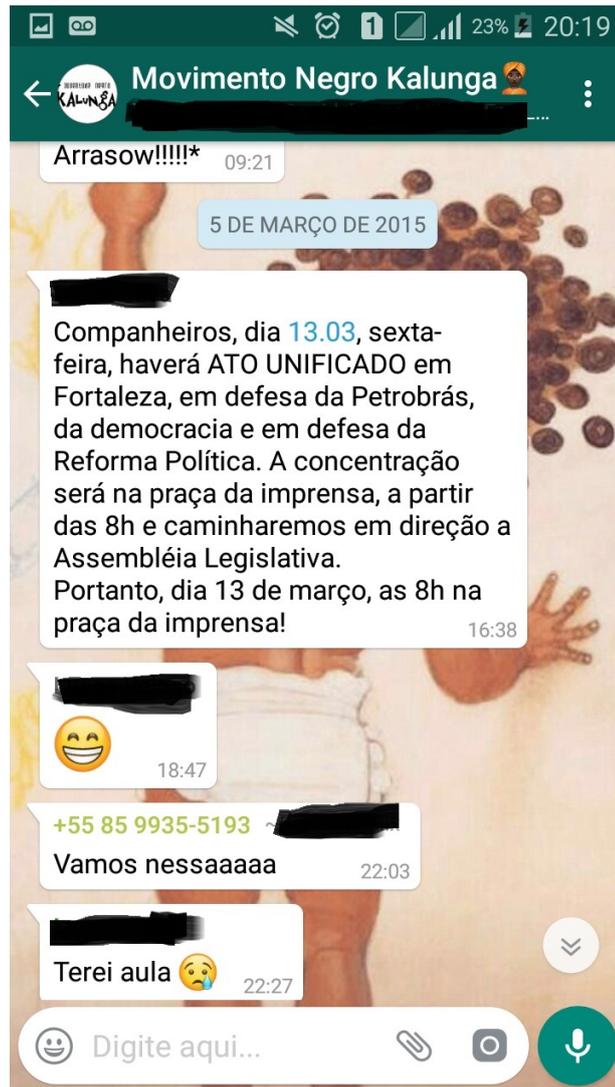
Percebemos isso, com a persistência dos membros na marcação de reuniões presenciais, acompanhamento de agendas e ações sobre os pontos apresentados no aplicativo. Isso nos faz refletir sobre a concepção de Paiva (2003) sobre a mídia como estratégia, que vem avançando com o acesso de mais pessoas e se tornando indispensável na atualidade, e que ainda é necessária a socialização entre os sujeitos sociais; caso contrário, o “social, bem como a socialização e as tantas práticas que prendiam o sujeito ao seu cotidiano, se esvanece

numa nebulosa em que apenas aparece o fascínio pela produção midiática e pelo processo informacional”. (PAIVA, 2003, p. 46).

Esse aspecto é também ressaltado por Barbero (2015) que nos conduz a pensar sobre o sentido dessas novas tecnologias de mediação que são articuladas numa lógica de “modelo global de organização do poder” (BARBERO, 2015, p. 259) que devem ser observadas, mais como uma ferramenta estratégica para ajudar na luta de grupos, organizações e/ou movimentos e, com isso, criar uma conexão entre a “rua e a tela” do que como aparelho móvel, para integrar as conversas com as ações no cotidiano. Serão apresentadas narrativas que ajudam na elaboração do discurso do grupo para dentro e fora do aplicativo que estruturaram as falas de negociação sobre temas prioritários do Movimento Negro ou mesmo temas identificados como prioritários para o grupo, a exemplo do tema sobre a defesa da democracia³³ que aparece mais de uma vez, na conversa do grupo. Seja para discutir a conjuntura, posicionar-se sobre a temática, compartilhar imagens, textos, *links* de *site* ou solicitar a participação ativa do grupo nas ações que estavam ocorrendo no período. Assim, como mostra a imagem de compartilhamento do evento e solicitação do acompanhamento das pessoas do grupo no dia.

Figura 15 - Convocação sobre o ato em defesa da democracia no grupo.

³³ Tema que marca a realização das manifestações de junho de 2013 e nas diversas outras ações nos anos de 2014 e 2015, período da pesquisa, como impulsionador de debate sobre a organização política, a corrupção no Estado brasileiro, a garantia da soberania nacional, as reformas, dentre tantos outros pontos que veem sendo discutidos pela sociedade na atualidade.



Fonte: KALUNGA (2014)

A seguinte postagem mostra que existe uma relação para se transmitir as imagens, textos e sons no grupo como que uma regra de convivência criada entre seus membros para delimitar o tipo de distribuição das mensagens. Mesmo com o aparecimento de diferentes temas, a distribuição de mensagens é feita por meio de regras não-ditas (MAFFESOLI, 1998). Quando ele fala sobre a experiência ética como forma de determinar a convivência entre as pessoas, uma moral que auxilia nas relações entre os membros que compõem um grupo. Ele acredita que

Existe uma “lei do meio”, à qual é muito difícil escapar. Conhecemos os aspectos extremos dela: a máfia, as associações de ladrões. Mas, com frequência, esquecemos que no meio dos negócios impera uma conformidade semelhante. Da mesma forma no meio intelectual, e poderíamos multiplicar os exemplos à vontade. É verdade que, sendo diferenciado o grau de vinculação, nesses diferentes meios, a fidelidade às regras do grupo, frequentemente não-ditas, está sujeita a múltiplas variações. (MAFFESOLI, 2008, p. 22)

Essa reflexão mostra que o grupo Movimento Negro Kalunga criou, mesmo sem elencar as regras, um espaço de interação com normas para ajudar convivência entre os sujeitos sociais que vão discutir as relações raciais, como ponto prioritário, mas que encontraram outros pontos em comum a todos como a conjuntura política brasileira, ideologia de gênero ou mesmo a Guerra na Síria. Isso ocorre porque, como fala Maffesoli (2008), é criada uma relação de sentimento do grupo. Esse “sentimento produz uma forma de solidariedade que não se pode mais ignorar. É necessário notar que, além do desenvolvimento tecnológico, essa solidariedade reinvestiu a forma comunitária que acreditávamos haver ultrapassado” (MAFFESOLI, 2008, p. 23). O grupo não vinculou regras pré-estabelecidas ou estratégias de compartilhamento, mas foi percebido que utilizou o espaço para a partilha de diálogos referentes à juventude negra entre outros temas, como explica Dione Silva³⁴, integrante e fundadora do grupo.

Na verdade o foco era juventude negra. Eu lembro que a gente compartilhava coisas sobre o extermínio da juventude negra, na época era um debate que estava em alta e que avançou, consideravelmente, por causa do PL [projeto de lei] 4471 que responsabilizava policiais que assassinavam jovens negros para acabar com atos de resistência. Lembro que a gente compartilhou algumas coisas sobre isso, além de outras questões sobre mulheres negras, mulheres trans negras, de gays negros, lésbicas. Acho que a gente sempre conseguiu fazer isso, fazer um link dessas outras questões com a questão racial. (Silva, 2017, grifo nosso).

Com isso, os debates no grupo vão criando uma forma de organização para proporcionar a troca de informação, utilizando as múltiplas interfaces oferecidas pelo aplicativo e, a partir daí, produzindo uma participação ativa de seus membros.

4.2.1. Uma comunidade de afetos e ativismo negro no *WhatsApp*

Falou-se, no capítulo anterior, sobre como o ativismo negro tem crescido nas redes sociais e que temas sobre a denúncia de racismo na sociedade, a divulgação de ações do Movimento Negro e as pautas da população negra têm aparecido na mídia com frequência. Ações como essas têm ocorrido em diversos grupos sociais como mulheres, LGBT, pessoas com deficiência, entre outras minorias que vêm disputando as mídias, para publicizar as suas pautas e reivindicações. Malini e Antoun (2013) afirmam que isso acontece porque os grupos entenderam as condições e decidiram se armar nas redes sociais, para distribuir conteúdos e

³⁴ Entrevista concedida por Dione Silva integrante e administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, em 06 de novembro de 2017.

experimentalizar novas formas de organização. Essas táticas dos movimentos sociais têm tomado corpo com a criação de páginas específicas, grupos de conversação e *sites* que debatam suas demandas. “Tudo isto reforça a constatação da profunda mudança introduzida nas relações sociais e na base organizacional das comunidades através do acesso do indivíduo comum às redes interativas de comunicação distribuída” (MALINI E ANTOUN, 2013, p.83).

Percebendo isso, o grupo Juventude Negra Kalunga também se introduziu nas redes interativas, para construir uma comunidade de partilha de agendas, bandeiras de lutas, divisão de questionamentos, inquietações e desejos referentes à sua condição de jovem negro na sociedade brasileira. Apesar de o grupo possuir outras mídias para divulgação e compartilhamento, compreende-se que o aplicativo criou um elo entre os membros que desejavam falar do racismo e partilhar os dilemas cotidianos. Que requeria uma reunião presencial para organizar ações de promoção da igualdade racial, mas também queria marcar uma saída para rever as pessoas e conversar sobre temas diversos. A observação do uso do aplicativo pelo grupo Kalunga acaba por apresentar que existe um entrecruzamento de temas que vão tecendo uma comunidade de ativismo e afeto na busca pela identidade individual e coletiva de seus participantes, como afirma Paiva (2012), ao exemplificar sobre a comunidade do afeto na atualidade.

No esforço por definir a natureza do que nomeamos por comunidade do afeto, é preciso ainda reforçar que certamente a compõe de maneira decisiva o contexto atual da densificação tecnológica e do altíssimo fluxo de informação, a partir de novos mecanismos de conexão. As múltiplas formas de troca de mensagens oferecem uma conformação específica para este novo formato de estar juntos – que não é certamente o mesmo do Radeau de la Méduse. Este contexto deve ser considerado como algo definidor e definitivo para a época atual, não apenas no que se refere às conexões entre os sujeitos, mas também a sua própria forma de colocar-se frente à coletividade. No naufrágio do velho social, tecnologia e consumo, por si sós, não ensinam o resgate dos valores e da dimensão afetiva imprescindível à vinculação humana. (PAIVA, 2012, p. 74)

As relações de afeto, religiosidade e mulheres negras serão elementos que apareceram na conversação do grupo e que se conectaram com os acontecimentos na sociedade com mais ou menos intensidade. Compreende a importância de cada tema e para efeitos da análise de conteúdo, observaram-se os temas mais discutidos pelo grupo, além do número de vezes que aparecem, a motivação dos temas, seus formatos e interação de participantes no debate destes temas. Também foi observado como os integrantes utilizavam esse espaço e as ferramentas oferecidas pelo aplicativo, para intensificar o ativismo negro do *on-line* para o *off-line*. Com isso, foi realizado um levantamento do material analisado no aplicativo. A tabela 01 (ver anexo) expõe um diagnóstico realizado no período,

correspondente a um ano de observação do aplicativo, abrangendo os temas abordados pelos usuários; o período das mídias utilizadas para auxiliar na produção dos conteúdos, empregando a acessibilidade, a interatividade e a usabilidade na conversação e a quantidade de vezes que os temas apareceram; o formato do compartilhamento entre textos, vídeos e fotos; e como o diálogo entre os usuários auxiliou na criação de uma comunicação que transitasse do aplicativo para o momento presencial.

Os temas que contabilizaram a maior participação dos membros do grupo no *WhatsApp* foram: atividades do grupo, afetividade, redução da maioria penal e assassinato de jovens negros. A quantidade de vezes que o tema “atividades do grupo” aparece representa uma importante necessidade do grupo de tentar se organizar. Por diversos momentos, o grupo discute a realização de ações presenciais, para discutir os temas apresentados no aplicativo. Observa-se, também, que o formato do texto foi um dos elementos na conversação e influenciava nas outras formas de compartilhamento do grupo.

Além desses pontos, outros também foram percebidos: as imagens compartilhadas no aplicativo são sempre de pessoas negras e que grande parte dos ícones e/ou *emoji* enviados ao grupo, após a inclusão dos novos elementos postados, têm referência negra. Ainda foi percebido que a participação dos membros se intensificou, quando a entidade decidiu realizar o I Seminário Estadual de Juventudes Negras: na luta por igualdade, pelo fim do extermínio. A atividade aconteceu nos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2015, no município de Maranguape, no Ceará, e contou com um longo fluxo de mensagens entre os meses de setembro e outubro no aplicativo, que vai desde a marcação de reuniões para organização do seminário, apresentação dos encaminhamentos para a realização da atividade, fotos do evento, ao fechamento da ação.

A integrante do Movimento Negro Kalunga e criadora do grupo no aplicativo, Rebeca Bezerra³⁵, afirma que os membros intensificaram sua participação no aplicativo no período do seminário. Ela acredita que as ações presenciais ajudavam no aumento do fluxo de mensagens pelo *WhatsApp* do grupo, ao dizer que “hoje eu não interajo quase nada, mas em 2014, acho que a interação era bem maior, principalmente, na época do evento. A gente sempre tava tirando dúvidas, o nome das mesas, acho que eu bolei algumas coisas pois estava criativa na época” (BEZERRA, 2017). A fala sobre a importância do grupo para se articular pelo aplicativo para realizar o seminário também é ressaltada pela entrevistada e

³⁵ Entrevista concedida por Rebeca Bezerra criadora e administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, em 20/02/2017.

administradora do grupo, Dione Silva³⁶, que explica como o *WhatsApp* ajudou o grupo na organização e produção da atividade.

No começo, utilizávamos com mais frequência e acho que conseguimos o nosso objetivo de otimizar a comunicação. A gente fez reuniões em 2014, eu acho, ou foi em 2013?! Não lembro, acho que em 2014 fizemos aquela roda de conversa sobre mulheres negras lá. Ah, foi em 2013! Lembro que chegamos a fazer reuniões pelo *WhatsApp*, alguns encontros, debates e o seminário que realizamos lá na Acrópole, em Maranguape. Foram dois dias de discussão, onde conseguimos dá uma aprofundada e o grupo [**do WhatsApp**] foi fundamental naquele processo porque a gente foi combinando e se comunicando a partir daquele grupo. (SILVA, 2017, grifo nosso).

Mas também são percebidas falas afetivas sobre a importância da organização para a formação social dos indivíduos que fazem parte do grupo Kalunga como ponderação da integrante Rebeca Bezerra³⁷, ao salientar que

[...] o Kalunga foi super importante. [**choro e engasgo**] Eu lembro na verdade dos primeiros dias dessa relação que fui me conhecendo, que me tornou o que eu sou hoje, não só porque da Kalunga, mas pela política também e acho que se não fosse os dois eu não me tornaria. Acho que eu estaria com trinta filhos. [**risos**] Mentira! Quatro, eu acho, ou não estaria onde estou. Já fiz uma retrospectiva dessa realidade que eu não estaria onde estou não só pelo Kalunga, mas pela ONGs que passei como a ENCINE e a ONG Comunicação e Cultura. (BEZERRA, 2017, grifo nosso).

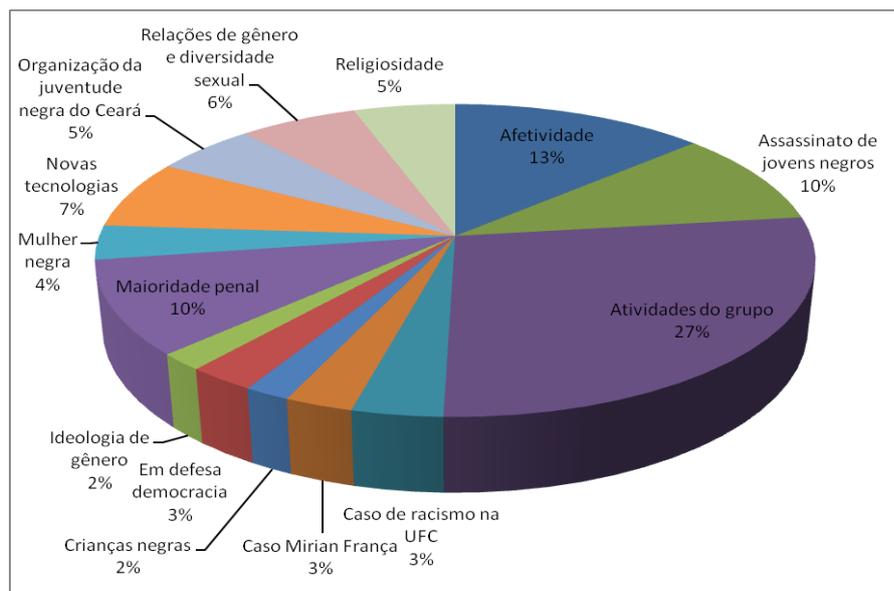
Isso ocorre porque espaços representam um local de sociabilidade de temas, apropriação de conteúdos importantes para o grupo, mas, também, o desejo por encontrar eles que unam esses sujeitos sociais que vivenciam a condição de serem jovens negros na sociedade brasileira, disputando uma forma de “fazer ativismo digital negro” consciente e cidadão na *Internet*. Cogo e Bernandes (2015) explicam que isso acontece com bastante frequência entre a juventude, pois “as sociabilidades juvenis representam os espaços nos quais as mediações socioculturais e as identidades movimentam-se e apresentam referências a uma cultura popular, mesclada com culturas, urbanas, de classe média, etc. em seus padrões de consumo” (COGO; BERNANDES, 2015, p.161).

A partir da aplicação do questionário e da observação do uso do aplicativo pelo grupo, foi possível construir um percentual dos temas mais discutidos durante o período de um ano, perceber como as pautas estão estruturadas no grupo e a interligação entre temas que fizeram parte da conversação.

Gráfico 1 – Percentual dos temas discutidos no grupo Juventude Negra Kalunga

³⁶ Entrevista concedida por Dione Silva administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, em 06/11/2017.

³⁷ Idem



Fonte: Criado pela autora (2017)

Os dados apresentados no gráfico 01 mostram que existe uma ordem de importância dos conteúdos compartilhados pelos membros e a constituição, quase que diária, de laços afetivos para mediar as temáticas do grupo Juventude Negra Kalunga. Vemos isso com os fluxos de interações para elaborarem ações presenciais, em que as atividades do grupo, com 27%, têm maior relevância, seguida da afetividade, com 13%. Também é possível observar que os temas discutidos pelos movimentos de juventudes, como o assassinato de jovens negros e maioridade penal, com 10% para cada, teve destaque no grupo. Ou mesmo pautas comuns da atualidade como as novas tecnologias com 7% e relações de gênero e diversidade sexual, com 6%, que aparecem com evidência, quando o objetivo é discutir as tecnologias apresentadas para as mídias sociais e os conflitos sobre a sexualidade e a identificação da juventude negra. No que diz respeito aos pontos identificados, é possível destacar que o grupo utilizou da ferramenta para facilitar o acesso e a circulação das informações, manter as relações sociais entre seus membros e produzir conteúdos que proporcionaram a interseção entre a tela do dispositivo móvel e a rua.

4.3. Comunicação, ativismo digital e cidadania do grupo Juventude Negra Kalunga

4.3.1. Os desafios para o exercício da cidadania da organização

Temos observado, com mais intensidade, que os temas cidadania, ativismo digital e comunicação aparecem no decorrer na pesquisa científica. O campo pesquisa descrita

apresenta, a todo instante, esses apontamentos como instrumentos, para tentar ajudar no entendimento sobre o processo de produção sociopolítica do ativismo digital negro do grupo Juventude Negra Kalunga a partir do uso do aplicativo *WhatsApp*. Diversos questionamentos foram analisados no decorrer da escrita, novas perguntas surgiram, entre outras indagações, na tentativa de compreender o papel das novas tecnologias como instrumentos que possibilitam uma comunicação cidadã na *Internet*.

Isso acontece porque o estudo sobre o papel das mídias e redes *online* trazem novas potencialidades para uma “articulação mobilizadora” (PERUZZO, 2017) dos movimentos sociais. Peruzzo considera

Que a internet ampliou as possibilidades à comunicação popular, comunitária e alternativa, que se renova em sua linguagem, formatos, importância e alcance. O avanço tecnológico incessante evidencia novas facetas do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação ao propiciar descobertas e apropriações em múltiplas direções. (PERUZZO, 2017).

A autora mostra que a *internet* tem proporcionado espaços de mobilização criando uma nova linguagem para os movimentos sociais que tem se apropriado, cada vez mais, deste espaço de interação virtual. Paiva também fala disso quando discute a “comunicação como estratégia” (PAIVA, 2003) e acrescenta que “a compreensão da comunicação por essa via implica necessariamente a revisão de suas mensagens, a produção do seu sentido, bem como transparência e educação para os seus processos produtivos” (PAIVA, 2003, pg. 46). Sendo assim, Paiva mostra que essa nova mídia cria estratégias para (re)significar o sistema comunicacional no intuito de elaborar novas formas de convivência entre os sujeitos. Barbero reflete sobre isso, a partir de outra ótica, quando discute sobre “a não contemporaneidade entre tecnologias e usos”, mas que também trará indagações sobre o papel das novas tecnologias para os movimentos populares que começam a relacionar-se com essas mídias.

Na America Latina, a irrupção dessas tecnologias delineia, entretanto, uma multiplicidade de questões, desta vez não dissolvidas pelo velho dilema: dizer sim ou não às tecnologias é dizer sim ou não ao desenvolvimento, porque as questões deslocam o problema das tecnologias em si mesmas para o modelo de produção que implicam, seus modos de acesso, aquisição e emprego; deslocamento de sua incidência em abstrato sobre os processos de imposição, deformação e dependência que trazem consigo ou, numa palavra, de dominação, mas também de resistência, refuncionalização e redefinição. (BARBERO, 2015, pg. 255-56).

Isso ocorre por conta da chegada da *internet* que diminuirá as distâncias culturais e geográficas, influenciando a forma como os diferentes grupos sociais ocuparam o espaço

virtual, como, por exemplo, o grupo Kalunga que também vai se apropriar desse ambiente para a produção de conteúdos. Como ressalta Canclini, ao discorrer sobre o consumo e a questão da cidadania no mundo globalizado. O autor explica que isso faz parte do mundo globalizado que apresentará o consumo como um lugar de impulsos dos indivíduos que buscam o sentido de pertencimento a uma cultura, a uma sociedade. Ele diz que acontece porque, a todo instante, “os homens se relacionam e constroem significados em sociedade” (CANCLINI, 2008, pg.34). Essa necessidade de relacionar-se também faz parte do grupo Kalunga que reconhece a importância de criar um grupo de conversação do aplicativo *WhatsApp* para organizar-se.

Dione Silva³⁸, administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, explica isso ao falar da motivação de criar um grupo de conversação no aplicativo. “Na época, foi para otimizar a nossa comunicação mesmo. Tínhamos, se eu não me engano, um grupo de email, que sem a mesma rapidez da informação de troca que o *WhatsApp*, foi para agilizar mesmo a nossa participação” (SILVA, 2017). O consumo dessa nova mídia proporcionou a participação direta do grupo no aplicativo, bem como ajudou na organização de reuniões, preparação de atividades, discorrer sobre temas que eram discutidos pelos movimentos sociais, e, em especial, temas referentes ao movimento negro, entre outras demandas. O integrante do grupo Juventude Negra Kalunga, Tacicleudo Nepomuceno³⁹, também enfatiza a motivação e acrescenta que diferentes grupos sociais, com temas diversos, acessarão esse ambiente virtual como forma de difundir suas ideias, posicionamentos e/ou relatos do cotidiano diminuindo a dimensão do espaço/tempo para a sua participação.

Acho que não só a Kalunga, mas sim, as pessoas que participam de movimentos sociais a ferramenta do *WhatsApp* **[sobre a necessidade de criar um grupo de conversação]**. Temos como exemplo, no nosso grupo pessoas de diversas partes de Fortaleza e algumas do interior, então naquele espaço. Lá a gente consegue tá todo mundo junto. Onipresente, vamos dizer assim! Estamos todos ali pra debater, pra conversar, pra poder trocar algumas ideias de espaços diferentes lugares, de horários diferentes, está interagindo. Porque você pode postar uma coisa de manhã, e eu só vejo de tarde, ou posso te responder ali. Ou então, todo mundo estava numa discussão ali e eu não tava, mais tarde eu posso entrar. Ou mesmo daqui há dez ou quinze minutos, por exemplo, se marcassem uma reunião e não chegasse há tempo de participar. Posso saber, por aquele espaço, o que aconteceu interagindo com os demais. As pessoas conseguem me dá um *feedback*, conseguem me dizer o que aconteceu, o que eles estão pensando naquele momento e os encaminhamentos. Então a criação é mais nesse sentido de aproximar, de deixar mais forte. Pois, por

³⁸ Entrevista concedida por Dione Silva integrante e administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, em 06 de novembro de 2017.

³⁹ Entrevista concedida por Tacicleudo Nepomuceno integrante e administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, em 17 de março de 2017.

algum problema a gente não conseguiu se encontrar e vem pra facilitar mais. (NEPOMUCENO, 2017, **grifo nosso**)

A fala de Nepomuceno nos ajuda a refletir que a comunicação, por meio do computador, mais especificamente pelos aplicativos moveis, é um lugar de sentidos, modos de vida e espaço de pertencimento que não pode ser visto apenas como um lugar primário, apenas supérfluo. Assim, mostra Polivanov ao destacar que esse ambiente precisa ser pesquisado atentando para o entendimento de um local de práticas sociais e culturais.

Ainda que haja especificidades da comunicação mediada por computador quanto à interação e linguagens em pesquisas na internet e “fora” dela, elas se dão em ambientes que não devem mais ser tratados como não-lugares ou em termos de real versus virtual como sugerem alguns conceitos. (POLIVANOV, 2013, pg.61).

A troca de interações sociais na *web* vai tornando esses meios de consumo dispositivos institucionais de compartilhamento de ideias, costumes e práticas sociais de diferentes sujeitos sociais que buscam o reconhecimento de sua cidadania. Sendo assim, as mídias sociais proporcionaram aos agrupamentos sociais novas formas de relacionar-se. Como explica Mattar Neto (2003), ao afirmar que, com o desenvolvimento dos ambientes da realidade virtual, pode-se pensar em inteligência coletiva, na qual a troca de informações é, em sua essência, teia de conhecimentos. Vive-se um momento de avanços tecnológicos em que o virtual e o real se entrelaçam, criando outras realidades, sendo que a exigência pela participação ativa nesse espaço aproxima as pessoas em pautas comuns e cria relações interpessoais nesses espaços. Isso também é percebido nos estudos de Mitsuishi, sobre a tentativa das novas tecnologias e seus usos de aproximarem seus usuários na construção de saberes. Ele explica “que consiste numa análise da relação subjetiva com e através dos computadores e da *Internet*, isto é, numa ampla investigação sobre a maneira com que as pessoas se apropriam destas tecnologias e dão sentido ao seu uso” (MITSUISHI, 2007, p. 3).

Percebendo que os meios de comunicação, na maioria das vezes, tratam a população negra de forma negativa e, quase sempre, agregada a estereótipos adquiridos pelo pensamento racista, e entendendo que a comunicação deve ser uma prática diária na construção da identidade cultural dos sujeitos, que esses podem criar diferentes formas de se comunicar, é possível enxergar o aplicativo como um instrumento de difusão e mobilização dos temas desse grupo. O grupo Juventude Negra Kalunga percebe que, por meio da apropriação do *WhatsApp*, é possível pensar uma forma de afirmação da sua identidade negra, além da constituição de mídias negras como um canal de relacionamento, que possibilita a interação e a participação entre os seus usuários, bem como ajuda na forma de se comunicar

com os diferentes movimentos, proporcionando o debate de temas e de causas, de grupos historicamente excluídos, considerando a prática da cidadania dessa população.

Assim, explica Diego David⁴⁰, também administrador do grupo juventude negra Kalunga, que fala sobre a *internet* enquanto um artefato cultural que favorece a participação de diferentes sujeitos sociais e suas causas. Ele acredita que as redes de conexão da/*na internet* podem ajudar na produção de debates sobre diversos temas que mesmo “quando diante da correria do dia a dia temos de trabalhar e estudar é uma ferramenta que vem dá esse auxílio para aprofundar o debate, no *WhatsApp* por exemplo, naqueles grupos que marcam reuniões, marcam atividades e bolam reuniões e encontros” (DAVID, 2017). Isso também é percebido na fala de Labelle ForRainbow⁴¹, quando apresenta argumentos sobre a funcionalidade e interação nas redes sociais na internet.

Eu sou da época do Orkut, então com o surgimento do Facebook migrei, demorei para migrar, mas migrei. [As redes sociais] é uma ferramenta que ajuda muito a articular a vida e as relações, acho que com esse boom de aplicativos e esse boom das pessoas resolverem, a vida pelas redes sociais, vários aplicativos surgem. Aplicativos de redes sociais que são para relacionamentos, e enfim, aplicativos mais indiretos de relacionamento mesmo, aplicativo que facilita a comunicação como *WhatsApp* que hoje em dia a gente quase não pega mais telefone para fazer ligação. Eu gravo um áudio, ou vai no textinho e essas informações que são trocadas, às vezes elas servem como uma prova, uma referência que você printa, né. O que está sendo posto ali não está sendo jogado ao vento ele está sendo colocado ali no aplicativo, mas tem uma ideia, uma entonação e um por que. Isso fica registrado tecnologicamente nesses aparelhos possuem IP, esse IP é um registro. Fica tudo registrado e as pessoas usam muito disso como uma prova mesmo, uma prova real do que tá posto. (FORRAINBOW, 2017, **grifo nosso**).

Essa interação de múltiplos usuários nas redes sociais será constante e possibilitará a participação dos movimentos sociais, por meio das linguagens específicas na *internet*, como afirma Polivanov que “desse modo, observar uma lista de discussão na internet ou uma comunidade virtual em um site de rede social trará dados materialmente distintos (como textos escritos, *emoticons*, imagens e links publicados pelos usuários, por exemplo) daqueles coletados em encontros presenciais” (POLIVANOV, 2013, p.65). Ou seja, para a autora, as relações sociais realizadas pela mediação da *internet* são espaços de discussão para a produção de conteúdos, a narração de diferentes experiências vividas ou práticas de resistência que estimulem a luta de diversas entidades em favor de suas causas. Moraes (2001)

⁴⁰ Entrevista concedida por Diego David integrante e administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, em 27 de outubro de 2017.

⁴¹ Entrevista realizada com Labelle ForRainbow, fundadora e administradora do Grupo Kalunga, em 21/02/2017.

também falará sobre isso, quando fala do ativismo digital das entidades, frisando que esse ativismo construirá concepções sobre a participação cidadã na *web*.

A maioria dessas entidades visa ao fortalecimento da sociedade civil no processo de universalização de valores e direitos democráticos. Congregar interesses e necessidades concretas ou simbólicas, promovendo ações em prol da cidadania. Trata-se de desfechar batalhas contra a exclusão de grandes contingentes populacionais dos benefícios do progresso; pela reapropriação social da riqueza produzida pelo trabalho coletivo; por políticas públicas que protejam o bem comum e garantam uma existência mais digna ao conjunto da sociedade. (MORAES, 2001, p. 03)

E acrescenta que, em momento de economia globalizada, na qual as relações são rápidas, o processo de ativismo digital pode ser um meio de visibilidade das causas de entidades que discutem os marcadores juventude e relações raciais. Isso, aplicado ao ambiente virtual, pode ajudar no fluxo de conteúdos, negociação das pautas e na conexão entre os agentes sociais. Um local de encontro em que grupos e comunidades, historicamente excluídos, podem ter suas vozes escutadas – ou mesmo vistas por meio da tela – no mundo virtual que compartilham desejos, anseios e sentimentos e buscam exercer sua cidadania. Moraes (2001) salienta que essas devem ser algumas das motivações do ativismo digital que só aumentam com a chegada/entrada das entidades no ambiente virtual.

Daí porque a organização em redes, dentro e fora da Internet, se revela inovadora. Elas facilitam a intercomunicação de indivíduos e agrupamentos heterogêneos que compartilham visões de mundo, sentimentos e desejos. Servem de estuários para a defesa de identidades culturais, a promoção de valores éticos e a democratização da esfera pública. (MORAES, 2001, p. 03)

Perceber que a *internet* chega para “dinamizar esforços de intervenção dos movimentos sociais na cena pública” (MORAES, 2001) é compreender que esse é um “lugar real” de participação dos agentes sociais. Não se pode mais alegar o espaço virtual apenas como termo dicotômico do “espaço real”, a participação e a interação dos seus usuários mostra que as linguagens, os códigos, os comportamentos e os saberes são reais na *internet* e proporcionam o exercício da cidadania. Como mostra Peruzzo, ao abordar sobre os aspectos do debate teórico acerca da relação *internet* e movimentos sociais, na sua relação com o exercício da cidadania. Para a autora, existem diferentes visões acerca do discurso sobre a forma como a sociedade se relaciona com a internet, uma vez que

relacionadas aos movimentos sociais populares essas visões ajudam a explicar as posições contrastantes sobre a importância das tecnologias, mais precisamente na roupagem atual das mídias e redes sociais online, tanto do ponto de vista conceitual quanto do interesse de apropriação das mesmas pelos próprios movimentos (PERUZZO, 2017, p.03).

Peruzzo (2017) destaca que as redes sociais têm facilitado a participação dos movimentos sociais para a construção de um ativismo digital que visibilize o reconhecimento de seus direitos e o exercício da cidadania. Sendo assim, essas comunidades virtuais criaram um processo de expansão territorial para suas interações sociais que possibilitaram uma forma de sociabilidade entre grupos, nos quais várias pessoas de diferentes mundos, culturas e costumes quebram barreiras de tempo e espaço na produção de laços sociais e afetivos e na construção de um consumo cidadão.

A autora ainda adiciona:

O potencial da internet e das mídias e redes sociais online na articulação das manifestações públicas nos últimos anos é real e de importância crescente, mas não se pode considerá-las como pioneiras ou únicas nesse tipo de mobilização. Grandes manifestações públicas existem desde antes da existência das mídias e redes sociais online e da própria internet, haja vista as rebeliões, marchas ou protestos históricos – num exemplo, o movimento Diretas Já no Brasil, em 1984, quando ainda não existia internet - que demonstram a efetividade de outras formas de comunicação na mobilização e na articulação de grandes manifestações públicas (PERUZZO, 2017, p.04)

A reflexão da autora facilitará na observação de pontos centrais sobre processo de produção sociopolítica do ativismo grupo Kalunga que, a partir das conversas no aplicativo, estabelecerá ações, pensamentos e debates sobre suas demandas. Com isso, o grupo produzirá no aplicativo um espaço de reivindicações dos direitos da população negra, em especial da juventude negra, a luta contra o racismo e a prática da cidadania.

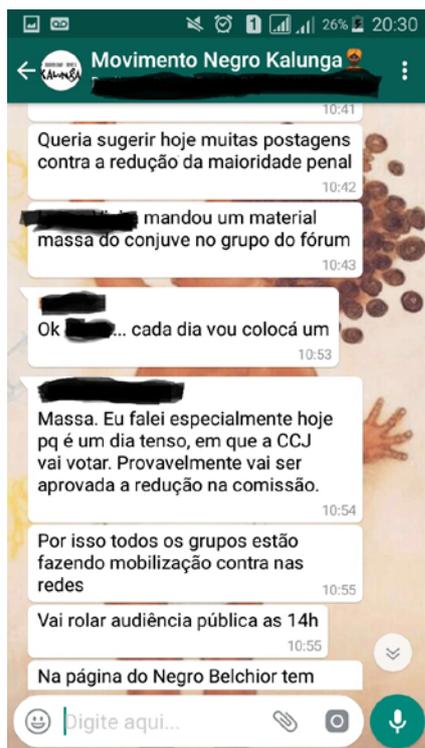
Não resta dúvida que a internet é de suma importância aos movimentos sociais e à articulação das grandes manifestações públicas e protestos. Ela é arena de compartilhamento e de participação civil (quando expressa reivindicações e as lutas por respeito aos direitos de cidadania, por exemplo, melhoria do sistema de saúde) e cívica (quando os sentidos das lutas sociais se deslocam do indivíduo como foco para o coletivo, e coloca o bem comum acima dos interesses individuais, como é o caso da luta pela preservação da democracia e dos interesses nacionais, entre outras iniciativas). (PERUZZO, 2017, p.08).

Peruzzo (2017) explica sobre o desejo de visibilidade dos movimentos sociais, que não será diferente para o grupo, na busca por uma cidadania que garanta melhores condições de vida e de participação social para as minorias. Dessa maneira, é possível admitir que o grupo tenta-se apropriar do ciberespaço com o intuito articular espaços de debates e encontros para a construção de sua cidadania enquanto sujeitos sociais que procuram o reconhecimento de seus direitos.

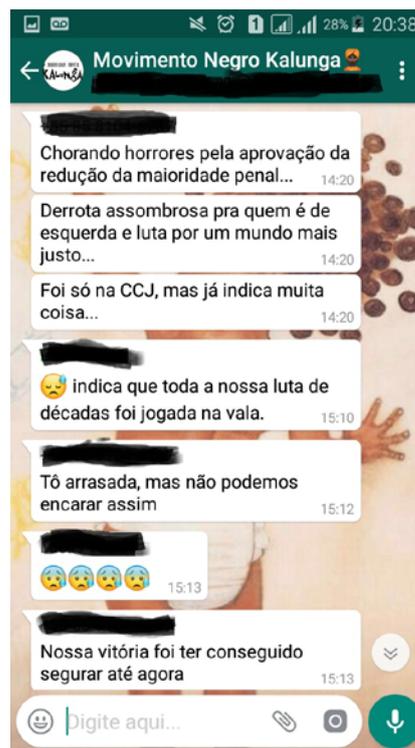
4.3.2. O ativismo digital negro na *Internet* do grupo

A partir da daí, teremos a intersecção dos temas ativismo digital negro e comunicação com os movimentos sociais, que têm, em sua essência, a articulação social. Para Gohn, isso é possível porque “os movimentos sociais sempre têm caráter político (não confundir com partidário), que criam e desenvolvem um campo político de forças sociais na sociedade civil, contribuindo para o seu desenvolvimento político” (GOHN, 1997, p. 252). Esses movimentos sociais articulam-se, criando uma rede social de temas de interesse comum para a atuação de seus atores sociais. Ela também afirma que essa interação só ocorre por conta do princípio da solidariedade, que é núcleo central de articulação entre os diferentes indivíduos sociais que compõem o coletivo, “a partir de uma base referencial comum de valores e ideologias construídos nas trajetórias do grupo, ou advindos dos usos e tradições e compartilhamentos pelo conjunto” (GOHN, 1997, p. 253). Essa solidariedade será percebida no grupo de conversação que discutirá sobre temas apresentados na tabela 01 (ver anexo) na qual, a exemplo, surge por onze vezes a discussão sobre a maioria penal, em diferentes datas e circunstâncias: debate sobre a pauta no Parlamento, participação do grupo em ações de outros movimentos sociais e coletivos e realização de atividades internas sobre a temática.

Figura 16 – diálogo sobre a redução da maioria penal em momentos diferentes (aprovação no CCJ e ações mobilizadoras do grupo para a não aprovação do tema).



Fonte: KALUNGA (2014)



Fonte: KALUNGA (2014)

Gohn ainda destaca sobre a importância de não confundir a solidariedade entre integrantes do grupo com um espaço harmonioso ou homogêneo, pois existem especificidades de cada sujeito, sua identificação e representações.

Ao contrário, o usual é a existência de inúmeros conflitos e tendências internas. Mas a forma como se apresentam no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam, uma visão de totalidade. A solidariedade é o princípio que costurar as diferenças fazendo com que a representação simbólica construída e projetada para o outro – não-movimento – seja coerente e articulada em propostas que encubram as diferenças internas, apresentando-se, usualmente, de forma clara e objetiva. (GOHN, 1997, p. 253).

Assim, os movimentos sociais teceram uma teia de sociabilidade que transpõe as fronteiras da *internet*, assim como as experimentações do grupo negro Kalunga, as quais serão vistas e percebidas de forma diferente nessa rede de organização, pois seus atores terão marcadores como “espaço geográfico”, “identidade sexual”, “gênero”, “orientação sexual” que os unem e/ou complementam neste campo de movimentos, fluxos de informações e de mobilidade. Essas “pessoas envolvidas com uma determinada comunidade (virtual) podem estar espalhadas por diversos países e regiões geográficas, interagindo naquela comunidade através da mediação por computador” (POLIVANOV, 2013, p.66), a partir de um espaço/tempo que se entrecruzam, criando identificações no “processo de (re)produção de saberes” (JOCA, 2013) que têm diferentes referências, demandas e códigos de participação.

Desta maneira, o conteúdo distribuído na *internet*, pelos grupos que vivem à margem da sociedade e sem direitos garantidos e sem o exercer da sua cidadania de forma plena, serem produzidos de forma coletiva e cruzando identificações para o fortalecimento de suas pautas. Fecundada na concepção de todo membro pode agregar conhecimento e compartilhar entre os demais em um laço social de afetos e valores mútuos. A intensa conversação no grupo ocorrerá exatamente em temas que movimentam, inquietam e comovem os integrantes em pautas identificatórias de sua trajetória de vida e/ou empatia social, promovendo debates, ações e reflexões sobre os temas de comum interesse. Isso acontecerá com o grupo Kalunga, que disputará suas narrativas no ambiente virtual, em contraponto à falta de visibilidade em outros espaços, pois entende que não pode existir diferenciação entre as práticas e valores constituídos dentro e/ou fora do dispositivo móvel na *internet*. Dione Silva⁴², integrante do grupo e administradora, fala sobre a importância desse espaço que agrega informação e conhecimento como local de interação das pautas comuns ao grupo.

Acho que a gente trocava bastante informação de questões racial e tudo que estava rolando. Lembro [referência ao ano que o grupo entrou] que a gente trocava bastante informações, tanto que aqui como nacionalmente, a gente sempre estava dando um feedback e socializando coisas. No momento, a gente socializava, compartilhava e estava movimentando. Não está fazendo só pra gente! Então, se a gente está movimentando, estamos passando para pessoas que militam conosco, isso já é uma militância. Sem deixar o nosso foco, que sempre foi a questão racial, mas também com outros temas. Lembro que Labelle sempre compartilhava muitas questões referentes à população LGBT, inclusive coisas para o nosso aprendizado. Pra gente aprender mais sobre essa questão. Não se limita a ser só um grupo racial, né!? Que sempre foi o nosso foco, mas sempre tendo esse cuidado de compartilhar coisas de mulheres e LGBT, enfim... (SILVA, 2017, grifo nosso).

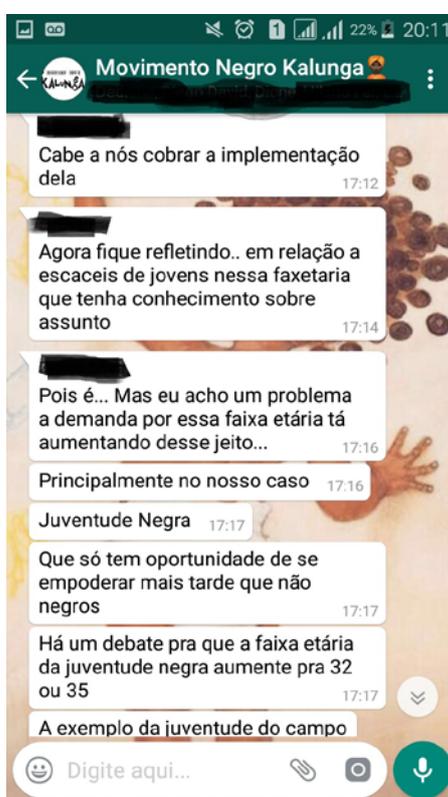
Sendo assim, o grupo utilizou o aplicativo para partilhar conhecimentos e saberes que ajudaram na produção do ativismo digital negro integrando sua fala, pele, história e memória na construção de uma rede comunitária e de solidariedade na *internet*. Isso com diversos temas que vão desde as relações afetivas, as políticas públicas de juventude, o assassinato de jovens negros, a defesa da democracia, entre outros (ver tabela 01).

Podemos admitir que o ativismo digital desses grupos tem produzido uma forma de organização para resistir ao modelo globalizado e hegemônico de representação social. Os grupos têm-se reinventado, como explica Malini e Antoun, para disputar suas pautas na sociedade e para se manifestar contra a mídia corporativa que não apresenta suas demandas. Para eles, isso corre porque os coletivos “através da prática da ação direta, fez da

⁴² Entrevista concedida por Dione Silva integrante e administradora do grupo Juventude Negra Kalunga, em 06 de novembro de 2017.

comunicação por computador (CMC) um lugar de percepção, afeto e atividade para as novas comunidades virtuais” (MALINI E ANTOUN, 2013, p. 139). Mesmo que o grupo juventude negra Kalunga já promova o debate em diferentes estruturas sociais, como a participação em conselhos consultivos sobre juventude negra, atuação nas redes de participação de grupos, coletivos e organizações e vínculos com entidades do movimento negro que pautam o ativismo social, antes da criação do aplicativo, o espaço virtual possibilitou ainda mais a interação, quase que diária, dos membros para acentuar suas ações e promover mais debates.

Figura 17 – Conversa sobre a implementação de políticas públicas para a juventude.



Fonte: KALUNGA (2014)

Dessa forma, o coletivo cria motivações para transformar o grupo de conversação do aplicativo *WhatsApp* em um espaço de produção sociopolítica do ativismo negro digital, construindo, por meio de suas potencialidades, suas práticas de resistência, formas de lutar contra as opressões e o racismo que estruturam a sociedade e ser, ao mesmo tempo, um local de afetos que se importa com as especificidades de cada membro. Essa é a ligação que será estabelecida entre os laços afetivos, o ativismo social e a comunicação para a constituição de práticas cidadãs na *web*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos questionamentos foram elucidados durante a escrita da pesquisa sobre o processo de produção sociopolítica do ativismo digital negro do grupo Kalunga, a partir do uso do aplicativo *WhatsApp*. A análise do grupo de conversação do Kalunga possibilitou compreender como a juventude, e em especial a juventude negra, utiliza o aplicativo para discutir as ações e pautas que permeiam as questões raciais na sociedade. O trabalho foi desenvolvido a partir da observação dos debates ocorridos no aplicativo e entrevistas com os membros do grupo sobre a participação no *WhatsApp* e a sua relação com a juventude negra, ativismo digital e mídias sociais.

A escolha pelo tema juventude negra e as mídias sociais ainda é desafiador na atualidade, pois a construção de um pensamento unilateral que pressupõe que a juventude só atrai atenção da sociedade pelo medo que provoca, impulsiona a indiferença entre gerações e fortalece a violência, criando estereótipos que acabam estigmatizando esse grupo etário e racial. O estudo realizado tem como base a forma com que a população negra cria estratégias de visibilidade para reivindicar suas pautas segundo seus valores, cultura, crenças e desejos, por meio das redes sociais. Durante a produção da pesquisa, tentamos compreender os discursos que os sujeitos realizam nesse espaço virtual, como prática de interação mediada por dispositivos móveis, que definem padrões e comportamentos diferenciados na emissão da mensagem de interesse do grupo analisado.

Buscamos compreender como o aplicativo ajudou na (re)produção das informações e complementou as relações do *online* e com o *off-line*, criando novas formas de se relacionar uns com os outros, num esforço de expressar suas pautas e reconhecer suas demandas. Verificamos que as interações dos membros do grupo Juventude Negra Kalunga pelo *WhatsApp* refletem as relações sociais contemporâneas que permitem a participação dos sujeitos sociais independente de seu local e tempo, pois as novas tecnologias proporcionam vivermos mudanças sociais com maior velocidade.

Desse modo, foi possível analisar as narrativas do grupo que transitam entre debater as relações afetivas, inquietações identitárias e as práticas políticas dos membros no aplicativo, produzindo uma teia de aranha de vozes, gestos e comportamentos nas redes sociais na *Internet*, materializando em uma comunidade virtual que não tem um discurso único, mas diferentes formas comunicacionais com saberes e fazeres que transitam entre o presencial e o virtual. As entrevistas realizadas com os membros do grupo foram de bastante importância para perceber como os usuários acessam as redes, sua participação no

compartilhamento de conteúdos e sua interação a fim de ajudar no debate sobre as questões de raça e juventude. Além do desejo de partilhar relatos que interferem na sua construção social, enquanto sujeitos no processo de consumo das novas tecnologias. Como explica Canclini ao afirmar que o consumo serve para pensar, ao dizer que “a comunicação não é eficaz se não inclui também interações de colaboração e transação entre uns e outros” (CANCLINI, 2008, p. 60).

A pesquisa ainda se propôs a pensar como as redes sociais, sendo compreendidas enquanto agrupamentos complexos na *internet*, podem ser locais de produção sociopolítica de ativismo digital negro para além do grupo virtual, que utiliza das ferramentas disponíveis no aplicativo como o envio de mensagens, imagens, áudios, e fotos, para possibilitar o desenvolvimento de atividades, reuniões, manifestações e/ou ações que influenciam nas práticas políticas do grupo. Com base na observação do grupo, foi compreendido que os membros ambientavam as novas funções com a inclusão de outros elementos do aplicativo, como o envio de arquivos e *emoticons/emojis*, para suprir e complementar os diálogos mediados pelo dispositivo móvel.

A partir da aplicação do questionário, constatamos que os membros do grupo enxergavam grande relevância, por meio do *WhatsApp*, para apropriação das pautas e extensão das relações sociais que vão do grupo que já existia no espaço presencial a suas interações no ambiente virtual. A repetição dos temas “redes sociais” e “ativismo” foi percebido no decorrer da pesquisa, a partir das entrevistas, nas quais os integrantes reforçavam a importância de um espaço de compartilhamento de conteúdos das suas pautas. Também podemos perceber o papel dos administradores que ajudavam na interação do grupo, mobilização das temáticas e a colaboração nas conversações entre os membros. Os laços afetivos foram pontos de grande destaque durante a pesquisa que os membros apontavam, por meio da conversação, para uma conexão familiar, pessoal e ativista, como Maffesoli ao indagar que essa ligação faz parte da comunidade emocional que “cada um está num processo de correspondência, de participação, que privilegia o corpo coletivo” (MAFFESOLI, 1998, p.36). Sendo assim, o sentimento de coletivo foi estabelecido entre os integrantes do grupo no aplicativo, que entenderam aquele lugar de conversação como uma extensão de sua participação social na luta por garantia de direitos da juventude negra e o exercício de sua cidadania.

Por fim, o questionamento sobre o processo de produção sociopolítica do ativismo digital negro é respondido, quando observamos que o grupo utilizou do aplicativo, dentro e fora do espaço virtual, para a realização de ações que mobilizassem a população para as

pautas da juventude negra, estabelecendo uma interconexão com as atividades presenciais que foram marcadas no aplicativo e/ou a apresentação de temas relevantes dentro do aplicativo que se transformavam em atividades presenciais. Vale pontuar que o período referente à chegada do grupo ao *WhatsApp* foi o momento de significativas mudanças, com a inclusão de novas ferramentas para ajudar na interação mais rápida entre os membros.

Para concluir, apontamos uma reflexão sobre o processo de produção sociopolítica do ativismo digital negro do grupo Juventude Negra Kalunga, por meio do aplicativo, como um estado de comunicação que será presente e permanente, para moldar a forma de participação social na atualidade, em que não se pode mais pensar um ativismo social que não tenha sua continuidade no espaço virtual e vice-versa. Os impactos dessa maneira de “fazer militância” compõem as relações cotidianas que se rompem e se reconfiguram à medida que interagem nas redes sociais. Esse será um grande desafio das pesquisas na área das tecnologias digitais e sociedade na atualidade, que precisam analisar como os movimentos sociais, grupos e/ou coletivos utilizam as mídias sociais como estratégias de pertencimento, ativismo social e exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco, 2007. Acesso em agosto 2008.
- ALMAPBBDO. Azeite Gallo (imagem). In: RACISMO: Conar recomenda alterar propaganda do azeite Gallo. **Portal Vermelho [Site]**, 09 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/177623-1>>. Acesso em: 15 jan 2017.
- APPLE (Foto: divulgação). In: Apple inclui 'emojis' negros em nova versão do iOS. **IBahia - Correio 24 horas**. [Site]. 24 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/apple-inclui-emojis-negros-em-nova-versao-do-ios/>> Acesso em 27 dez. de 2017.
- ARAÚJO Junior, R. H.; CORMIER, P.; TARAPANOFF, K. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 91-100, set./dez. 2009.
- ASSAMANN, H. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BRAGA, José Luiz. Para começar um projeto de pesquisa. **Revista Comunicação & Educação**, Porto Alegre, Ano X, n. 3, set/dez 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa**. Brasília: Senado, 1988.
- CANCLINI, Néstor García. **A globalização Imaginada**, São Paulo, Ed Iluminuras LTDA, 2003.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COELHO, Patrícia Margarida Farias; COSTA, Marcos Rogério Martins. O ativismo digital: reflexões e apontamentos semióticos. **Revista Digital de Tecnologias Cognitivas - TIDD** São Paulo, 2013.

COGO, Denise; BERNARDES, Márcia. **Juventude, sociabilidade e cidadania**: consumo e usos da internet entre jovens mulheres em uma instituição de acolhimento. Fortaleza: Ed UECE, 2015.

COGO, Denise; MACHADO, Sátira. Redes de negritude: usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. XXXIII, 2010, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul, 2010.

DAYRELL. Juarez. **O rap e o funk na socialização da juventude**. Belo Horizonte:

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Ed. São Paulo; Boitempo, 2016.

DIÓGENES, Gloria. Juventude, cultura e violência. In: BARREIRA, César; BATISTA, Élcio (Coord.). **(In) Segurança e sociedade**: treze lições. Campinas: Pontes, 2011.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

FANON. Frantz. **Peles negras, mascaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES. Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo. Ed: Globo, 2008. v.1.

FETTERMAN, D. M. **Ethnography step by step**. Newbury Prk, CA: Sage Publications, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976), (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 de jan. 2017.

IBGE. **Censo demográfico do Brasil**, 2014. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 de fev. 2017.

GELEDES (Imagem). In: Geledés – Missão Institucional. **Portal do GELEDÉS Instituto da Mulher Negra [Sitio]**. 10 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/>>. Acesso em: fev. 2017.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Rappers, educação e identidade racial**: educação popular afro-brasileira. Florianópolis: Editora Atilênde, 2002. (Núcleo de Estudos Negros)

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br:8080/objuventude/textos/RAP%20FUNK%20USP.pdf>. Acesso em:

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Edições Lamparina, 2014.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 3. ed. Ática S.A. São Paulo, 1994.

JOCA, Alexandre Martins; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. **Levados por anjos: modos de vida, educação e sexualidades juvenis**. Recife: Imprima, 2015.

KALUNGA (Imagem). In: Informações do grupo. **Espaço de conversação do grupo do Juventude Negra Kalunga [WhastApp]**. 04 nov. 2014. Disponível em: <<https://web.whatsapp.com/>>. Acesso em: fev. 2017.

KALUNGA (Imagem). In: Programação do evento do I Seminário Estadual de Juventudes Negras: na luta por igualdade, pelo fim do extermínio. **Juventude Negra Kalunga [Blog]**. 01 jun. 2008. Disponível em: <<http://juventudenegrakalunga.blogspot.com.br/>>. Acesso em: fev. 2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1922].

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política (livro III)**. São Paulo: Abril Cultural, 1988. (Os Economistas ; v.5).

MATTAR NETO, J. A. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MÍDIA (Imagem). In: Nossa história: Instituto Mídia Étnica. **Portal do Instituto Mídia Étnica. [Site]**. 16 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.midiaetnica.com.br/>>. Acesso em: fev. 2017.

MÍDIA is Amarildo? (Imagem).In: “Where is Amarildo?” 3-week disappearance of black bricklayer after police arrest in Rio garners international support. **Black Women of Brazil [blog]**. 03 ago. 2013. Disponível em:< <https://blackwomenofbrazil.co/2013/08/03/where-is-amarildo-3-week-disappearance-of-black-bricklayer-after-police-arrest-in-rio-garners-international-support/>>. Acesso em: fev. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social.teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Dênis de. O ativismo digital Moraes. **Revista da Universidade Federal Fluminense**, Rio de Janeiro, v. XXIII, n 2, julho/dezembro de 2000. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html. Acesso em: 04 de dez de 2017.

ONDE está Amarildo (Imagem).In: AMARILDO: a força do meme e as novas alianças políticas. **Pimentalab Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento [blog]**. 25 jul. 2013. Disponível em:< <https://pimentalab.milharal.org/2013/07/25/amarildo/>>. Acesso em: fev. 2017.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PAIVA, Raquel. Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto. **Revista Matrizes**, São Paulo, Ano 6, n. 1, jul./dez., 2012.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: mídia, sociedade e globalismo**. Petrópolis, Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Possibilidades, realidade e desafios da comunicação cidadã na Web. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. XXVI., 06 a 09 jun. 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo 2017.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

RAMOS, Paulo César. **Contrariando a estatística: a tematização dos homicídios pelos jovens negros no Brasil**. 2015. (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

REIS JUNIOR, F. M. **O link como fator de coerência em hipertextos noticiosos brasileiros e alemães**. 2007. 221 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Ed: Global, 2015.

SANTOS, Helena. Complexidade e informacionalismo: as contribuições de Edgar Morin e Manuel Castells. In: PASSARELI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS,

Fernando (Org.). **E-infocomunicação estratégias e aplicações**. São Paulo: Editora Senac, 2014,.

SIMPLES (Imagem). In: Simples. Seguro. Troque mensagens com confiança. **WhastApp**. [WhastApp]. 27 dez. 2017. Disponível em:< <https://www.whatsapp.com/> >. Acesso em 27 dez. 2017.

SODRÉ, Muniz. Mídia, ideologia e financeirização: palestra proferida pelo Prof. Muniz Sodré em 15 de agosto de 2013. In: SEMINÁRIO HISTÓRIA E IDEOLOGIA: MÍDIA, DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA. II., ago 2013., Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre 2013. Disponível em:< <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/18591>>

SOUSA, Antonio Vilamarque Carnaúba de. **Afro-cearenses em construção**: discursos identitários sobre o negro no Ceará. Fortaleza; Edições Demócrito Rocha, 2008.

SPOSITO, M. P. (Coord.). **O estado da arte sobre juventude na pósgraduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v.1-2.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELEFONES CELULARES (Imagem). In: Telefones celulares: afinal o que são os sinais nas mensagens do whatsapp? **Tudo extra [Sitio]**.27 dez.2017. Disponível em: <<http://tudo.extra.com.br/telefones-celulares/afinal-o-que-sao-os-sinais-nas-mensagens-do-whatsapp/>>. Acesso em 27 dez. 2017.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

VASCONCELOS FILHO, José Marques de; COUTINHO, Sérgio. **O ativismo digital brasileiro**. São Paulo. Edições Fundação Perseu Abramo, 2017.

VAZ, P. Agentes na rede. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO.8., Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 1999.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WHERE is Amarildo? (Imagem).In: “Where is Amarildo?” 3-week disappearance of black bricklayer after police arrest in Rio garners international support. **Black Women of Brazil [blog]**. 03 ago. 2013. Disponível em:< <https://blackwomenofbrazil.co/2013/08/03/where-is-amarildo-3-week-disappearance-of-black-bricklayer-after-police-arrest-in-rio-garners-international-support/>>. Acesso em: fev. 2017.

ANEXOS

1. Tabela com os temas mais discutidos pelo grupo Juventude Negra Kalunga no aplicativo

TEMAS	SITUAÇÃO	DATA	FORMATO	QUANTIDADE
Afetividade	<p>Compartilhamento de problemas, desejos e ações de membros do grupo;</p> <p>Partilha de informações sobre pessoas que fazem parte do círculo de amigos, conhecidos e famílias;</p> <p>Inquietações, cuidados e vontades os membros discutem no grupo.</p>	17/01/2015	Texto	15
		08/03/2015	Texto + imagem	
		18/04/2015	Texto + imagem	
		05/05/2015	Texto	
		21/07/2015	Texto	
		28/08/2015	Texto + imagem	
		31/08/2015	Texto + imagem	
		08/09/2015	Texto + imagem	
		13/09/2015	Texto + imagem	
		16/09/2015	Texto + imagem	
		02/09/2015	Texto + imagem + link	
		17/09/2015	Texto + imagem	
		12/10/2015	Texto	
		14/10/2015	Texto	
		24/10/2015	Texto	
Assassinato de jovens negros (palavras semelhantes utilizadas para o mesmo tema: extermínio, genocídio e morte de jovens negros).	<p>Matérias sobre o tema;</p> <p>Debate sobre a instalação da CPI que investiga o assassinato de jovens negros no Brasil;</p> <p>Assinatura de nota contra o assassinato de jovens negros Participação das ações sobre o tema.</p>	05/01/2015	Link de matéria	11
		13/01/2015	Imagem	
		11/02/2015	Texto	
		02/03/2015	Texto	
		12/03/2015	Link de matéria	
		26/03/2015	Link de matéria	
		24/04/2015	Texto	
		08/05/2015	Link de matéria	
		25/06/2015	Imagem	
		28/06/2015	Link de matéria	

		09/07/2015	Link de matéria	
Atividades do grupo	Debates sobre a forma de organização do grupo; Realização de ações do grupo (oficinas, seminário, reuniões internas, entre outras); Participação do grupo em atividades extras (parcerias e/ou convites).	15/01/2015	Texto	31
		21/01/2015	Texto	
		11/02/2015	Texto	
		20/07/2015	Texto	
		24/07/2015	Texto	
		26/07/2015	Texto	
		26/08/2015	Texto	
		01/09/2015	Texto + imagem	
		07/09/2015	Texto + imagem	
		10/09/2015	Texto	
		15/09/2015	Texto + imagem	
		16/09/2015	Texto	
		24/09/2015	Texto	
		25/09/2015	Texto + imagem	
		03/10/2015	Texto + imagem	
		07/10/2015	Texto	
		08/10/2015	Texto + imagem	
		11/10/2015	Texto + áudio	
		12/10/2015	Texto	
		13/10/2015	Texto	
		14/10/2015	Texto + áudio	
		15/10/2015	Texto + imagem	
		16/10/2015	Texto + imagem	
		17/10/2015	Texto + imagem	
		18/10/2015	Texto + imagem	
		19/10/2015	Texto	
		20/10/2015	Texto + imagem	
21/10/2015	Texto + imagem			
23/10/2015	Texto + imagem			
27/10/2015	Texto			
02/11/2015	Texto			
Caso de	Compartilhamento	24/10/2015	Texto	04

racismo na UFC	sobre o caso; Participação das ações sobre o tema.	27/10/2015	Texto	
		28/10/2015	Texto + imagem	
		29/10/2015	Texto	
Caso Mirian França	Assinatura de nota sobre o caso; Participação de reuniões sobre o tema;	04/01/2015	Texto	03
		08/01/2015	Texto	
		22/01/2015	Texto	
Crianças negras	Debate e compartilhamento sobre o tema.	27/01/2015	Texto	02
		31/03/2015	Texto + link de matéria	
Em defesa democracia	Debate sobre os atos em defesa da democracia; Análise sobre a conjuntura política; Participação das ações sobre o tema.	05/03/2015	Texto + link	03
		13/03/2015	Imagem	
		15/03/2015	Texto + imagem	
Ideologia de gênero	Debate sobre o tema.	23/06/2015	Texto	02
		30/10/2015	Texto	
Maioridade penal	Debate sobre a votação da redução da maioria penal na Câmara; Assinatura de notas contra a redução maioria penal; Participação das ações sobre o tema.	07/02/2015	Texto	11
		24/03/2015	Texto	
		31/03/2015	Texto + áudio	
		07/04/2015	Texto + imagem	
		24/04/2015	Imagem	
		26/04/2015	Matéria + texto	
		01/07/2015	Texto + link de matéria	
		03/07/2015	Imagem	
		08/07/2015	Link de matéria	
		20/10/2015	Texto	
31/10/2015	Texto			
Mulher negra	Debate e divulgação sobre o tema; I Marcha das	09/01/2015	Link de texto	04
		12/01/2015	Texto + link	
		22/01/2015	Texto	

	Mulheres Negras contra o racismo e a violência e pelo Bem Viver; Participação das ações sobre o tema.	14/02/2015	Texto + link	
Novas tecnologias	Debate sobre as novidades nas mídias sociais; Problemas de acesso às mídias do grupo; Criação de um canal do Youtube da Kalunga; Participação das ações sobre o tema.	06/01/2015	Texto	08
		07/01/2015	Texto	
		20/01/2015	Texto	
		21/01/2015	Texto + imagem + link	
		27/01/2015	Texto	
		13/03/2015	Imagem + texto	
		24/03/2015	Texto	
Organização da juventude negra do Ceará	Criação do Fórum Cearense de Juventude Negra no Ceará; Debate sobre a realização do II ENJUNE com as etapas municipais e estadual; Participação das ações sobre o tema.	06/01/2015	Texto	06
		15/01/2015	Texto	
		19/01/2015	Texto	
		21/01/2015	Texto	
		27/01/2015	Texto	
		12/08/2015	Texto + imagem	
Relações de gênero e diversidade sexual	Debate e compartilhamento sobre o tema; Participação das ações sobre o tema.	08/01/2015	Texto	07
		07/02/2015	Texto	
		31/03/2015	Texto + link de matéria	
		15/04/2015	Texto + imagem	
		23/06/2015	Link de matéria	
		02/07/2015	Vídeo	
		24/09/2015	Link de matéria	
Religiosidade	Divulgação de vídeo sobre intolerância religiosa; Saudações entre integrantes do	27/06/2015	Vídeo	06
		07/07/2015	Texto	
		05/09/2015	Texto	
		28/10/2015	Texto + imagem	

	grupo com mensagens e imagens de divindades das religiões de matriz-africana; Participação das ações sobre o tema.	30/10/2015	Texto + imagem	
		31/10/2015	Texto + imagem	

Tabela 1 – Temas mais discutidos no grupo Juventude Negra Kalunga
Fonte: Criado pela autora.

2. Questionário de pesquisa com os/as administradores/as do grupo

Nome completo:	Idade:
Sexo:	Cor:
Orientação sexual:	Identidade sexual:
Cidade:	
Escolaridade:	

- Redes Sociais

- Com que frequência utiliza as redes sociais?
- Qual a sua afinidade com as redes sociais? (aplicativos que mais utiliza)
- Como você acessa as redes sociais? (aparelhos móveis, computador, lan house)?
- Você acredita que as redes sociais são espaços de produção de debate? Como? Pq?
- Elas podem ser instrumentos de formação de opinião?

- O grupo

- Como nasceu a ideia de criar um grupo no whatsapp? Qual o objetivo central?
- Como é a sua relação de compartilhamento do conteúdo no grupo?
- Você acredita que essas redes sociais afetam no empoderamento/participação das pessoas do grupo? Como?
- Esse espaço afeta/interfere no seu tempo? E a sua militância? Como é a sua participação?
- Como você pode ajudar na administração do grupo? E no debate sobre raça e juventude?